

# HAVANA

redes de participação  
na reabilitação do centro histórico



**GABRIELA MAGALHÃES AZEVÊDO**



Programa de pós-graduação em  
Desenvolvimento Urbano - UFPE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

GABRIELA MAGALHÃES AZEVÊDO

## **HAVANA: REDES DE PARTICIPAÇÃO NA REABILITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO**

Recife  
2019

GABRIELA MAGALHÃES AZEVÊDO

## HAVANA: REDES DE PARTICIPAÇÃO NA REABILITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Urbano.

**Orientadora:** Profa. Dra. Virgínia Pontual

**Coorientadora:** Profa. Dra. Ana Maria de Barros

Recife  
2019

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Andréa Carla Melo Marinho, CRB-4/1667

A994h Azevêdo, Gabriela Magalhães  
Havana: redes de participação na reabilitação do Centro Histórico /  
Gabriela Magalhães Azevêdo. – Recife, 2019.  
134 f.: il.

Orientadora: Virgínia Pitta Pontual.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro  
de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Urbano, 2019.

Inclui referências e apêndices.

1. Participação. 2. Havana Velha. 3. Oficina do historiador. 4. Conselhos  
populares. 5. Cuba. I. Pontual, Virgínia Pitta (Orientadora). II. Título.

711.4 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2020-110)

GABRIELA MAGALHÃES AZEVÊDO

**HAVANA: REDES DE PARTICIPAÇÃO  
NA REABILITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em: 18/02/2019.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Virginia Pitta Pontual (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Profa. Natália Miranda Vieira de Araújo (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Marcos Costa Lima (Examinador Externo)  
Universidade Federal de Pernambuco



## DEDICO

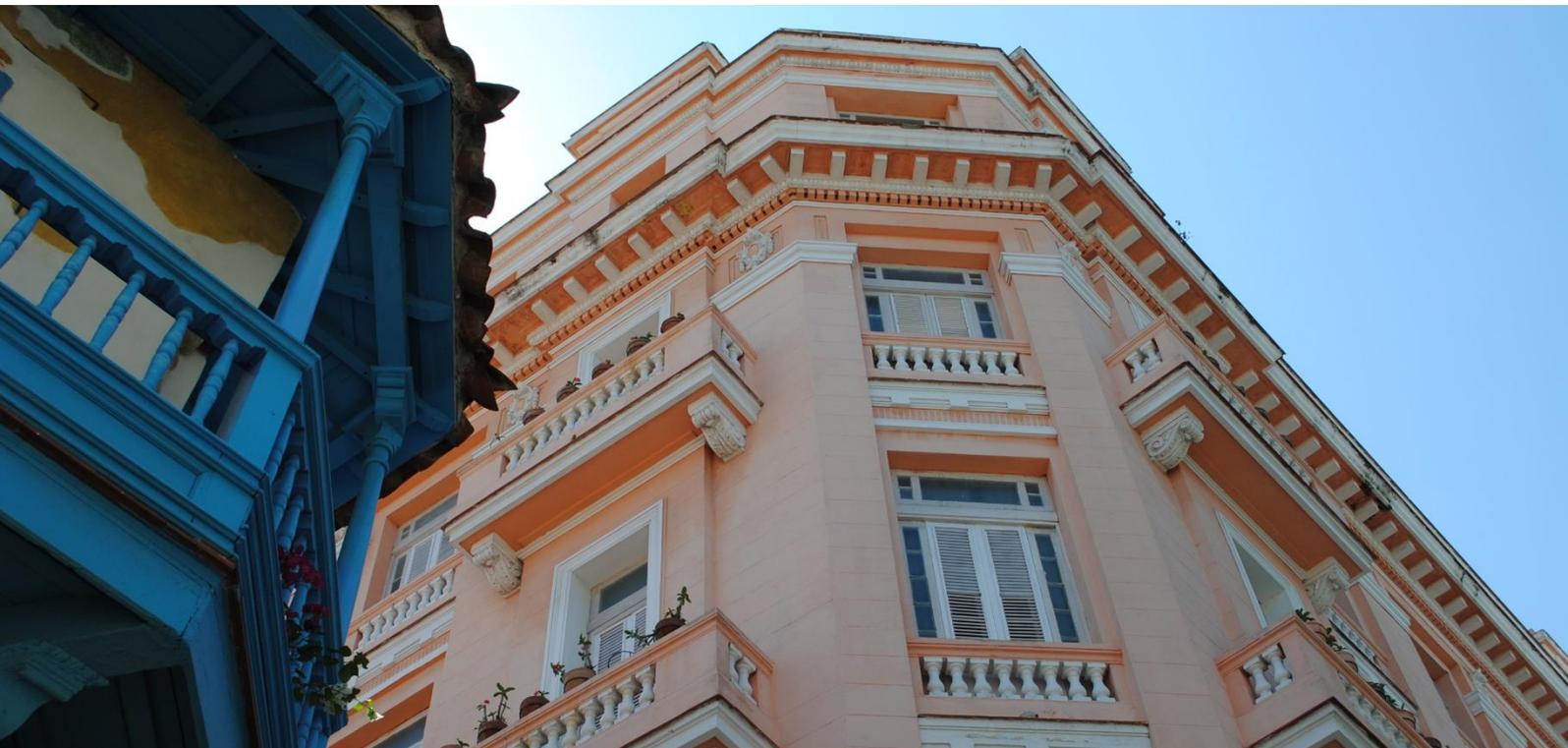
à todos que acreditam que as revoluções são possíveis  
e continuam a lutar pela construção de outros mundos.

Amar não é mais que o modo de crescer.

José Martí

Parece impossível proteger o patrimônio cultural sem fazer referência às pessoas.

Markus Müller



Uma das questões centrais com que temos que lidar é a promoção de posturas rebeldes em posturas revolucionárias que nos engajam no processo radical de transformação do mundo.

Paulo Freire

## AGRADECIMENTOS

Costumam dizer que vida acadêmica é solitária. Felizmente, não posso concordar. Se não fosse uma enorme rede de seres luz, me enchendo de carinho e coragem, conversas, cafês e abraços, nada disso teria sido possível. Afinal, eu não ando só...

Assim, começo agradecendo à *energia divina*, que me encheu de vida e saúde, dando sentindo à ideias desconexas e fazendo-as atravessar mares e medos. Agradeço à *Oshún*, mãe e guia, que me levou a terras onde pude conhecer outras partes de mim.

Aos meus avós, Zélia, George, Rita e Luiz (*em memória*), que me ensinaram que a educação é o maior patrimônio que se pode deixar aos filhos e netos. Agradeço a todos que vieram antes deles.

Aos meus pais, Guilherme e Cileide, cada um do seu jeito, me dando sempre apoio incondicional. Meu pai é o responsável pelo meu amor à vida acadêmica e aos temas difíceis, junto claro, com o pensar crítico. Minha mãe, me ensinou a busca pela felicidade e leveza. Graças a suas tantas terapias holísticas, hoje me mantenho saudável e sã (talvez nem tanto).

Agradeço à minha irmã e melhor amiga, Maria Luisa, que se não estivesse ao meu lado, relembrando todos os dias o significado do que eu estava fazendo (em todos os níveis, do espiritual ao político), eu mesma já teria esquecido.

Aos dois amigos responsáveis pelo começo, meio e fim deste trabalho. Gabriel Faria, querido amigo, que me mostrou tantos mundos ao me apresentar uma pequena ilha. Agradeço também pelas dezenas de livros, conversas e abraços que tornaram o caminho mais caloroso. Carolina Neves, amiga de quase uma década, que corrigiu meu trabalho mais do que eu mesma, transformando-se no meu porto seguro.

Aos meus mestres e professores, cada um com sua contribuição significativa a quem sou hoje. Minha orientadora, Virginia Pontual, com seu implacável senso crítico, fez-me sair dos lugares cômodos e fáceis, realizando o trabalho que hoje vos apresento. Sofia Leal, venezuelana que mais amo, que ao me ensinar o *castellano*, me fez abrir os olhos para *Nuestra América*! Ana Maria Barros, que aceitou o desafio de estar ao meu lado no final desta caminhada,

seu apoio foi precioso. Silvio Zancheti e Lúcia Hidaka, que tantos anos atrás me abriram o universo da conservação integrada com tanto zelo e carinho. Joanildo Burity, Ana Rita de Sá Carneiro, Fátima Furtado e Luis de la Mora (*em memória*), por suas contribuições tão significativas neste mestrado. Fernando Carrión, por seus livros e conversas, que me ajudaram a dar continuidade aos estudos sobre este tema.

Agradeço tanto à Rodrigo Leopoldino e Harumi, com todas as discussões sobre a vida e obra do nosso querido revolucionário, José Martí. Ponto fundamental não só neste projeto, mas na minha vida. Agradeço a Laura Pujol, por plantar a semente do interesse em Havana Velha em mim.

Aos amigos que se transformaram na minha família recifense, e cuidaram de tudo que é mais precioso para mim – casa, cachorras e plantas – durante minhas tantas ausências (e chatices, claro). Obrigada Bella, Erika, Felipe e Ale! Que essa amizade possa seguir por muito tempo...

Agradeço ao amigo e fotógrafo de tanto talento, Rennan Peixe, que me presentou com a linda fotografia da capa e tantas outras de Havana.

Quando ultrapasso fronteiras e chego à Cuba, a lista de agradecimento parece-me ainda maior. Agradeço à Maite que me abriu as portas da Oficina do Historiador. À Juanca e Nieves, que abriram as portas de suas casas.

Agradeço à Canaci, que me fez conhecer pessoas tão maravilhosas, e assim, acabei por esquecer meu coração naquele pequeno pedaço de terra. Adele e Juan Carlos, não há como agradecer tudo o que vocês fizeram por mim! Espero que o abraço saudoso aconteça em breve. Michel, meu amor, apesar de não gostar nenhum pouco de *Habana Vieja*, e muitas vezes não entendendo o que eu dizia, foi meu melhor companheiro, em todos os sentidos da palavra.

Agradeço à Vilma, Jorge e ao Centro de Estudos Martianos, que me receberam como aluna e me auxiliaram a transpor a implacável burocracia cubana. Aos especialistas que disponibilizaram seu tempo para esclarecer minhas milhares de dúvidas: Martha Oneida, Roberto Dávalos, Angelito, Alina Ochoa, Lina Alba, Maria del Carmen, Mayte, Papito, Maidolys.

Agradeço também a todos os residentes que abriram suas casas e suas vidas, e enriqueceram tanto esta pesquisa! *Mis saludos!*

Voltando ao Brasil, agradeço aos amigos que independente da distância, estiveram sempre junto: Julianne, Márcio, Priscila, Felipe Bagetti, André, Natalia, Mayko e Nádia. Agradeço às minhas tias Sandra e Selma.

Agradeço àquelas mulheres com mãos de fadas, que com suas comidas deliciosas e seus abraços calorosos, colocaram um pouco de sabor na minha vida cheia de turbulência: Jana, Neide, Rita, Regina, Conceição, Irailda, Gil e Francisca.

Não poderia deixar de agradecer à Renata Albuquerque, com sua alegria de viver contagiante, sempre disposta a me ajudar.

No que tange às instituições, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa de pesquisa, à Cátedra José Martí, à Oficina do Historiador da Cidade de Havana (OHCH), ao Consulado da Venezuela e ao Programa de Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (MDU-UFPE).

Por fim, *gracias a la vida que me ha dado tanto!*

## RESUMO

O patrimônio passou a ser compreendido como uma construção social, passível a mudanças e reinterpretações, a partir da segunda metade do século XX. Quando o foco da conservação deslocou-se do objeto em si como artefato para os valores atribuídos aos objetos, abriu-se espaço para os atores sociais (*stakeholders*) – os sujeitos que atribuem valor aos objetos. A partir desta nova compreensão, os atores que possuem algum vínculo com os bens patrimoniais passam a participar ativamente das ações de proteção, atividade que deixa de ser de exclusividade dos especialistas. Surge assim o tema da participação no campo da conservação. Apesar do tema ser bastante difundido atualmente, existe uma lacuna na literatura e questões importantes não recebem devida atenção, tais como: Qual conceito de participação está sendo utilizado? Quais são os atores envolvidos? Em que etapa de proteção do bem houve um processo participativo? Como a participação se estruturou? A presente dissertação se propõe a discutir tais questões, tendo como objeto de estudo o centro histórico de Havana (*La Habana Vieja*), em Cuba. Havana Velha faz parte da Lista de Patrimônio da Humanidade, da Unesco, e desde a década de 1990 tem passado por um projeto de reabilitação urbana com foco no desenvolvimento local, na sustentabilidade e na participação de seus residentes. A instituição responsável pela salvaguarda do sítio é a *Oficina del Historiador de la Ciudad de La Habana*. A Oficina é responsável pelo planejamento, execução e gestão da área. Os conselhos populares (CP) são órgãos locais de base, que aproximam os cidadãos da municipalidade, construindo um espaço de participação comunitária. Este trabalho vai focar seu estudo no CP Catedral, que trabalha em conjunto com a Oficina. Entre as inferências da presente pesquisa está que a participação seja analisada a partir da noção de redes, onde identifica-se os *pontos nodais* (atores) e os *laços*, que são as relações que fazem as conexões entre os pontos; considerando-se o contexto social no qual a rede está inserida.

**Palavras-chave:** Participação. Havana Velha. Oficina do Historiador. Conselhos Populares. Cuba.

## RESUMEN

El patrimonio pasó a ser comprendido como una construcción social, pasible a cambios y reinterpretaciones, a partir de la segunda mitad del siglo XX. Cuando el foco de la conservación se desplazó del objeto en sí como artefacto a los valores atribuidos a los objetos, se abrió espacio para los actores sociales (*stakeholders*) – los sujetos que atribuyen valor a los objetos. A partir de esta nueva comprensión, los actores que poseen algún vínculo con los bienes patrimoniales pasan a participar activamente en las acciones de protección, actividad que deja de ser de exclusividad de los especialistas. Surge así el tema de la participación en el campo de la conservación. A pesar de ser un tema bastante difundido actualmente, existe una cierta omisión en la literatura y algunas cuestiones importantes quedan en abierto: ¿Cuál es el concepto de participación utilizado? ¿Cuáles son los actores involucrados? ¿En qué etapa de protección del bien hubo un proceso participativo? ¿Cómo la participación se estructuró? La presente tesis se propone discutir tales cuestiones, teniendo como objeto de estudio el centro histórico de La Habana. La Habana Vieja forma parte de la Lista de Patrimonio de la Humanidad de la Unesco, y desde la década de 1990 ha pasado por un proyecto de rehabilitación urbana con foco en el desarrollo local, la sostenibilidad y la participación de sus residentes. La institución responsable por la salvaguardia del sitio es la Oficina del Historiador de la Ciudad de La Habana. La Oficina es responsable por la planificación, ejecución y gestión del área. Los consejos populares (CP) son órganos locales de base, que acercan a los ciudadanos de la municipalidad, construyendo un espacio de participación comunitaria. Este trabajo enfocará su estudio en el CP Catedral, que trabaja junto con la Oficina. Entre las inferencias de la presente investigación está que la participación sea analizada a partir de la noción de redes, donde se identifican los *puntos nodales* (actores) y los *lazos*, que son las relaciones que hacen las conexiones entre los puntos; considerando el contexto social en el que se inserta la red.

**Palabras clave:** Participación. La Habana Vieja. Oficina del Historiador. Consejos Populares. Cuba.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2</b>	<b>PARTICIPAÇÃO E SUA MULTIPLICIDADE CONCEITUAL</b> .....	31
2.1	O caráter polissêmico da participação .....	32
2.2	Sobre atores e escalas: tipos de participação .....	36
2.2.1	Participação democrática .....	36
2.2.2	Participação comunitária .....	39
2.2.3	Participação popular .....	41
2.3	Redes de participação .....	42
2.4	Considerações parciais .....	46
<b>3</b>	<b>PATRIMÔNIO E PARTICIPAÇÃO: UM DIÁLOGO EM CONSTRUÇÃO</b> .....	48
3.1	Mudança de paradigma .....	49
3.2	Participação na significância .....	53
3.3	Participação no planejamento .....	55
3.4	Uma questão política .....	57
3.5	Cartas patrimoniais .....	58
3.6	Considerações parciais .....	67
<b>4</b>	<b>CUBA: UMA REVOLUÇÃO EM MARCHA</b> .....	68
4.1	Antecedentes da Revolução .....	69
4.2	Década de 60 – Reestruturação social .....	72
4.3	Década de 70 – Reestruturação política .....	75
4.4	Década de 90 – Reestruturação econômica .....	78
4.4.1	Conselhos populares .....	80
4.4.2	Oficina do Historiador .....	82
4.5	Considerações parciais .....	85

<b>5</b>	<b>REDES DE PARTICIPAÇÃO EM HAVANA VELHA: ENTRE ATORES E INSTITUIÇÕES .....</b>	<b>86</b>
5.1	Rede de participação no Conselho Popular Catedral .....	87
5.1.1	Delegados .....	88
5.1.2	Reuniões mensais .....	92
5.2	Rede de participação na Oficina do Historiador .....	94
5.2.1	PEDI – <i>Plan Especial de Desarrollo Integral</i> .....	96
5.2.2	Projetos comunitários .....	100
5.3	Dando voz aos atores: percepções sobre participação .....	104
5.4	Considerações parciais .....	108
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>113</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>118</b>
	<b>APÊNDICE A - PERFIL DOS RESIDENTES ENTREVISTADOS .....</b>	<b>130</b>
	<b>APÊNDICE B - GRÁFICO DO PERFIL DOS RESIDENTES ENTREVISTADOS .....</b>	<b>131</b>
	<b>APÊNDICE C - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AOS RESIDENTES .....</b>	<b>132</b>
	<b>APÊNDICE D - TABELA DO PERFIL DOS ESPECIALISTAS E LÍDERES COMUNITÁRIOS ENTREVISTADOS .....</b>	<b>133</b>
	<b>APÊNDICE E - TÓPICOS DAS ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE NOS QUAIS OS ESPECIALISTAS E LÍDERES COMUNITÁRIOS FORAM CONVIDADOS A REFLETIR A PARTIR DE SUAS EXPERIÊNCIAS .....</b>	<b>134</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A importância da participação dos residentes nas políticas de reabilitação urbana em áreas patrimoniais começa a surgir no contexto de reconstrução dos centros históricos europeus no pós-guerra. Diretamente ligado aos conceitos de justiça social e direito à cidade, o tema passou a ser objeto de congressos internacionais e cartas patrimoniais.

A Carta de Amsterdã (1975) enfatiza a população deve participar ativamente “em todas as fases do trabalho, desde a elaboração dos inventários até à preparação das decisões”. Na Carta de Washington (1987), se ressalta que “a participação e o envolvimento dos residentes são essenciais para o sucesso dos programas de conservação e devem ser estimulados”.

A participação passa a ser discutida juntamente com as políticas patrimoniais a partir de uma mudança de paradigma no campo da conservação, quando o foco se desloca do *objeto* para o *sujeito* (Muñoz Viñas, 2004). Começa-se a compreender que os objetos não possuem valores intrínsecos, ou seja, que o patrimônio não é “um conjunto de bens estáveis e neutros, com valores e significados fixos” (García Canclini, 1999: 18); mas que os valores patrimoniais são atribuídos a partir de uma construção social e refletem dimensões culturais.

Devemos reconhecer continuamente que os objetos e os lugares não são, por si mesmos, o que é importante no patrimônio cultural; são importantes pelos significados e usos que as pessoas atribuem a estes bens materiais e aos valores que representam (Avrami et al. *apud* Muñoz Viñas, 2004:139, tradução livre).

Com isso, um conceito advindo da administração empresarial norte-americana emerge no patrimônio: é a teoria dos *stakeholders*, que pode ser traduzido por partes interessadas (com livre associação para atores sociais). A partir desta perspectiva, para um negócio ser bem sucedido faz-se necessário analisar o interesse dos usuários, e não apenas das fontes financiadoras. Transportando para a conservação, considera-se que os residentes e demais grupos sociais que possuem relação com o patrimônio devem estar diretamente envolvidos com políticas e ações de salvaguarda.

Esta discussão vai de encontro à autoridade do *expert* como único ator que possui conhecimento sobre os bens patrimoniais. No entanto, “não significa de maneira nenhuma uma exclusão destes, pelo contrário, entende-se que em vez de especialistas e não especialistas trata-se agora do conjunto dos *stakeholders* ou partes interessadas” (Hidaka, 2011: 89).

A grande referência sobre o tema é o projeto de reabilitação<sup>1</sup> do centro histórico de Bolonha, na Itália, desenvolvido entre as décadas de 1960 e 1970. O governo municipal, durante gestão do Partido Comunista Italiano (PCI), implementou um modelo de recuperação da “estrutura física, econômica e social com a manutenção dos antigos moradores” (Zancheti e Pontual, 2014: 240) e ampla participação popular. O projeto serviu de base teórica e metodológica para o campo que viria a ser conhecido como conservação integrada<sup>2</sup>.

A conservação integrada serviu como argumento teórico e prático para as administrações municipais de esquerda, e suas realizações como bandeira para a construção de uma imagem política de eficiência administrativa, justiça social e participação popular nas decisões do planejamento urbano e regional (Zancheti e Pontual, 2014: 240).

Se por um lado, a questão da participação é um tema muito difundido na conservação; por outro, existe um certo descompasso entre teoria e prática. Atualmente, compreende-se que o acesso ao patrimônio está diretamente vinculado a um auto reconhecimento como sujeito coletivo histórico, passando assim, a conservação ter conotações éticas. Entretanto, ainda são escassos os casos em que a população participa ativamente do processo de salvaguarda de bens patrimoniais, sobretudo quando se refere a bens arquitetônicos e conjuntos urbanos<sup>3</sup>. Considera-se assim, que esta

---

<sup>1</sup> Entende-se como *reabilitação* uma “estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, econômicas e funcionais a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes” (Carta de Lisboa, 1995), com a manutenção das características identitárias, sociais e morfológicas do tecido urbano.

<sup>2</sup> A conservação integrada é um dos pressupostos do planejamento urbano e regional, e refere-se à aplicação de técnicas de conservação e restauro apropriadas aos contextos locais no âmbito social e físico, levando em conta a pluralidade de valores (Jokilehto, 2002).

<sup>3</sup> Considera-se que o patrimônio imaterial possui processos de identificação e gestão mais participativos que o patrimônio material, porque suas políticas de salvaguarda surgem concomitantemente a essas discussões.

discussão necessita de novos instrumentos conceituais e metodológicos (Gracia Canclini, 1989) para analisar a atual interação entre participação e patrimônio.

A partir da observação da disparidade existente entre a teoria e a prática no que concerne a esta temática, mais especificamente no contexto acadêmico e profissional brasileiro, surgiu a necessidade de ampliar os horizontes para conhecer realidades distintas. E assim, teve-se contato com o projeto de reabilitação urbana do centro histórico de Havana, em Cuba. Tal projeto foi considerado como uma “experiência singular” por especialistas da Unesco<sup>4</sup> e tem recebido distintos prêmios internacionais. Um projeto que se baseia em conceitos de desenvolvimento integral, sustentabilidade e participação despertou interesse e demais questionamentos.

O centro histórico de Havana, também conhecido como *La Habana Vieja*, foi declarado em 1978 como patrimônio nacional pelo governo cubano, e em 1982, juntamente com seu sistema de fortificações, foi reconhecido como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO<sup>5</sup>. A instituição responsável pela promoção e conservação do patrimônio na capital de Cuba é a *Oficina del Historiador de la Ciudad de La Habana* (OHCH)<sup>6</sup>.

Desde a década de oitenta, sob a direção de Eusebio Leal, a Oficina do Historiador passou a coordenar os projetos de reabilitação urbana e restauro do centro histórico. Na década seguinte, o país passou pela sua maior crise econômica, em decorrência do endurecimento do bloqueio comercial e financeiro implementado pelos Estados Unidos e pela queda do bloco socialista (antiga URSS), que apoiava financeiramente o país desde a Revolução.

Para poder manter os investimentos na reabilitação do centro histórico, o Conselho de Estado implementou uma mudança na legislação que ampliou

---

<sup>4</sup> Referência ao livro da Unesco intitulado “*Una experiencia singular: valoraciones sobre el modelo de gestión integral de La Habana Vieja, Patrimonio de la Humanidad*”, de 2006.

<sup>5</sup> Ver mapas nas páginas 26 e 27.

<sup>6</sup> No espanhol a palavra *oficina* quer dizer escritório ou agência. Para se manter mais próximo de como a população (tanto cubana quanto brasileira) conhecem a instituição, preferiu-se neste trabalho citá-la como Oficina do Historiador.

as atribuições institucionais da Oficina do Historiador, dando-lhe autonomia para desenvolver uma gestão autofinanciada da área (Zancheti, 2011). A partir do Decreto-Lei 143, de 1993, a instituição obteve prerrogativas especiais para empreender um modelo de gestão, que passou a deter os instrumentos jurídicos, financeiros e técnicos para a elaboração e execução de um plano de desenvolvimento econômico e social sustentável (Carrión, 2010; Rodríguez Alomá, 2006; Zancheti, 2011).

A Oficina possui uma estrutura operativa que possibilita o ciclo completo de recuperação do patrimônio do centro histórico, que vai desde o planejamento urbano até a restauração dos imóveis, passando pela requalificação da infraestrutura, arrecadação dos investimentos e capacitação de equipe especializada para execução do processo (Rodríguez Alomá, 2006; Zancheti, 2011).

Um dos primeiros estudos brasileiros sobre o trabalho da Oficina do Historiador em Havana Velha foi elaborado pelo arquiteto e urbanista Silvio Zancheti, no livro *Financiamento da Regeneração Urbana*, publicado em 2011. O autor sintetiza as mudanças que aconteceram na gestão da instituição e enfatiza que a autonomia que a Oficina passou a ter foi um ponto fundamental para o bom desempenho do projeto.

A OHCH deixou de ser uma instituição subordinada ao governo da cidade para ligar-se diretamente ao Conselho de Estado de Cuba. Isso lhe proporciona uma maior independência e mais agilidade na tomada de decisões sobre, praticamente, todos os setores de ação da gestão urbana. A OHCH foi reconhecida como pessoa jurídica com direitos para estabelecer relações de diversos tipos com outras instituições nacionais e estrangeiras, cobrar impostos das empresas produtivas localizadas em seu território, abrir e operar contas bancárias, importar ou exportar equipamentos e equipes, receber e dar destino a doações e a projetos de cooperação nacionais ou internacionais (Zancheti, 2011: 52).

As mudanças pelas quais o país passou na década de noventa foram muito além da nova gestão da Oficina do Historiador. Para enfrentar o período especial<sup>7</sup>, Cuba adotou um conjunto de reformas, sendo algumas delas

---

<sup>7</sup> *Período especial* é como conhecido o período de crise econômica em Cuba, na década de 1990.

conjunturais, outras, estruturais (Alonso, 2011). Entre as mudanças está a introdução de elementos de mercado, com o incentivo ao turismo, a abolição da exclusividade estatal sobre o comércio exterior e a introdução do emprego autônomo<sup>8</sup> (Feitosa, 2008). Também houveram mudanças significativas no âmbito político: a Constituição de 1976 passou por reforma, que ampliou a participação da população no sistema eleitoral e atribuiu aos municípios personalidade jurídica – importante passo para a descentralização e desburocratização do Estado. Para a doutora em ciências econômicas Delia López (2013), diante das mudanças implementadas, as mais importantes foram as eleições diretas<sup>9</sup> e a criação dos conselhos populares – nova instância de poder.

Os conselhos populares são órgãos consultivos e de caráter fiscalizador, estruturas intermediárias entre as Assembleias Municipais e os delegados de base. De acordo com Roberto Almaguer (2013: 53), se fazia necessário a “existência de uma autoridade, subordinada ao município, que fiscalizasse a qualidade e a eficiência na prestação dos serviços oferecidos a população e que impulsionasse a solução aos problemas próprios de cada localidade”. Os conselhos realizam reuniões periódicas e são formados por delegados, um vice-presidente e um presidente. Os delegados são eleitos pela população da circunscrição<sup>10</sup>, que por sua vez elegem os cargos para presidência e vice-presidência.

Contudo, a implementação dos conselhos populares não se trata apenas de uma tendência de descentralização do Estado, mas de um processo mais profundo de reorganização da sociedade cubana (Sosa, 2007), retomando a escala local do bairro.

Falar de conselho popular em Cuba é considerar duas instâncias: uma *administrativa*, de gestão e fiscalização local, constituída pela figura dos

---

<sup>8</sup> Com a introdução do emprego autônomo tributado se iniciou a abertura de diversos pequenos negócios e serviços, conhecidos como particulares ou *cuenta-propistas*.

<sup>9</sup> Para os cargos de delegados das Assembleias Provinciais e de deputados da Assembleia Nacional.

<sup>10</sup> Pela divisão político-administrativa cubana de 2010, uma circunscrição equivale a uma unidade de vizinhança formada por um conjunto de quadras.

delegados e do presidente do conselho; e outra, *territorial*, que corresponde a área que o conselho popular atende. Assim, os conselhos foram estruturados a partir de um contexto de mudança: nascem pela extinção da categoria de “bairro” como divisão político-administrativa, e surgem com o intuito de aproximar a comunidade a partir de uma política pública com ênfase nas dinâmicas locais e na participação comunitária.

Em Havana Velha, atualmente, há seis conselhos populares, são eles: *Belén, Catedral, Jesús María, Plaza Vieja, Prado* e *San Isidro*. Os conselhos trabalham em contato direto com a Oficina do Historiador, mas cada instituição gerencia atividades em escalas distintas.

A Oficina é responsável pela gestão do centro histórico em uma escala referente ao planejamento territorial, que inclui a elaboração de plano diretor, execução dos projetos de restauro, capacitação de equipe, direcionamento de orçamento, entre outros. Os conselhos populares são responsáveis por ações em uma escala comunitária, e assim atuam diretamente com os residentes, ouvindo suas principais queixas, fiscalizando a qualidade dos serviços e da infraestrutura que atendem àquela área, instauram comissões para pressionar as instituições responsáveis e, assim, levarem respostas para a população.

Um dos conselhos de mais destaque dentro de Havana Velha é o CP Catedral<sup>11</sup>. Historicamente, é a área mais antiga do país, onde em 1519 foi proferida a primeira missa pela fundação da *Vila de San Cristóban de la Habana*. No lugar que viria a se chamar Praça de Armas, estão localizados os primeiros edifícios coloniais da vila que se formava: o Castelo da Força Real, fortificação construída em 1577, o Palácio dos Capitães Gerais, um dos maiores exemplares da arquitetura barroca cubana, e o Palácio do Segundo Cabo, construído no século XVIII (Dávalos, 1999; Segre, 1995). Na área também estão localizadas a Catedral de Havana, considerada o monumento mais relevante e expressivo da arquitetura barroca cubana (Santana, 2012),

---

<sup>11</sup> Ver mapa na página 27.

três outras praças históricas<sup>12</sup>, a primeira universidade do país, algumas residências de influência mourisca e diversos solares renascentistas<sup>13</sup>.

Para além de sua importância histórica, a área do CP Catedral se apresenta com complexas dinâmicas urbanas e sociais, em um território heterogêneo que fervilha de experiências e pessoas, assegurando importantes funções turísticas, econômicas e culturais para o centro histórico. A *Calle Obispo* se mantém ao longo dos séculos como importante corredor comercial, com grande atividade hoteleira e gastronômica.

Parte do que se vê em Catedral é resultado da política de gestão implementada pela Oficina do Historiador com base no plano diretor<sup>14</sup>, que dá ênfase a manutenção do caráter residencial do centro histórico, investindo na permanência da população local (OHCH, 2016; Rodríguez Alomá, 2006) e tenta ampliar as esferas de participação dos residentes. Soma-se a isso, uma população residente com grande nível de engajamento e mobilização política, que reflete diretamente na atuação do conselho popular.

Um ponto importante do plano diretor do centro histórico de Havana é que está entre suas diretrizes, desde 1998, a concepção de uma “reabilitação participativa e sustentável” (Iglesias e Pérez, 2014). Tem-se buscado desde então novos instrumentos para ampliar a participação dos residentes, entre eles estão consultas públicas, atividades de educação patrimonial, apoio a projetos locais de cunho social, atividades de promoção cultural e resgate de ofícios tradicionais.

### Objetivos da pesquisa

Apesar da vasta literatura sobre o trabalho desenvolvido pela Oficina nas últimas décadas e sobre a importância dos conselhos populares para a reestruturação do país, tantas questões se mantinham sem resposta: Como

---

<sup>12</sup> *Plaza de la Catedral, Parque San Juan de Dios e Plazuela del Ángel.*

<sup>13</sup> Ver fotografias nas páginas 28-30.

<sup>14</sup> *Plan Especial de Desarrollo Integral (PEDI).*

a Oficina tem desenvolvido o projeto de reabilitação urbana com base na participação? O que se entende por participação, neste caso específico? Quais atores estão envolvidos nesse processo? Como essa participação tem se estruturado? Como se dá o processo de organização dos conselhos populares dentro do centro histórico? Como acontece a interação entre Oficina e conselhos?

Para responder a essas indagações, o objetivo central desta pesquisa é compreender a participação no centro histórico de Havana, mais especificamente na área do Conselho Popular Catedral. Analisar qual tipo de participação existe, como ela se estrutura e quais os atores estão envolvidos nesse processo.

#### Percurso metodológico

Esta pesquisa é fruto, sobretudo, de um processo de abertura do *sujeito pesquisador* a novas formas de compreender a realidade. Não apenas na forma de apreender e aprender com novas realidades, mas também de acreditar que é possível construir *outras* realidades.

A partir de uma reflexão crítica sobre a prática, esta pesquisa se deparou com a importância e necessidade de uma descolonização epistêmica<sup>15</sup> para a construção de novos saberes e novas formas de intervir na realidade (Freire, 2016). Nas palavras do sociólogo e educador popular Oscar Jara:

Não podemos aspirar simplesmente a “descrever” os fenômenos e a “observar” seus comportamentos e sim devemos nos propor a intuir e compreender suas causas e relações, identificar suas contradições profundas, situar honestamente nossa prática como parte dessas contradições, e chegar a imaginar e a empreender ações tendentes a transformá-la. “Transformar a realidade”, a partir da perspectiva dialética, significa transformarmos a nós mesmos como pessoas, com nossas ideias, sonhos, vontades e paixões. Somos assim - ao mesmo tempo - sujeitos e objetos de conhecimento e transformação (Jara, 2006: 49, tradução livre).

---

<sup>15</sup> Sobre o tema ver de Boaventura de Souza Santos (org.), *Epistemologias do Sul* (2009); e de Santiago Castro-Gómez e Ramón Grosfoguel, *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* (2007).

A construção do problema de pesquisa passou por um processo contínuo de conscientização, autorreflexão, discussão e reestruturação – tanto do sujeito-autor como do objeto pesquisado; abrindo espaço para um intercâmbio constante entre teoria e prática (Fals Borda, 1981). Tomando como referência a concepção de Maria Cecília Minayo (2013), de que a teoria e o método caminham juntos, e que as *questões epistemológicas* e os *instrumentos operacionais* necessitam ser trabalhados de forma integrada, o trabalho desenvolvido foi uma pesquisa social de base qualitativa.

A fundamentação teórico-metodológica tomou como base uma produção, em essência, latino-americana e caribenha, nos campos da sociologia, educação popular, psicologia comunitária, e da conservação integrada. Metodologias de base participativa<sup>16</sup> serviram de inspiração na construção do olhar, do fazer e do analisar; em uma busca constante sobre como desenvolver um prática acadêmica mais horizontal.

Os procedimentos elaborados para esta pesquisa foram sistematizados em três fases que dividem-se em cinco etapas. As etapas desta pesquisa não se estruturaram de modo autônomo ou estanque, ou seja, foram se desenvolvendo a partir da articulação e integração entre si. Por isso, as etapas que serão apresentadas abaixo, precisam ser compreendidas de forma conectadas e interdependentes. Da mesma forma que os dois meses de pesquisa de campo permearam todas as etapas; todas as vezes que uma delas passou por mudança, todas as outras necessitaram ser reestruturadas.

---

<sup>16</sup> Dentre elas, a *pesquisa participante* (Brandão, 1999), a *observação participante* (Valladares, 2007) e a *sistematização de experiências* (Jara, 2012).

Tabela 1 – Fases e Etapas da Pesquisa

<i>Fases da pesquisa</i>	<i>Etapas da pesquisa</i>
Construção do arcabouço teórico-metodológico	Etapa 1 – pesquisa documental
	Etapa 2 – elaboração das entrevistas
Viagem de campo	Etapa 3 – exploração do campo
	Etapa 4 – aplicação das entrevistas
Sistematização dos resultados	Etapa 5 – análise e interpretação de dados

Fonte: Autora, 2018.

A etapa de *pesquisa documental* levantou a bibliografia sobre os temas estudados e esteve voltada, em sua maioria, para fontes secundárias. As primeiras fontes analisadas foram livros, revistas científicas e leis cubanas. Com a pesquisa de campo em Havana, teve-se acesso ao acervo da Biblioteca Rubén Martínez Villena, da Biblioteca Roberto Lopez Bastida e da Biblioteca da Flacso<sup>17</sup>.

O processo de *elaboração das entrevistas* foi desenvolvido a partir de ampla análise bibliográfica e questionamentos sobre qual seria o posicionamento do sujeito pesquisador. Ter acesso a literatura do filósofo José Luis Rebellato (2005; 2012) sobre participação popular e a produção de Oscar Jara (2006; 2012) sobre sistematização de experiências, foram pontos importantes no decorrer da pesquisa. Tomando como referência Minayo (2013), Haguette (2013) e Flick (2009) se estruturou dois roteiros de entrevista. Um deles voltado para os especialistas que seriam consultados (entrevista em profundidade) e outro para os residentes (entrevista semiestruturada). Ambos os roteiros foram elaborados de forma a permitir “a flexibilidade nas conversas e a absorver outros temas e questões trazidas pelo interlocutor” (Minayo, 2013: 191).

A etapa de *exploração do campo* permitiu, entre os meses de fevereiro a abril de 2018, conhecer o território que estava sendo estudado, identificar os atores sociais e as narrativas coletivas, estabelecer contatos e vínculos.

<sup>17</sup> Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais.

Nesta etapa foi possível fazer uma visita ao centro histórico de Havana, guiada por uma arquiteta da Oficina do Historiador onde teve-se acesso a alguns trabalhos desenvolvidos pela instituição<sup>18</sup>. Além disso, foi possível participar da reunião mensal<sup>19</sup> do Conselho Popular Catedral. A reunião teve duas horas de duração e foi integrada pelo presidente do conselho e seus 13 delegados.

As *entrevistas* realizadas foram de dois tipos, como dito anteriormente. Foram realizadas seis *entrevistas em profundidade* com especialistas e líderes comunitários, todos com alguma relação com a reabilitação de Havana Velha ou com conhecimento sobre participação, identificados durante a exploração de campo. Entre os entrevistados, estão um sociólogo e professor da Universidade de Havana, uma arquiteta da Oficina do Historiador, uma ex-especialista da Oficina, o presidente do Conselho Popular Catedral, um líder comunitário que desenvolve importante projeto de profissionalização e uma bibliotecária que desenvolve oficinas de educação patrimonial.

As *entrevistas semiestruturadas* foram realizadas com 20 residentes do Conselho Popular Catedral. O tamanho da amostra foi definido pela disponibilidade, tanto da pesquisadora como dos residentes. Houve uma dificuldade inicial, de como estrangeira, chegar até essas pessoas, explicar o motivo da pesquisa e porque se desejava entrevistá-los. Foi necessário um trabalho prévio, uma conversa informal, para desmistificar um pouco a ideia que possuíam sobre “dar uma entrevista”. Alguns não se sentiam “habilitados” para falar sobre temas que acreditavam ser “de grande importância” ou “demasiado acadêmicos” (como patrimônio e participação).

Apesar da dificuldade inicial de contatar esses atores, estabelecer algum vínculo (por mais que efêmero), e obter-lhes a aceitação para participar da pesquisa, buscou-se manter a diversidade da amostra. Foram entrevistados

---

<sup>18</sup> Entre eles a *Escuela Taller*, uma escola-oficina de formação de jovens que resgata ofícios tradicionais voltados para a restauração do centro histórico.

<sup>19</sup> No mês de março de 2018.

residentes entre a faixa etária de 23 a 92 anos, das mais distintas profissões. Dentre os entrevistados estão três delegados do conselho popular.

A etapa seguinte, de *análise e interpretação de dados*, foi desenvolvida a partir da análise de discurso. Compreendendo a linguagem não como evidência, mas como lugar de descoberta (Orlandi, 2009), buscou-se identificar como os discursos são construídos a partir do texto. Registrar a “voz e, através dela, a vida e o pensamentos de atores” (Bosi, 1994: 37), permitiu confrontar os discursos individuais com os discursos institucionais. Esse confronto enriqueceu a pesquisa e permitiu a descoberta de novas chaves interpretativas.

#### Organização da narrativa

A interpretação das distintas fontes de pesquisa permitiu a organização desta dissertação em quatro capítulos, além da introdução e das reflexões finais. O primeiro capítulo consiste na introdução da pesquisa. O *capítulo dois* aborda a amplitude conceitual da participação. Tomando como referência os campos da sociologia, ciência política e psicologia comunitária, apresenta a polissemia e o esvaziamento de sentido que envolve o conceito. Também trabalha na conceituação sobre distintos tipos de participação (democrática, comunitária e popular). Ao final do capítulo será apresentada a proposta desta pesquisa: que a participação seja apreendida a partir da noção de redes.

O *capítulo três* vem trazer algumas discussões sobre a participação no campo da conservação. Apresenta o contexto no qual a participação passa a estar no centro das questões de salvaguarda, como a literatura especializada vem abordando o tema e como o conceito se alterou através das décadas nas cartas patrimoniais.

O *capítulo quatro* contempla o contexto sociopolítica de Cuba – dos antecedentes históricos que emergiram na Revolução até os dias atuais. Trata-se de um breve panorama a respeito da organização social, política e econômica do Estado cubano. O capítulo apresenta o contexto de

implementação dos conselhos populares no país e o processo de mudança na gestão da Oficina do Historiador, ambos na década de 1990.

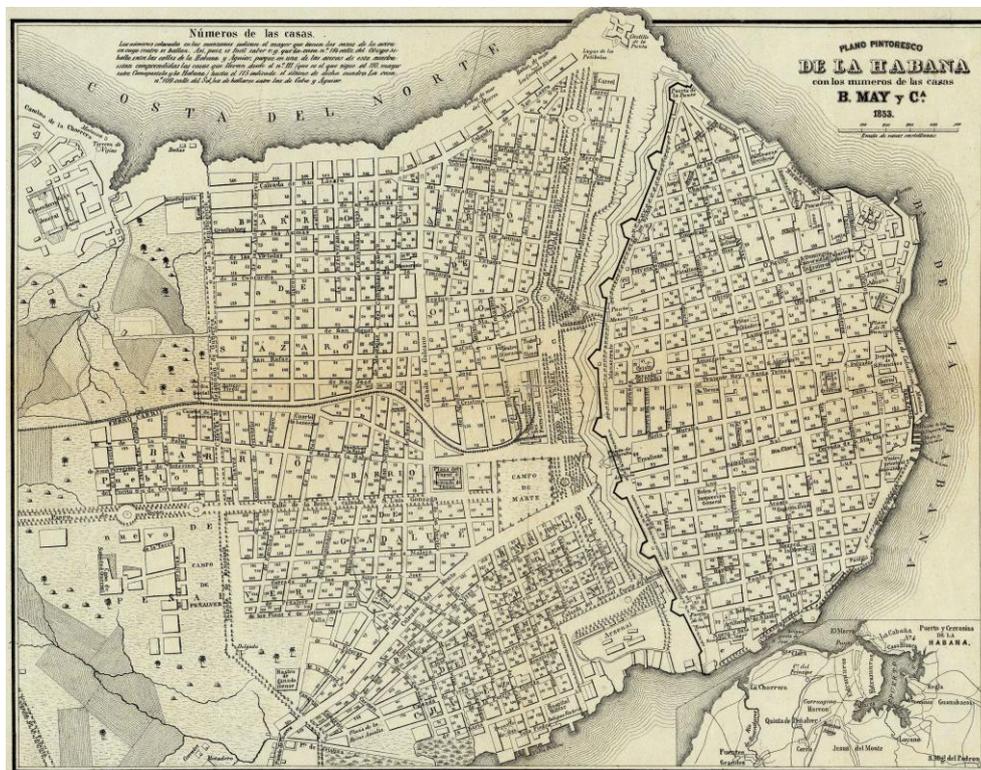
O *capítulo cinco* foca na análise das duas redes de participação tratadas nessa dissertação, a da Oficina e a do CP Catedral. Serão apresentadas como a participação foi identificada em ambas redes, a partir dos atores, ações, tipos de participação e suas conexões. O capítulo traz também a percepção que os residentes tem sobre temas como *participação* e *participar*.

Ao final desta narrativa serão trazidas algumas reflexões sobre o discorrer da construção desta dissertação e suas implicações. Assim, faço um convite ao leitor para conhecer um pouco de Havana Velha e suas redes de participação.

Figura 1 – Plano de Havana, 1798



Fonte: OHCH, 2011.

Figura 2 – Plano de Havana, cidade intramuros (*La Habana Vieja*) e extramuros, 1853

Fonte: OHCH, 2011.

Figura 3 – Delimitação do centro histórico de Havana e do Conselho Popular Catedral



- DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE HAVANA
- DELIMITAÇÃO DO CONSELHO POPULAR CATEDRAL

Fonte: Google Earth, com adaptação da autora, 2018.

Figura 4 – Catedral de Havana



Fonte: Autora, 2018.

Figura 5 – Praça da Catedral de Havana



Fonte: Autora, 2018.

Figura 6 – Museu da Revolução



Fonte: Autora, 2018.

Figura 7 – Palácio Velasco-Sarrá, atual edifício da Embaixada da Espanha



Fonte: Autora, 2018.

Figura 8 – Calle Obispo, com edifício da Universidad San Gerónimo, à direita, e Hotel Ambos Mundos, à esquerda



Fonte: Autora, 2018.

Figura 9 – Paseo de Martí ou Paseo del Prado, limite da zona de proteção do centro histórico de Havana



Fonte: Autora, 2018.

Figura 10 – Casario do centro histórico



Fonte: Autora, 2018.

Figura 11 – *Paseo de Martí*



Fonte: Autora, 2018.

Figura 12 – Capitólio de Havana, atual Academia Cubana de Ciências



Fonte: Autora, 2018.

Figura 13 – *Plaza de Armas*



Fonte: Autora, 2018.

Figura 14 – Casario do centro histórico



Fonte: Autora, 2018.

Figura 15 – Ruína no centro histórico



Fonte: Autora, 2018.

Figura 16 – Vendedora de amendoim com roupa típica ao lado de estudantes



Fonte: Autora, 2018.

Figura 17 – Grupo de dança popular



Fonte: Autora, 2018.

Figura 18 – À esquerda, *bicitáxi*, um dos meios de transporte mais utilizados no centro histórico



Fonte: Autora, 2018.

Figura 19 – Vendedora de frutas em *Calle Cuarteles*



Fonte: Autora, 2018.

Figura 20 – Loja de artesanato



Fonte: Autora, 2018.

Figura 21 – Terraço de hotel em *Calle Barillo*



Fonte: Autora, 2018.



# 2

## **PARTICIPAÇÃO E SUA MULTIPLICIDADE CONCEITUAL**

## 2 PARTICIPAÇÃO E SUA MULTIPLICIDADE CONCEITUAL

A participação é um conceito amplo, complexo e polissêmico. Tem sido usado por diferentes grupos e com significados tão diversos – por vezes até contraditório – que alguns autores enfatizam seu esvaziamento de sentido. Quando se fala de participação, há um certo consenso sobre a ambiguidade que envolve o tema, que tanto pode ser considerado como redistribuição de poder para grupos minoritários (Arnstein, 1969), como pode estar na pauta do Banco Mundial, como uma das estratégias para o desenvolvimento global (GBM, 2014).

Este capítulo vai abordar a multiplicidade conceitual da participação, tomando como referência os campos da sociologia, ciência política e psicologia comunitária. Dedicase a distinção conceitual entre três tipos participação (democrática, comunitária e popular), propondo que as experiências participativas sejam compreendidas a partir da noção de redes. O objetivo central do capítulo é construir um arcabouço teórico que auxilie na análise da participação em Havana Velha.

### 2.1 O caráter polissêmico da participação

A participação é sempre um ato social, ninguém pode participar de maneira isolada, privada ou para si mesmo, segundo o cientista político mexicano Mauricio Merino (1995). De acordo com o autor, não há pessoa que não participe de nada ou que participe de tudo. Quem acredita que não participa, na verdade está dando um voto de confiança aos que tomam as decisões, porque mesmo a renúncia é um tipo de participação (Merino, 1995).

A psicóloga social Marisela Montenegro (2004a) corrobora com Merino (1995) no que diz respeito à participação ser um tema ligado à coletividade. Participar implica a existência de uma relação social a respeito de um determinado tema (Montenegro, 2004a). Para a autora, participação não é apenas um processo social, mas um *processo social auto reflexivo*: “os

indivíduos influenciam – e são influenciados – nas decisões de um coletivo em relação a assuntos que são de seu interesse” (Montenegro, 2004a: 79).

Para o filósofo e educador chileno José Luis Rebelatto (2005), por conta do caráter difuso e ambíguo da participação, o conceito precisa ser compreendido a partir de uma concepção integral, que consiga reunir suas três principais conotações: fazer parte, ter parte e tomar parte. Rebelatto compreende o (1) *fazer parte* a partir da noção de pertencimento, de se sentir parte integrante de um grupo. Para o autor, o sentimento de pertencimento:

Contém o gérmen do compromisso em que o todo e o indivíduo se sentem incluídos. Saber que se é parte de algo é também, potencialmente, saber que esse algo se constrói também com minha contribuição. Portanto, se desprende uma atitude de compromisso e responsabilidade pelos efeitos de minha ação, quer dizer, pelas consequências de minha singular modalidade de me incluir e influenciar nisso tudo (Rebellato, 2005: 137, tradução livre).

Um outro sentido de participação é o (2) *ter parte*, que se refere a ter algum papel ou função dentro de um determinado grupo no qual se sente pertencente. Desta forma, a negociação e o conflito são pressupostos do processo participativo (Rebellato, 2005).

E por fim, há o sentido de (3) *tomar parte*, que compreende a ação de decisão em um processo de tomada de consciência de que se pode e se deve influenciar no curso de ações coletivas. Para o filósofo, tomar parte completa a ideia do participativo, que a partir de um processo de conscientização, análise crítica e avaliação dos recursos disponíveis, se parte para a ação, ou para a *participação real*, em suas palavras.

Desta forma, Rebellato compreende que a participação diz respeito, simultaneamente, a um processo que envolve o sentimento de pertencimento de seus atores, da existência de alguma função dentro de uma estrutura social e da consciência de se poder intervir para gerar mudanças.

Um trabalho pioneiro sobre o tema foi desenvolvido pela estadunidense Sherry Arnstein<sup>20</sup>, que em 1969 publicou o artigo intitulado “*A Ladder of Citizen Participation*”. Para Arnstein a participação é o instrumento necessário para que se possa promover reformas sociais significativas. A autora afirma que a participação que não gera mudanças substanciais nas relações de poder é uma participação vazia, pois a participação é um processo de inclusão dos atores que foram excluídos dos processos políticos e econômicos do passado.

Arnstein (1969) critica diversas ações desenvolvidas por instituições governamentais que se usam do título de “participativos”, mas que na verdade não tem o intuito de dar voz aos atores envolvidos, nem tampouco de gerar mudanças na vida dos mesmos.

Informar cidadãos de seus direitos, responsabilidades e opções pode ser o mais importante primeiro passo rumo à legítima participação do cidadão. Porém, muito frequentemente a ênfase está na mão única da informação – dos técnicos para o cidadão, sem que haja um canal de comunicação que permita o retorno, e menos ainda que haja poder de negociação. (...) Os instrumentos mais utilizados para consultar a população são pesquisas de opinião, assembleias de bairro e audiências públicas. Quando os tomadores de decisão restringem as contribuições dos cidadãos apenas a este nível, participação permanece apenas um ritual de fachada (Arnstein, 1969: 219, tradução livre).

A autora ressalta a importância de existir uma efetiva organização popular na comunidade e recursos financeiros, que vão possibilitar maior autonomia, como contratação de seus próprios técnicos e advogados. Outro ponto importante destacado por Arnstein, a partir da sua experiência profissional, é que na maioria dos casos que se conseguiu chegar a um efetivo processo participativo, isso foi alcançado pela pressão de cidadãos que já haviam passado por “processos vazios” e passaram a exigir mudanças significativas.

Autores representativos da problemática estão em concordância com Arnstein (1969) no âmbito que a participação é um processo ativo e gera

---

<sup>20</sup> Sherry Arnstein trabalhou como consultora em participação popular junto ao Ministério de Habitação e Desenvolvimento Urbano dos EUA e foi diretora de Estudos Comunitários em organização não-governamental.

transformação nas relações de poder (Socarrás, 2005). São tantos os processos que se dizem participativos, mas não geram mudanças reais, que com frequência utiliza-se termos para qualifica-la, como “participação efetiva”, “legítima participação” ou “participação real”, para fazer distinção das ditas “participações vazias”.

Rebellato (2005) diz que a questão do poder deve ser compreendida como abordada por Foucault, onde todas as relações sociais são permeadas por relações de poder. E que a frequente negação da relação entre poder e conhecimento não deixa de ser uma forma de manutenção do poder. Quando compreende-se a participação como lugar de disputa política no processo de transformação das relações de poder, há sempre a ideia relacionada à ação, movimento e engajamento: intervenção da sociedade civil na esfera pública (Cunil *apud* Guillen et al, 2009).

Para o cientista político mexicano Miguel Sánchez, participar faz alusão a “intervenção de alguém em algo que lhe pertence, que em certo momento lhe é comum porque há um interesse latente e manifesto” (2009: 87). E para o sociólogo cubano Hans Carrillo Guach, a participação se constitui pelo “conjunto de capacidades e possibilidades que possuem os cidadãos, as instituições e/ou organizações, para influenciar na tomada de decisões relativas a transformação de sua realidade imediata” (2014: 07).

Quando considera-se a dimensão política da participação se reconhece que o ato de participar não é neutro, mas uma expressão permeada de ideologias (Linares e Moras, 2004) e assim, construída a partir de um lugar de disputas. Assumir que o conflito é inerente às relações humanas, é o primeiro passo para que antigas estruturas sociais sejam confrontadas e novas relações possam ser construídas.

A psicóloga cubana Patricia Arenas ao abordar a problemática que envolve este conceito, por sua amplitude e complexidade, considera que a participação deve ser compreendida como “um *processo* e não como um estado inicial ou final, de caráter acabado” (2004: 21). A autora compara a

participação como processo à noção de desenvolvimento social em espiral, que ao invés de ter uma estrutura linear, sempre amplia-se em novos níveis.

Frente ao exposto, a participação é compreendida neste trabalho como um processo social dinâmico, que envolve simultaneamente, sentimento de pertencimento e engajamento social, que influenciam no curso de ações coletivas. Uma efetiva participação possibilita que atores sociais incidam em suas realidades e territórios, ao passo que geram processos de transformação social e pessoal.

## 2.2 Sobre atores e escalas: tipos de participação

Muitos dos trabalhos que apresentam relatos de processos participativos não costumam responder à algumas perguntas centrais desta problemática: Quem participa? Como? Onde? Quando? Em qual parte do processo houve participação? Foi uma ação pontual ou o processo participativo é sistemático? Aconteceu uma “efetiva participação” ou apenas uma “participação vazia”?

Frente a tantas perguntas que o tema abarca, a maioria dos autores analisados fazem referência a um *tipo* de participação específica. E quando falamos de tipos de participação, estamos na verdade, focando nos atores envolvidos e na escala do processo. A seguir, abordaremos três tipos de participação pertinentes para esta pesquisa: participação democrática, participação comunitária e participação popular.

### 2.2.1 Participação democrática

A participação democrática (ou cidadã) está diretamente relacionada a uma estrutura de governo onde existe democracia. Em um estado democrático, participação e representatividade se entrelaçam no processo de seleção dos representantes políticos: as eleições (Merino, 1995).

O sufrágio é considerado como a máxima expressão da participação democrática, entretanto, não é a única. Para Mauricio Merino (1995), a participação que acontece nas sociedades modernas tem como marco a seleção de representantes, mas precisa ir além, e atravessar as organizações políticas e sociais. Para isto, os cidadãos tem que estar dispostos a defender os seus interesses frente aos demais, rompendo a barreira que separa a vida privada dos assuntos públicos (Merino, 1995),

Para que os mecanismos participativos em uma democracia representativa sejam ampliados, faz-se necessário a existência de uma via de mão dupla: vontade política, de um lado; organização social, do outro. Consultas públicas, referendos, orçamentos participativos e gestão compartilhada são alguns dos instrumentos que ampliam a participação democrática, mas eles só geram mudanças significativas quando existe interesse político na desconstrução das assimetrias sociais. E isso só se faz possível quando existem organizações sociais engajadas, que vão criando espaços mais horizontais.

O geógrafo e urbanista espanhol Jordi Borja (1988) afirma que dentre as condições prévias para o desenvolvimento da participação está a existência de uma administração justa e ativa, juntamente com programas sociais que tem como objetivo melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Para o autor, a participação acontece quando “há expectativa bem fundada de progresso individual e coletivo” (1988: 14).

A temática da participação democrática foi muito discutida entre as décadas de 1980 e 1990, a partir do processo de redemocratização de diversos governos na América Latina. Em meio ao processo de construção de um novo vocabulário político (Santos e Avritzer, 2002), a participação passou a ser compreendida como símbolo de resistência e luta contra a hegemonia do poder dominante (Gohn, 2004).

Ainda na década de noventa, houve grande avanço da estratégia neoliberal, e muitos países, inclusive o Brasil, testemunhou o surgimento do um “projeto de Estado mínimo que se isenta progressivamente de seu papel de

garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil” (Dagnino, 2004: 96). Por vezes, importantes grupos que trabalharam para o processo de transição democrática passaram a ser desencorajados (Santos e Avritzer, 2002), ou cooptados, em diferentes contextos institucionais. E a participação então reduzida a uma categoria mercantil, sendo concebida como capacidade individual de executar tarefas (Arenas, 2004), diminuir os gastos e melhorar os rendimentos das empresas.

A participação pode ser transformada em um processo de controle social organizado de cima para baixo (*top-down*), no qual interesses e atores hegemônicos encontram uma nova forma de prevalecer sobre atores e interesses subordinados, com menos capital político ou de organização (Santos e Avritzer, 2002: 60).

A participação não pode substituir um setor público opaco e desfalecente, socialmente ineficaz, administrativamente improdutivo, organicamente caótico, economicamente perdulário e politicamente burocratizado, como o que muitas vezes foi herdado (Borja, 1988: 14).

Para a cientista política Evelina Dagnino (2004), a participação foi acometida por um *deslocamento de sentido*, que despolitizou o termo e gerou outro significado semântico. Passou a ser frequente a chamada “participação solidária”, dando-se ênfase à filantropia empresarial e ao trabalho voluntário. A participação passou a ser ligada à ideia de solidariedade: “despida de seu significado político e coletivo, passando a apoiar-se no terreno privado da moral” (Dagnino, 2004: 102).

Borja também traz à discussão os limites da participação democrática no contexto espanhol, que assemelha-se a outros cenários políticos. Para o geógrafo, “os partidos sofrem de pouco enraizamento na vida cotidiana, de insuficiente capilaridade social. O sistema eleitoral vigente seleciona mal os eleitos (não se garante nem sua representatividade social imediata nem sua competência funcional)” (1988: 16). O autor lista algumas medidas que poderiam mudar esta configuração, dentre elas estão: incentivar o caráter comunitário a partir de circunscrições menores e facilitar a constituição de grupos sociais que possam receber e repassar as demandas dos eleitores.

Diante do exposto, considera-se necessário ao trabalhar com o conceito, *localizar e repolitizar* a participação. Ou seja, identificar as bases semânticas nas quais se está trabalhando e restituir o significado político e ideológico do termo.

### 2.2.2 Participação comunitária

A participação comunitária é aquela que acontece no seio de uma comunidade e está vinculada a uma dimensão local, que por vezes é o bairro. O sentido de comunidade é bem amplo, mas sempre está vinculado a um grupo de pessoas que possuem algo em comum, seja a nível espacial, religioso, educacional ou laboral. Para a psicologia comunitária, o sentido de comunidade surge quando as pessoas se sentem unidas por “laços invisíveis” que as conectam a um determinado grupo (Montenegro, 2004b).

O bairro em muitas cidades é a unidade mínima de urbanização, e por isso é frequentemente vinculado ao conceito de comunidade. Entretanto, em um bairro pode haver mais de uma comunidade, da mesma forma que uma comunidade pode abarcar mais de um bairro. Quando se trabalha com o nível comunitário faz-se necessário ir além do caráter territorial e considerar a dimensão subjetiva, que está vinculada ao sentido de unidade e as identidades coletivas do lugar.

Para Marisela Montenegro, o conceito de comunidade “faz alusão a agrupações de pessoas que compartilham certas características em comum e que desenvolvem diferentes tipos de práticas conjuntamente” (2004b: 19). A partir dessas agrupações, surgem sentimentos de coesão e pertencimento, com a ideia de um “nós” que se confronta com o “outro” exteriorizado (Montenegro, 2004b).

Outro aspecto importante com relação a comunidade, segundo a autora, é a identificação pessoal com o grupo em questão. Uma pessoa pode residir dentro de uma determinada comunidade e não se sentir pertencente a ela, seja por questões pessoais, sociais, raciais ou religiosas. É necessário haver o sentimento de pertencimento e se auto definir como pertencente ao grupo.

Desta forma, a participação comunitária se desenvolve em uma escala local, vinculada a identidades coletivas e a um forte sentimento de pertencimento (Chaguaceda e González, 2015), sendo estruturada a partir de questões ligadas diretamente ao cotidiano da comunidade.

Há dois movimentos comuns dentro da participação comunitária: aquele que surge de dentro para fora e o que surge de fora para dentro. O que surge *de dentro* diz respeito à organização e mobilização que surgem dentro da comunidade, por conta de demandas internas e questões pontuais, como é o caso de uma associação de moradores ou um protesto contra relocação dos residentes por alguma obra de infraestrutura. O que surge *de fora* para dentro refere-se às ações que envolvem mediadores (profissionais, técnicos, especialistas, agentes comunitários), a partir de demandas externas que possuem alguma relação com a comunidade ou com o território que ela habita. São exemplos a promoção de atividades culturais e as campanhas de conscientização (seja para erradicar doenças, diminuir os índices de violência doméstica, etc.).

Assim, considera-se pertinente para o trabalho com comunidades, além de conhecer a comunidade, em seus limites físicos, sua estrutura histórica e social; apreender as formas e as redes de participação já existentes (Rebellato, 2005), identificando os atores que participam, os locais da participação e seus objetivos (Dávalos, 2005). Também se faz necessário compreender que as relações comunitárias são complexas, dinâmicas e heterogêneas (Montenegro, 2004b), e também se estruturam em um campo de disputas.

Outro aspecto pertinente sobre a temática é a questão das lideranças. Para Montero (2006), todos os grupos geram seus líderes, sejam eles formais ou informais: sempre há pessoas que mediante a certas circunstâncias assumem a frente para resolver problemas coletivos e que são aceitos pela maioria dos membros do grupo. Quando a atividade comunitária tem um caráter participativo, as lideranças surgem através do consenso, e assim “as decisões e os planos se fazem mediante a discussão reflexiva, e as ações

derivadas deles tem a participação de muitos membros da comunidade” (Montero, 2006: 95).

Por conta de sua escala micro, a participação comunitária não costuma receber devida atenção no processo de mudança e transformação na sociedade. No entanto, Maria da Glória Gohn afirma que:

É no plano local, especialmente num dado território, que se concentram as energias e forças sociais da comunidade, constituindo o poder local daquela região; no local onde ocorrem as experiências, ele é a fonte do verdadeiro capital social, aquele que nasce e se alimenta da solidariedade como valor humano. O local gera capital social quando gera autoconfiança nos indivíduos de uma localidade, para que superem suas dificuldades. Gera, junto com a solidariedade, coesão social, forças emancipatórias, fontes para mudanças e transformação social (Gohn, 2004: 24).

De forma semelhante, Roberto Dávalos (2005) considera que uma efetiva participação comunitária tende a fortalecer o exercício democrático, e a partir de maior envolvimento dos cidadãos na gestão dos recursos se poderá vislumbrar um projeto de desenvolvimento mais autônomo e igualitário.

### 2.2.3 Participação popular

A participação popular tem distintas conotações. Pode ser sinônimo de participação democrática ou social, quando significa intervenção da população (sociedade civil) em um processo decisório no âmbito político. No Brasil, o termo passou a se popularizar na década de oitenta em meio ao processo de redemocratização no país. A ampla mobilização dos movimentos sociais e de diversos setores da sociedade conseguiu incluir mecanismos de democracia direta e participativa (Albuquerque, 2006) na elaboração da Constituição de 1988.

Entretanto, outra vertente compreende a participação popular a partir de uma “concepção populacional mais ampla do que apenas o movimento

sindical ou a política partidária” (Valla, 1998: 08), fazendo referência às classes populares. Dentro dessas classes populares, podem estar inseridos apenas os sujeitos subalternos<sup>21</sup> como também a classe média, termo que varia por autor ou contexto.

Neste trabalho compreende-se a participação popular como um processo social de base, que parte do engajamento da classe popular que sofreu algum tipo de exclusão. Sendo compreendida desta forma, a participação popular não é apenas um processo de ação política, mas de criação de espaços onde esses sujeitos tenham voz.

### 2.3 Redes de participação

Muitos dos autores e instituições que desenvolvem trabalhos sobre sistematização de participação apresentam um desenho de estrutura linear e crescente. Trazem os diferentes níveis de participação funcionando como categorias analíticas isoladas entre si. Um dos exemplos mais conhecidos é o esquema desenvolvido por Arnstein (1969), onde a autora compara os processos participativos com uma escada, onde cada degrau é um tipo de participação.

Figura 22 – Escada da Participação Cidadã

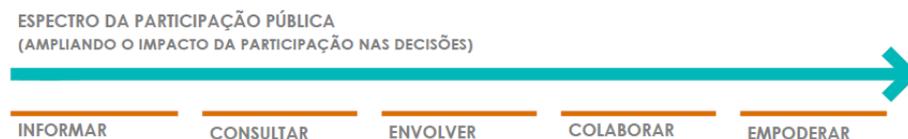


Fonte: Arnstein (1969), com adaptação da autora.

<sup>21</sup> O conceito de subalterno é utilizado por Gayatri Spivak resgatando o sentido que “Gramsci lhe atribuiu ao se referir a ‘proletariado’, ou seja, àquele cuja voz não pode ser ouvida” (Almeida, 2014b: 15). O cientista político Marcos Del Roio (2007) apresenta como este termo passa por uma ampliação da concepção gramsciana de camponês e operário, para se relacionar com a lógica colonial e, assim, aos grupos historicamente discriminados e silenciados.

Outro esquema foi elaborado pela *International Association for Public Participation* (IAP2), onde são identificados cinco níveis de participação, que são apresentados de forma a dar a ideia de continuidade e progressão.

Figura 23 – Espectro da Participação Pública



Fonte: IAP2 (2018), com adaptação da autora.

Comumente, quando se trabalha com o conceito (ou os conceitos) de participação, destaca-se um tipo específico de participação – como se não houvesse nenhuma interação entre movimentos de participação democrática com movimentos de participação comunitária e/ou popular. Esse problema evidencia como estudos sobre participação desconsideram os contextos locais e suas interconexões.

Assim, este trabalho propõe que a participação seja analisada a partir da noção de *redes*: onde os atores (sejam eles pessoas ou instituições) se conectam a partir de laços (que podem ser de base afetiva, institucional, comunitária), dentro de um contexto social e político específico.

O conceito de redes passou a ser difundido nos estudos sociais a partir dos campos da sociologia e da antropologia, ao longo do século 20. Um dos pioneiros ao utilizar a noção de *rede social* para descrever estruturas sociais de uma comunidade foi o antropólogo John Barnes, em 1953 (Portugal, 2007). Barnes, ao identificar como os laços de parentesco, amizade e conhecimento influenciavam as relações sociais de uma comunidade pesqueira da Noruega, concebe a noção de redes sociais: rede de relações que se estruturam a partir conexões interpessoais. O autor passou a utilizar a noção de redes para analisar “processos sociais que envolvem conexões que transpassam os limites de grupos e categorias” (Barnes, 1987: 163).

Amplamente utilizado em distintos campos, o conceito de redes diminui o caráter dualista na forma de analisar os processos sociais. O objeto de estudo passa a ser analisado a partir de uma *perspectiva relacional*, ou seja, pelas relações criadas entre os atores. Tem-se assim como pressuposto as noções de totalidade (relação entre o todo e as partes) e de interdisciplinaridade (interação entre distintos campos).

Nas ciências sociais, a análise das redes tem sido sempre um campo, por excelência, de interdisciplinaridade. (...) As suas bases teóricas, metodológicas e empíricas resultaram, em grande medida, da procura de soluções para problemas teóricos e empíricos que os investigadores não conseguiam resolver à luz dos quadros conceituais dominantes nas suas disciplinas (Portugal, 2007: 02).

As redes estruturam-se a partir de dois elementos: os *pontos nodais* (ou nós) e os *laços*. Os pontos nodais referem-se aos atores envolvidos na estrutura social analisada, que podem ser pessoas, grupos, organizações ou instituições. Os laços são as relações entre os nós, que se interconectam por aspectos afetivos, familiares, institucionais, comunitários, entre outros.

Esta ideia dirige o olhar dos analistas para as relações sociais e liberta-os de pensarem os sistemas sociais como coleções de indivíduos, díades, grupos restritos ou simples categorias. Usualmente, os estruturalistas têm associado «nós» com indivíduos, mas eles podem igualmente representar grupos, corporações, agregados domésticos, ou outras coletividades. Os «laços» são usados para representar fluxos de recursos, relações simétricas de amizade, transferências ou relações estruturais entre «nós» (Wellman e Berkowitz *apud* Portugal, 2007: 06).

O sociólogo português Manuel Castells (1999) trabalha com o conceito de redes para “caracterização da sociedade na era da informação”. Para o autor, “rede é um conjunto de nós interconectados. E nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta” (1999: 566). Para Castells, as redes referem-se a um sistema social aberto, dinâmico, com capacidade de expansão. Sílvia Portugal afirma que a noção de redes sociais possibilita “novos princípios analíticos, novas linguagens e novos dados para a teoria sociológica” (2007: 30), possibilitando uma perspectiva relacional com base nas interações sociais.

Com base no exposto, considera-se pertinente um deslocamento interpretativo na forma de analisar experiências participativas. Quando o estudo da participação é feito a partir de categorias analíticas isoladas – seja por meio de conceitos, tipos ou estruturas – que não se conectam entre si, isso gera uma redução na identificação e na interpretação dos elementos fundamentais do processo. Ao integrar a noção de redes aos estudos sobre participação, passa a se contemplar seu caráter complexo, que estrutura-se a partir de um conjunto de relações entre indivíduos e instituições.

Até o momento de elaboração desta pesquisa não identificou-se demais autores que trabalham com a participação a partir da noção de redes. O sociólogo cubano Roberto Dávalos cita o termo “redes de participação” mas não desenvolve o conceito. Entretanto, considera-se que essa compreensão se aproxima da exposta por Patricia Arenas, quando a autora aborda a ideia do *movimento* dos processos participativos, “de algo que não se produz de uma só vez, mas que está sempre acontecendo, com muitas interconexões” (2004: 21-22).

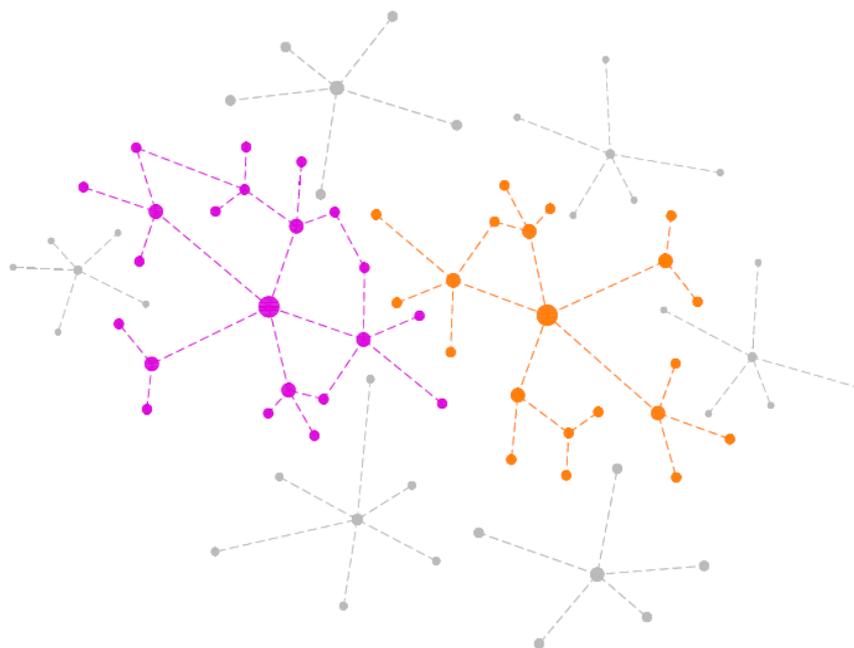
Vale frisar que em uma estrutura em rede, os pontos nodais são vazios quando isolados de seu contexto; o que dá sentido são os laços de articulação entre eles. O rebatimento disto para a compreensão da participação sob a perspectiva de redes é a necessidade de considerar os contextos locais específicos do objeto a ser estudado.

Outro aspecto importante dessa forma de interpretar a participação é considerar a conexão entre os tipos de participação. Experiências de participação democrática, comunitária e popular não acontecem de forma isolada, mas são desdobramentos de processos políticos, sejam eles nacionais ou locais. Neste trabalho, compreende-se processos políticos a partir da noção de Lloyd Fallers (1963):

O governo ou sistema político é visto não como uma parte concretamente distinta do sistema social, mas como um aspecto funcional do sistema social global: este aspecto diz respeito à elaboração e à concretização de decisões que envolvem política pública, por quaisquer que sejam os meios institucionais (Fallers *apud* Barnes, 1987: 160).

O intuito de trabalhar com experiências participativas a partir da noção de redes não é o de criar um nova categoria ou modelo teórico-metodológico que possa ser aplicado a toda e qualquer situação, mas o de expandir as possibilidades de análise e interpretação. Por isso, fala-se em *redes de participação*: em um mesmo objeto de estudo podem existir diversas redes de participação, que se sobrepõem e se conectam. O diagrama a seguir representa a ideia do que se propõe com relação às redes de participação: os pontos são nós – atores que tem um certo compromisso e geram mobilização em um determinado contexto social; e as linhas pontilhadas representam os laços – conexões entre os atores envolvidos em certo processo participativo.

Figura 24 – Esquema das Redes de Participação.



Fonte: Autora, 2019.

#### 2.4 Considerações parciais

Estudar a participação a partir da noção de redes amplia as chaves interpretativas, tendo em vista que se considera as relações entre os atores e as interconexões existentes entre eles nos processos participativos. Os tipos de participação, em sua diversidade de atores sociais e em distintas escalas, se conectam em uma multiplicidade de interações sociais, reflexo da

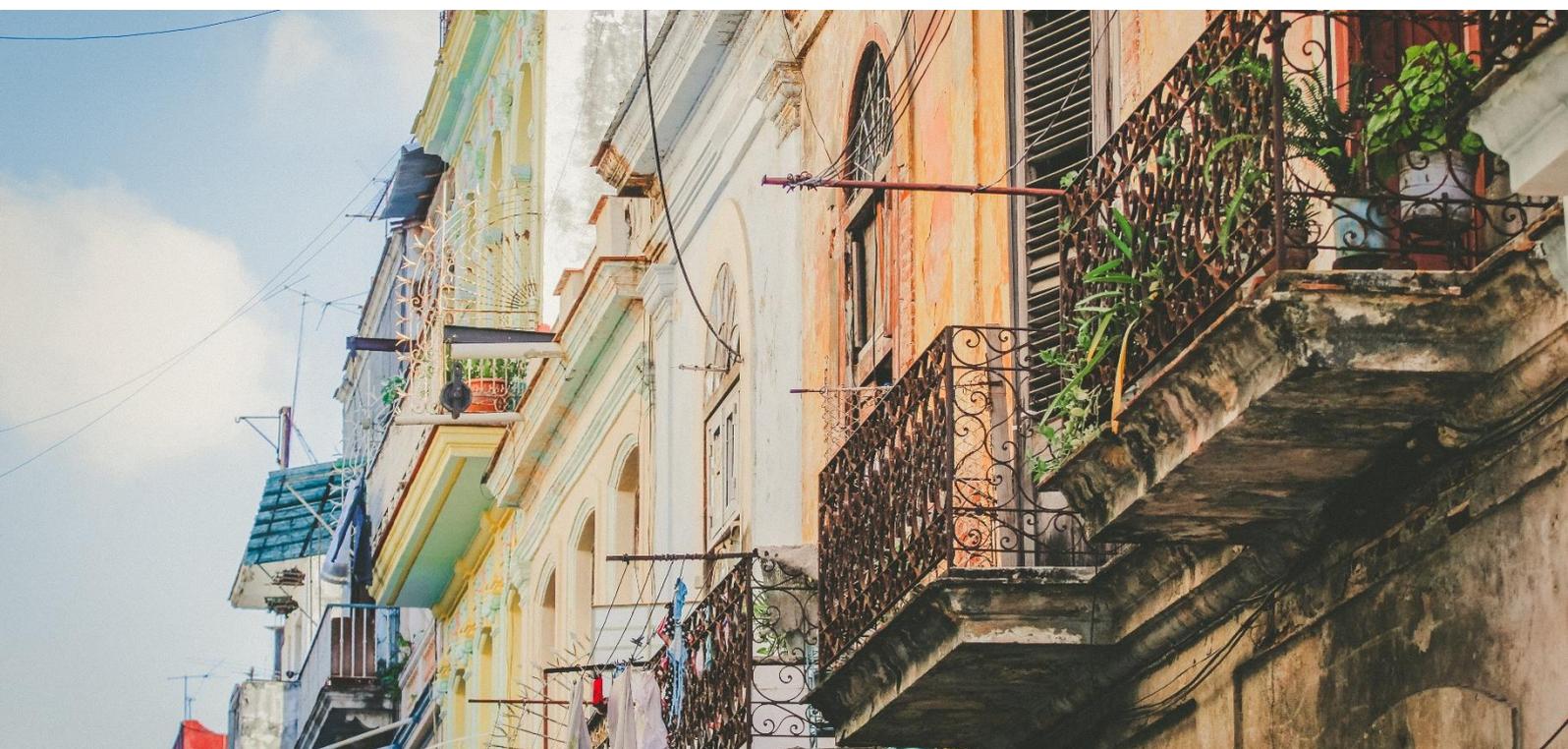
organização social e política do contexto no qual está inserido o objeto de estudo.

Na participação democrática, o ator é a sociedade civil organizada, seja por meio de organizações ou movimentos sociais, estando vinculada as estruturas políticas de um Estado; ou seja, refere-se a uma escala nacional. Em consonância com Merino (1995), enfatiza-se a necessidade de se trabalhar considerando as especificidades dos contextos políticos de cada país.

Na participação comunitária, a escala é local, e os atores são os membros da comunidade, podendo existir cargos de liderança ou não. Nesta escala, a noção de pertencimento com o espaços físico (seja ele público ou particular) e com as estruturas identitárias costumam ser fortes. Ou seja, há o sentimento de vínculo, de “ser parte de algo” (Rebellato, 2005).

Na participação popular os atores referem-se às classes populares ou a sujeitos minoritários, que passaram por algum processo de exclusão e discriminação (Del Roio, 2007). A escala nesse caso é indiferente, mas comumente está vinculada a processos locais e de base. Com isso, a participação popular também tem o caráter de dar voz e visibilidade a esses atores.

Considera-se assim que a participação é um movimento de encontro entre atores, instituições e movimentos sociais (Borja, 1988) em um contexto de transformação pessoal e coletiva.



# 3

## PATRIMÔNIO E PARTICIPAÇÃO: UM DIÁLOGO EM CONSTRUÇÃO

### 3 PATRIMÔNIO E PARTICIPAÇÃO: UM DIÁLOGO EM CONSTRUÇÃO

O tema da participação passou a ser discutido no campo do patrimônio a partir de uma mudança de paradigma, que passou a compreender os valores como construções sociais e suscetíveis a alterações. Os valores patrimoniais passam a ser compreendidos a partir de acordos entre-sujeitos (Munõz Vinãs, 2004). E assim surge uma gama de “sujeitos”, não apenas os especialistas.

Este capítulo vai apresentar parte do que foi encontrado na literatura especializada sobre participação a partir de um embasamento mais teórico, com foco principalmente nas etapas de construção da significância cultural e no planejamento. Também será apresentado como o conceito apareceu e se alterou através das décadas nas cartas patrimoniais. Espera-se com isso ampliar o arcabouço teórico-metodológico sobre o tema e, talvez, clarear o diálogo entre participação e patrimônio, que é tão incipiente.

#### 3.1 Mudança de paradigma

O tema da participação surge no campo da conservação a partir de um processo de reformulação da noção de patrimônio. Tal processo é amplo e gradativo, sendo influenciado por diversos campos disciplinares e movimentos sociais, entre as décadas de 1960 e 1980. Entre eles está a ampliação do conceito de cultura, pela antropologia (Fonseca, 2001); a difusão do trabalho do sociólogo francês Maurice Halbwachs sobre memória coletiva (Bosi, 1994); o contexto de reconstrução das cidades europeias pós-guerra (Calabi, 2012); e as lutas por moradia, reforma urbana e direito à cidade, que acontecem no processo de transição democrática nos países latino-americanos (Cymbalista, 2006).

Alguns autores afirmam ainda que esse processo de mudança é anterior, com a publicação em 1903 do livro de Alois Riegl: “*O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese*”. O historiador da arte austriaco é pioneiro no que tange à questão de atribuição de valores ao patrimônio e sua

evolução histórica, pois não trata o valor como categoria eterna, mas como evento histórico (Zerner *apud* Cunha, 2006).

Esta mudança de paradigma no campo da conservação não se deu de forma abrupta, tão pouco linear. Envolveu questionamentos acerca do que é patrimônio; porquê e para quem se conserva; como devem ser desenvolvidas as ações de conservação, restauro e reabilitação; quais as implicações da conservação, assim como, quais as implicações da destruição de bens patrimoniais. Em meio a esses questionamentos surgiram tantos outros sobre autenticidade, integridade e a relação entre materialidade e imaterialidade dos bens patrimoniais. Tendo em vista a amplitude e complexidade destes temas, aqui vamos focar inicialmente em dois pontos: a mudança da noção de monumento para conjunto urbano e, em seguida, no processo de atribuição de valor.

O fim da Segunda Guerra Mundial redirecionou as estratégias de proteção do patrimônio no contexto europeu, e conseqüentemente, mundial. Em 1945 foi criada a *Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura* (UNESCO), com o intuito de definir os marcos legais para a proteção do patrimônio entre os Estados-membros<sup>22</sup>. No ano de 1954 houve a *Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado e seus Protocolos*, também conhecida como Convenção de Haia, na qual o conceito de *bem cultural* veio se “sobrepôr” ao de *monumento histórico* (Moreno Iregui, 2016).

Paulatinamente, foi sendo incorporada a noção que os bens patrimoniais não são artefatos urbanos isolados, mas fazem parte de um contexto cultural e histórico, que deve ser considerado e conservado. Com isso foi adotado o conceito de *conjunto edificado*, e assim, as edificações de valor cultural passam a ser compreendidas a partir de sua relação com a paisagem<sup>23</sup>, com o traçado urbano, com os gabaritos do entorno e com as dinâmicas sociais de seus residentes e usuários. Desta forma, o campo da conservação passa a

---

<sup>22</sup> A representatividade de países latino-americanos na primeira reunião da Unesco se dá com o Brasil, México e República Dominicana (Moreno Iregui, 2016: 38).

<sup>23</sup> Gustavo Giovannoni já abordava a questão da importância da preservação do ambiente histórico em 1931, em seu livro *Vecchie città ed edilizia nuova*.

construir suas diretrizes para além da preservação da materialidade dos bens patrimoniais.

Começa-se a atribuir importância à “preservação das estruturas identitárias, bem como da construção de representações simbólicas reconhecidas e assimiladas” (Bógus e Sousa, 2016: 847) pelos atores sociais, sobretudo os residentes. Assim, para a conservação dos aspectos imateriais dos centros históricos, faz-se necessário a manutenção dos residentes antigos e seus modos de vida tradicionais (Barreto, 2009).

Os centros históricos constituem pré-existências físicas de um diálogo ainda em curso entre o homem e o cenário de sua vida: contexto de estruturas urbanísticas-arquitetônicas, estratificadas no tempo (...) a vivência urbana é tal que qualquer intervenção destinada a isolar de seu contexto um edifício considerado particularmente "significativo", com demolição e reconstrução da considerada arquitetura menor, equivale a separar este edifício da vida e dar-lhe o gosto de coisa morta (Alessandri, 1974: 738, tradução livre).

O tema da participação em áreas patrimoniais surge em confluência com a noção de “estar presente”, em oposição aos processos de exclusão gerados pela *gentrificação*<sup>24</sup>, durante ou após a intervenção em áreas históricas. Muitos dos trabalhos que abordam o tema da participação em centros históricos não fazem distinção entre um conceito e outro (participação e não-gentrificação), o que gera barreiras para o aprofundamento do estudo de tais experiências.

Esse foi um dos resultados que se chegou pela análise da literatura especializada – há três grandes grupos que abordam o tema da participação no patrimônio. O primeiro está vinculado aos bens culturais de natureza imaterial. Tais bens passaram mais tempo para serem reconhecidos<sup>25</sup>, e estão vinculados às práticas sociais, modos de fazer, celebrações, manutenção de saberes e ofícios (Iphan, 2006), ou seja, quem está no cerne

---

<sup>24</sup> Gentrificação é o processo de alteração da configuração social nos centros urbanos em decorrência de políticas de revitalização. Estabelece-se com a “entrada de novos habitantes, alteração do padrão de vida local, valorização dos imóveis e quase sempre a expulsão da comunidade precedente” (Monteiro e Limeira, 2012: 267).

<sup>25</sup> No Brasil, a proteção federal só aconteceu no ano de 2000, com o Decreto 3.551, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial.

do processo são às pessoas, que produzem e dão significado às tais bens, como apresenta o dossiê de patrimônio imaterial elaborado pelo Iphan:

A percepção de que conhecimentos e práticas culturais constituem bens de valor patrimonial e elementos fundamentais na construção de identidades não é nova no Brasil. Essa percepção, contudo, só ganhou consistência teórica e espaço institucional na década de 70, em torno da noção de “referência cultural”, que promoveu importante inflexão na prática preservacionista em curso, até então, e introduziu algo novo nesse campo: o entendimento de que a constituição de patrimônios culturais deve “fazer sentido” e “ter valor” para outros sujeitos sociais especialmente os que produzem ou mantêm bens culturais além dos representantes e especialistas do Estado aos quais essa constituição sempre esteve delegada. Ou seja, a construção do patrimônio cultural deve estar baseada em processo que inclua e considere a dinâmica de atribuição de valor e significado (IPHAN, 2006: 09).

O documento continua trazendo o tema da participação:

A noção de referência cultural implicou, ainda, uma nova visão de conservação e gestão do patrimônio. Nessa perspectiva, a *participação das comunidades* na definição e implementação das ações de preservação, é essencial. O princípio do trabalho de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial é compartilhar responsabilidades e informações. É desenvolver em estreito contato com os grupos sociais, que produzem, reproduzem e transmitem esse patrimônio, os projetos de mapeamento, identificação, registro e fomento à valorização e à continuidade de bens culturais (IPHAN, 2006: 09, grifo da autora).

O segundo e o terceiro grupo dizem respeito à uma literatura especializada voltada para bens materiais, tanto bens arquitetônicos quanto conjuntos urbanos. O segundo grupo aborda o tema a partir da noção de não-gentrificação, como foi dito anteriormente. Esta noção toma o conceito de participação pela oposição à exclusão social. Já o terceiro grupo compreende a participação a partir da mobilização social, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 2 – Análise da literatura especializada sobre participação

<b>PARTICIPAÇÃO NO PATRIMÔNIO</b>	1 – Patrimônio imaterial		
	2 – Conceito de não-gentrificação		
	3 – Conceito de mobilização social	Estudos de caso	
		Teóricos	Valoração
Planejamento			

Fonte: Autora, 2018.

Dentro do terceiro grupo, há ainda uma divisão entre os trabalhos que abordam o tema a partir de relatos de experiências ou análise de estudos de caso, e àqueles teóricos, que trazem alguma contribuição na construção de um arcabouço teórico-metodológico sobre o tema. Dentro do primeiro subgrupo há uma riqueza de experiências, como são os casos de Bolonha (Itália), Guanajuato (México), Olinda (Pernambuco), Iguape (São Paulo), Mariana e Ouro Preto (Minas Gerais) e o Terreiro da Casa Branca (Bahia). Entretanto, como esta pesquisa não é de base comparativa, não vamos focar nesses casos, mas no segundo subgrupo, que são os trabalhos teóricos sobre participação no patrimônio.

Assim, a literatura especializada que interessa a este trabalho, divide-se em dois momentos distintos no processo de salvaguarda: na *significância cultural* (processo de atribuição de valor), e no *planejamento* (elaboração de diretrizes de proteção), que serão abordados a seguir.

### 3.2 Participação na significância

A significância cultural é o conjunto dos valores conhecidos de um objeto, compartilhados por grupos sociais (Zancheti et al., 2009). A avaliação dos valores de um objeto patrimonial costumam servir de referência para as ações de salvaguarda. Tradicionalmente, considerava-se que os únicos habilitados à identificar os valores de um bem eram os especialistas, que tinham conhecimento necessário para a atividade. Essa compreensão está vinculada à noção de que os valores são intrínsecos ao objeto, e que o

especialista deveria “identificar” tais valores. Sobre o assunto, Randall Mason diz que:

O valores patrimoniais não são simplesmente “encontrados” e fixos e imutáveis, como era tradicionalmente teorizado no campo da conservação. (...) Os valores eram articulados pela análise de especialistas do patrimônio como uma obra de arte ou um registro do passado. Só recentemente o campo da conservação começou abraçar fatores como economia, mudança cultural, políticas públicas e questões sociais – e eles ainda precisam ser totalmente integrados no campo (Mason, 2002: 08, tradução livre).

E Salvador Muñoz Viñas:

Se os objetos do patrimônio pertencem a uma cidade, a uma nação, à Humanidade, estes coletivos deveriam ser atendidos; neste sentido, a presunção de que sobre o patrimônio de muitos só devem decidir os *experts* é uma forma de domínio tecnocrático (Muñoz Viñas, 2004: 162, tradução livre).

Como visto anteriormente, essa noção mudou e os valores passaram a ser compreendidos como construções sociais, como uma relação de acordo entre sujeitos, e assim fala-se em *intersubjetividade*. Desta forma, os atores sociais (*stakeholders*) passaram a ser considerados no processo de atribuição de valor. Como afirma Mason: “ao avaliar os valores, a diretriz política mais simples é tentar (...) trabalhar em prol de ampla *participação* e dar conta das visões de todos os avaliadores relevantes” (2002:17). Muñoz Viñas trabalha como este tema a partir do viés da Ética. O autor considera que do ponto de vista ético, o campo da conservação<sup>26</sup> deve satisfazer a uma maior quantidade de grupos sociais.

(O que tantos autores estão pedindo é) uma Restauração mais eficaz para mais gente, uma Restauração que satisfaça aos usuários do objeto e não apenas aqueles que tomam as decisões. É reivindicado, em suma, uma ética que em que os diversos pontos de vista e as distintas funções do objeto harmonizem no possível. Isto supõe não ignorar as pessoas para as quais o objeto cumpre uma função (os usuários) e que ao fim justificam sua Restauração (Muñoz Viñas, 2004:163, tradução livre).

---

<sup>26</sup> O termo “Restauração” utilizado Muñoz Viñas (2004) está em consonância com o que este trabalho considera por “conservação”.

A partir de tais mudanças, surgem novos questionamentos na conservação de bens patrimoniais, alguns deles são: Como identificar os atores sociais? Quais ferramentas podem ser utilizadas para a verificação dos valores patrimoniais? Como proceder quando há conflitos (entre atores e entre valores)? Como avaliar as mudanças de valores a respeito de um bem? Trabalhos significativos tem sido desenvolvidos com este enfoque, que vão além desta pesquisa<sup>27</sup>.

### 3.3 Participação no planejamento

A etapa de planejamento vem após a institucionalização de um bem cultural, ou seja, o bem já faz parte de alguma instância de preservação (seja ela local, regional ou nacional). Esta etapa é a responsável por traçar as diretrizes de salvaguarda do bem, e comumente tem início com a elaboração de inventários ou mapas de danos. Após o devido reconhecimento do bem, vão ser definidas as ações necessárias para sua conservação, seja uma ação de reparo, uma obra de restauro, ou um projeto de intervenção no conjunto, como a reabilitação urbana. A participação vai acontecer na etapa de planejamento quando tais ações citadas acima são feitas com base na opinião dos residentes e demais atores sociais.

Existe uma vasta literatura sobre planos diretores participativos e planos de gestão da conservação, cada qual considerando uma metodologia de intervenção específica. Um trabalho que tem se destacado nos últimos anos foi elaborado pela Universidade Nacional do México (UNAM), que desenvolveu e tem aplicado uma metodologia de planejamento participativo para os centros históricos mexicanos. Sobre o assunto, a diretora do projeto, Alicia Ziccardi, explica que em um primeiro momento é formada uma equipe multidisciplinar para levantar dados e elaborar um pré-diagnóstico. Depois se realizam diversas oficinas (*talleres*) em que se apresenta o pré-diagnóstico

---

<sup>27</sup> Para maiores informações sobre o tema ver: Mason (2002), Zancheti et al (2009), Carta de Burra (2013) e Azevêdo (2013).

e se “escuta as vozes” dos atores sociais que vivem, trabalham ou disfrutam destes territórios.

Nas sessões participativas se revisa e alimenta o pré-diagnóstico elaborado pelos acadêmicos com base nas considerações dos atores locais, na qual se empregam diversas técnicas: debate aberto e mesas de trabalho, onde se analisam as fortalezas, debilidades, oportunidades e propostas; também se utiliza o emprego de técnicas de cartografia participativa, que facilitam a localização territorial dos problemas e propostas (Ziccardi, 2016: 50-51, tradução livre).

Em um segundo momento, organiza-se uma sistematização para processar as informações das oficinas. Com um diagnóstico consolidado, realiza-se nova roda de oficinas, para que se definam as políticas e estratégias do programa. Depois, os resultados passam por um processo de hierarquização das prioridades (Ziccardi, 2016). O terceiro momento é de divulgação da versão preliminar do projeto, que passa pela revisão e correção de técnicos e autoridades. Por fim, o projeto é submetido a uma consulta pública e aprovação da instituição competente ou municipalidade (Ziccardi, 2016).

Para a autora, os processos participativos implementados pela UNAM em parceria com outras instituições estaduais lançam novas bases para a conservação e o desenvolvimento sustentável do patrimônio histórico, fortalecendo a identidade cultural e a convivência cidadã, em direção a uma maior coesão social (Ziccardi, 2016).

Uma questão importante a ser ressaltada diz respeito às especificidades de cada área histórica, e por isso as diretrizes de um plano devem ter como objetivo último “prolongar a vida útil do bem cultural e valorizar as suas características históricas e artísticas, sem perda de sua autenticidade e seu significado” (Pontual, 2012: 97). A arquiteta Vera Bosi (1987) também ressalta que deve haver um esforço conjunto entre as distintas instituições de salvaguarda – a nível nacional, regional e local.

Para Bosi, que trabalhou na década de 1980 em Olinda em um projeto que adotou com uma metodologia participativa, certos pontos são fundamentais para o êxito de projetos dessa natureza: vontade política, descentralização, recursos técnicos e financeiros. Segundo a autora, a demora entre o

planejamento e a execução das atividades costuma desmobilizar a população e às equipes locais.

A descentralização das ações da política de preservação cultural assume seu significado efetivo a partir da transferência de muitas dessas atividades para as equipes locais e dar espaço para a participação da sociedade ou de seus verdadeiros representantes.

Ao mencionar equipes locais, deve ser a administração municipal o principal agente e responsável pela execução das atividades de preservação do patrimônio cultural (Bosi, 1987: 143).

Desta forma, a autora traz à tona um tema que não é muito difundido na literatura: que a etapa de *execução* de projetos em áreas históricas também devem ter caráter participativo. Ou seja, ao trazer à execução para uma escala local, tanto os residentes como demais grupos sociais podem estar em contato direto com as obras que foram elencadas durante o planejamento, enfatizando o caráter de supervisão e fiscalização da sociedade civil.

### 3.4 Uma questão política

Outra questão que está diretamente vinculada à participação no patrimônio é de âmbito político. A conservação não está dissociada das disputas de poder que permeiam todas as faces da sociedade. As ações vinculadas à conservação e restauro do patrimônio cultural não são neutras (Muñoz Viñas, 2004) e estão imbuídas de ideologias e assimetrias sociais. Por isso, a conservação necessita (re)pensar quais são as formas disponíveis para interromper os processos históricos de discriminação, e não para reforçá-los.

O antropólogo argentino Nestor García Canclini (1989) enfatiza que enquanto a grande maioria dos bens patrimoniais representarem um capital cultural hegemônico, dificilmente as classes populares se sentirão mobilizadas a conservar valores simbólicos que não são os seus. Ainda hoje, os bens culturais que foram produzidos por grupos excluídos (como negros, indígenas, asiáticos, entre tantos outros) são minorias, tanto na Lista de Patrimônio da Humanidade, quanto nas listas de bens nacionais.

O campo da conservação tem sua origem em um saber técnico e acadêmico, vinculado historicamente com a preservação de monumentos nacionais europeus<sup>28</sup>, em meados do século 19. Apesar da Teoria da Conservação ter mudado drasticamente entre os séculos 19 e 21, as instituições de salvaguarda, em sua maioria, ainda mantêm uma estrutura operacional vertical e não dão espaço para que a população participe ativamente dos processos de conservação dos bens culturais.

Fonseca (1996) afirma que esse processo de mudança começa com a ampliação da proteção de bens culturais que tem valor para os grupos sociais que foram excluídos da história oficial. E Bosi (1987) considera que as políticas culturais precisam refletir “a complexidade e heterogeneidade das suas diversas etnias, religiões, classes sociais e peculiaridades regionais” (1987:140).

### 3.5 Cartas patrimoniais

*Cartas patrimoniais* é um termo genérico para um conjunto de documentos, recomendações, cartas e declarações de caráter indicativo, publicadas por instituições nacionais e internacionais de salvaguarda. Em suma, elas auxiliam na construção de diretrizes para a conservação do patrimônio. Segundo a arquiteta Beatriz Kühl (2010), as cartas não são de caráter normativo, mas oferecem indicações amplas que devem ser reinterpretadas e adaptadas aos contextos locais. A autora ressalta que as cartas não devem ser analisadas como “receituário” nem tampouco como “conjunto homogêneo de documentos” (Kühl, 2010: 289-291). Kühl enfatiza a necessidade das cartas serem estudadas a partir de seu contexto histórico e institucional, e em sua inteireza, para ter-se noção do conjunto na qual está inserida.

A partir de ampla pesquisa bibliográfica, identificou-se seis cartas que trazem o tema da participação nos centros históricos ao cerne das políticas de preservação. São elas: Normas de Quito (1967), Declaração de Amsterdã

---

<sup>28</sup> A natureza dos bens culturais conservados na França, inicialmente “provinham, em essência, da arqueologia, da história e da arquitetura erudita” (Choay, 2006: 12).

(1975), Carta de Washington (1987), Carta de Petrópolis (1987), Acordo de Havana (2012) e Carta de Burra (2013). Buscou-se com a análise destas cartas uma melhor compreensão de como a participação foi tomando corpo durante a transformação do pensamento e da ação preservacionista (Cury, 1995) ao longo do tempo.

A *Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico*, organizada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), gerou o documento conhecido como **NORMAS DE QUITO** (1967). Essa é uma das primeiras cartas que traz o tema da “função social dos centros históricos”, enfatizando que os projetos de conservação devem prezar pela manutenção de seu contexto urbano.

A ideia de espaço é inseparável do conceito de monumento e, portanto, a tutela do Estado pode e deve se estender ao contexto urbano, ao ambiente natural que o emoldura e aos bens culturais que encerra. (...)

Todo monumento nacional está implicitamente destinado a cumprir uma função social. Cabe ao Estado fazer com que ela prevaleça e determinar, nos diferentes casos, a medida em que a referida função social é compatível com a propriedade privada e com o interesse dos particulares (Normas de Quito, 1967, tradução livre).

A carta afirma ainda que os governos devem adotar medidas reguladoras que “ao mesmo tempo em que facilitem e estimulem a iniciativa privada, impeçam a *desnaturalização* do lugar e a perdas das finalidades primordiais”. De forma sutil, vai se estruturando a ideia de que o significado de um bem cultural está diretamente relacionado ao seu entorno e a sua ambiência, e assim, os projetos de salvaguarda devem optar pela manutenção de características pertinentes para a compreensão do bem. Entre estas características estão o caráter habitacional (uso tradicional) e os antigos residentes. A comunidade e os movimentos sociais surgem como importantes atores no processo de salvaguarda:

Do seio de cada comunidade pode e deve surgir a voz de alarme e a ação vigilante e preventiva. O estímulo a agrupamentos cívicos de defesa do patrimônio, qualquer que seja sua denominação e composição, tem dado excelentes resultados, especialmente em localidades que não dispõem

*ainda* de diretrizes urbanísticas e onde a ação protetora em nível nacional é *débil* ou *nem sempre eficaz*. (...)

Em qualquer caso, a colaboração espontânea e múltipla dos particulares nos planos de valorização do patrimônio histórico e artístico é absolutamente imprescindível (Normas de Quito, 1967, grifo da autora).

Apesar da relevância histórica dos termos “comunidade” e “agrupamentos cívicos” surgirem no centro da discussão de um evento de conservação de nível continental, nota-se que esses atores são vistos não como coparticipantes do processo de salvaguarda, mas deveriam assumir as responsabilidades do Estado quando este se faz ausente (notar grifos).

Em 1975, a experiência de conservação italiana foi tema do *Congresso sobre o patrimônio arquitetônico europeu*, que deu origem à **DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ**. Esta é a primeira carta patrimonial que dá ênfase a necessidade de existir a ativa participação dos residentes junto aos projetos de salvaguarda, e assim, afirma que “a conservação do patrimônio arquitetônico não deve ser tarefa apenas dos especialistas”.

As cartas patrimoniais são reflexos de como as instituições governamentais e os especialistas compreendem o patrimônio em determinado contexto histórico, e na Declaração de Amsterdã percebe-se que a conservação começa a ser vista a partir do conceito da *integralidade*<sup>29</sup>. Além da participação, a carta aborda questões referentes às fontes de financiamento, habitação, preservação do ambiente, planejamento, legislações e governo local. A carta sugere que metodologias participativas sejam desenvolvidas para facilitar os canais de comunicação entre governo, especialistas e população.

Os poderes locais devem aperfeiçoar suas técnicas de pesquisa para conhecer a opinião dos grupos envolvidos nos planos de conservação e levá-la em conta desde a elaboração dos seus projetos. Em relação à política de informação ao público, eles devem tomar suas decisões à vista de todos, utilizando uma linguagem clara e acessível, a fim de que a população possa conhecer, discutir e apreciar os motivos das decisões. Locais de encontro para reunião pública devem ser previstos.

---

<sup>29</sup> A partir de uma noção mais ampla que não se restringe apenas ao aspecto material.

Nesse sentido, o recurso às reuniões públicas, às exposições, às sondagens de opiniões, aos canais de mídia e a todos os outros meios apropriados, deveria se tornar uma prática coerente. (...)

As proposições complementares ou alternativas apresentadas por associações ou por particulares deveriam ser consideradas como uma contribuição apreciável ao planejamento (Declaração de Amsterdã, 1975).

A carta pressupõe que a conservação dos bens patrimoniais traz benefícios sociais em diversos campos, seja pela construção de memórias coletivas e fortalecimento de sentimento comunitário, como pela valorização econômica das edificações. Com isso, afirma que: “todas as camadas da sociedade devem se beneficiar de uma operação de fundo público” (Declaração de Amsterdã, 1975).

Sobre a participação, a carta propõe que a população participe de todas as etapas da conservação, da seleção (elaboração dos inventários) ao planejamento (preparação das decisões).

O apoio da opinião pública é essencial. A população deve, baseada em informações objetivas e completas, participar realmente, em todas as fases do trabalho, desde a elaboração dos inventários até à preparação das decisões. (...) Para *permitir* à população participar da elaboração dos programas, convém *fornecer-lhe* os elementos para apreciação da situação; de uma parte, *explicando-lhe* o valor histórico e arquitetônico das edificações a serem conservadas e, de outra parte, *fornecer-lhe* todas as indicações sobre os realojamentos<sup>30</sup> definitivos e temporários (Declaração de Amsterdã, 1975, grifos nossos).

A Declaração de Amsterdã, mesmo com mais de quatro décadas de sua publicação, ainda hoje é uma das maiores referências sobre participação nos centros históricos, servindo de arcabouço para distintos projetos reabilitação e políticas de salvaguarda. Percebe-se, contudo, em alguns trechos da carta um certo caráter paternalista na forma de abordar o tema: a participação não é vista como um direito, mas uma permissão – os especialistas e governos locais devem dotar a população de conhecimento (notar o uso dos verbos *permitir*, *fornecer* e *explicar*, nos grifos do trecho acima).

---

<sup>30</sup> A versão do Icomos (2007) traduzido para o português utiliza a palavra *realojamento*, enquanto Cury (1995) utiliza a palavra *regulamento*. Dado o contexto, deu-se preferência ao primeiro termo.

Ou seja, apesar de todas as mudanças na forma de compreender o patrimônio, como foi abordado anteriormente, ainda se mantém enraizado no campo da conservação uma estrutura vertical, onde o técnico permanece ocupando um lugar de sujeito ativo: ator acadêmico responsável pela identificação, atribuição de valor e salvaguarda dos bens culturais. E a população ocupa um lugar de sujeito passivo: ator desprovido de conhecimento, no qual tem que ser ensinado a importância do patrimônio. Percebe-se que esta estrutura está tão enraizada neste campo, que a própria carta se contradiz: em um momento a população deve participar da elaboração dos inventários, em outro, deve ser ensinada sobre quais valores patrimoniais ela deve conservar.

O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) publicou em 1987 a *Carta internacional para a salvaguarda de cidades históricas*, também conhecida como **CARTA DE WASHINGTON**. A carta compreende que todas as cidades são “expressões materiais da diversidade das sociedades através da história”, e assim, todas as cidades são históricas.

A carta afirma que para a salvaguarda de cidades e bairros históricos ser eficaz é “essencial de uma política coerente de desenvolvimento econômico e social”, considerando-se todas as escalas do planejamento territorial. O tema da participação surge no documento em dois momentos distintos. Em um deles, enfatiza-se a importância de processos participativos em ações de salvaguarda.

A participação e o comprometimento dos habitantes da cidade são indispensáveis ao êxito da salvaguarda e devem ser estimulados. Não se deve jamais esquecer que *a salvaguarda das cidades e bairros históricos diz respeito primeiro a seus habitantes* (Carta de Washington, 1987, grifo da autora).

Neste âmbito, há a compreensão de que participação pressupõe envolvimento, proximidade, e por isso deve haver uma política voltada para educação patrimonial. Em outro momento, incentivando medidas educativas voltadas para a difusão da história e dos valores patrimoniais.

Para assegurar a participação e o envolvimento dos habitantes deverá ser efetuado um programa de informações gerais que comece desde a idade escolar. Deverá ser favorecida a ação de

associações<sup>31</sup> de salvaguarda e deverão ser tomadas medidas de caráter financeiro para assegurar a conservação e a restauração das edificações existentes (Carta de Washington, 1987, grifo da autora).

Apesar da Carta de Washington ser sucinta em relação ao tema, percebe-se a noção de que os bens possuem valores que são atribuídos por grupos sociais, sobretudo por seus residentes. E a manutenção desses valores reverbera na preservação nos edifícios históricos.

As duas cartas abordadas a seguir são cartas nacionais, ou seja, construídas a partir de suas características locais. Elas foram elaboradas a nível de reflexões de um contexto local específico, ou seja, não tiveram a intenção de assumir uma contribuição global.

Ainda em 1987 aconteceu o *1º Seminário brasileiro para preservação e revitalização de centros históricos*, que gerou a **CARTA DE PETRÓPOLIS**. Nesta carta utiliza-se o conceito de sítio histórico urbano (SHU), a partir do entendimento do “espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações”.

O SHU é parte integrante de um contexto amplo que comporta as paisagens natural e construída, assim como a vivência de seus habitantes num espaço de valores produzidos no passado e no presente, em processo dinâmico de transformação (Carta de Petrópolis, 1987).

Vale ressaltar que no período que a Carta de Petrópolis foi elaborada, o Brasil estava em processo de reestruturação democrática, no qual só foi possível a partir do engajamento de movimentos sociais e da ampla participação da sociedade, temas bastante enfatizados no documento.

Na preservação do SHU é fundamental a ação integrada dos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como a participação da comunidade interessada nas decisões de planejamento, como uma das formas de *pleno exercício da cidadania*. Nesse sentido, é imprescindível a viabilização e o estímulo aos mecanismos institucionais que assegurem uma *gestão democrática* da cidade, pelo fortalecimento da participação das lideranças civis. (...)

A realização do inventário com a participação da comunidade proporciona não apenas a obtenção do conhecimento do valor

---

<sup>31</sup> Provavelmente, referindo-se as associações de bairro.

por ela atribuído ao patrimônio, mas, também, o *fortalecimento* dos seus vínculos em relação ao patrimônio (Carta de Petrópolis, 1987, grifo da autora).

No Brasil, o fim da década de 80 é o período de repensar a produção da cidade, desenhar novos instrumentos urbanísticos, construir novos espaços, ou seja, é o momento de “reapropriação política do espaço urbano pelo cidadão”. Neste contexto, a conservação e a participação são compreendidas a partir do viés da cidadania. A carta compreende também que a ativa participação da comunidade pode ampliar a conservação dos centros históricos e gerar um fortalecimento dos vínculos comunitários.

Em 2012, em decorrência do *X Encontro sobre manejo e gestão de centros históricos*, organizado pela Oficina do Historiador, foi firmado o **ACORDO DE HAVANA**. O documento trata das novas oportunidades e novos conflitos que têm surgido nas últimas décadas com relação ao manejo dos centros históricos.

O Acordo de Havana sugere que os processos de “desenvolvimento dos centros históricos sejam inclusivos, participativos e liderados pelo setor público”. A partir de um enfoque complexo e transdisciplinar, a gestão deve ter como preceito o desenvolvimento sustentável. A carta aborda os temas da governabilidade e da sustentabilidade (cultural, ambiental, econômica e social). Estes cinco eixos foram norteadores na elaboração do plano diretor de Havana Velha de 2011.

A participação está presente em dois dos cinco eixos, o de governabilidade e o sustentabilidade social. No eixo da governabilidade<sup>32</sup>, faz-se referência as ações de consulta pública para construção dos planos reabilitação. No eixo da sustentabilidade social, se afirma que a presença social deve ser uma garantia.

O direito ao centro histórico é o direito pleno à cultura. Todo desenvolvimento que evita o ser humano, em seu caráter individual, e em seu caráter social, fracassará. Acrescentar o sentido de pertencimento e corresponsabilidade através de processos de cogestão e plena participação para enfrentar

---

<sup>32</sup> A governabilidade é compreendida no Acordo de Havana (2012) a partir da administração e direção de processos do setor público com “eficiência, racionalidade e equidade social”.

graves e enraizados problemas sociais e elevar a qualidade de vida dos residentes, especialmente os segmentos mais desfavorecidos (Acordo de Havana, 2012, tradução livre).

A carta foi estruturada a partir da própria experiência de gestão desenvolvida pela Oficina do Historiador na reabilitação de Havana Velha. O Acordo de Havana aborda diferentes “faces” da participação – como um direito à cultura, como equidade social, a partir do sentido de pertencimento e como instrumento metodológico. Infelizmente, a falta de distinção conceitual entre elas não auxilia no avanço para sua aplicabilidade.

O Icomos Austrália desde a década de 70 tem trabalhado na elaboração de um guia para ser adotado para conservação do patrimônio nacional australiano, conhecido como **CARTA DE BURRA**. Há cinco versões da carta<sup>33</sup>, mas a instituição só considera a última, do ano de 2013. A carta se estrutura a partir do conceito de “*lugares de significância cultural*”, considerando que a conservação deve acontecer porque:

Lugares de significância cultural enriquecem a vida das pessoas, muitas vezes proporcionando um profundo e inspirador senso de conexão com a comunidade e a paisagem, com o passado e com as experiências vividas. São registros históricos, que são importantes expressões da identidade e experiência australianas. Lugares de significância cultural refletem a diversidade de nossas comunidades, nos dizendo sobre quem somos e o passado que nos formou e a paisagem australiana. Eles são insubstituíveis e preciosos. Estes lugares de significância cultural devem ser conservados para as gerações presentes e futuras, de acordo com o princípio da equidade intergeracional (Carta de Burra, 2013, tradução livre).

A carta traz sucintas definições dos principais conceitos do campo da conservação, dentre elas a de significância cultural, adotada internacionalmente. A significância cultural é compreendida na Carta de Burra como os “valores estéticos, históricos, científicos, sociais ou espirituais, que tem significado para as gerações do passado, do presente e do futuro”. Nas notas explicativas da carta, diz-se que a significância cultural é sinônimo de valor cultural patrimonial.

---

<sup>33</sup> Elaboradas nos anos de 1979, 1981, 1988, 1999 e 2013.

No documento é proposto uma sequência de investigações que auxiliam na elaboração da declaração de significância de um lugar de valor patrimonial, chamado na carta como “Processo da Carta de Burra”. Para isso, são listadas sete etapas: 1) compreensão do lugar, 2) avaliação da significância, 3) identificação dos fatores e problemas, 4) desenvolvimento da políticas, 5) preparação do plano de gestão, 6) implementação do plano de gestão, 7) monitoramento dos resultados e revisão do plano.

Essas etapas são apresentadas em um diagrama de estrutura linear que se inicia com a compreensão do lugar, sendo finalizado com o monitoramento. Uma das grandes diferenças da Carta de Burra de 2013 para a versão de 1999 é a recomendação que a comunidade e os *stakeholders* estejam envolvidos durante todo o processo, em todas as sete etapas.

O artigo 12 da carta trata do tema da participação, afirmando que as pessoas que possuem alguma relação com os lugares de significado cultural ou que tenham responsabilidades “culturais, espirituais ou sociais” devem participar do processo de conservação, interpretação e gestão do bem.

Percebe-se que o conceito de participação vai sendo implementado nas cartas patrimoniais de forma gradativa, juntamente com a ampliação da noção do que é patrimônio e qual a importância da conservação para as sociedades atuais. Quase cinco décadas se passaram entre a publicação da Carta de Veneza (1964)<sup>34</sup> e a Carta de Burra (2013), e durante esse período o patrimônio foi deixando pouco a pouco seu caráter monumental para se aproximar do modo de viver e produzir de distintos grupos sociais que possuem significado cultural.

---

<sup>34</sup> A Carta de Veneza é considerada como documento-base do Icomos, sendo ainda hoje uma das cartas mais citadas e referenciadas na conservação do patrimônio. Não foi analisada neste trabalho por não tratar do tema da participação.

### 3.6 Considerações parciais

A ampliação da noção de patrimônio, juntamente com uma interpretação mais sociológica do processo de atribuição de valor e significado dos bens patrimoniais, trouxe o tema da participação para o cerne da conservação.

A análise de literatura apresentou como o termo passa por ambiguidades conceituais, que vai da noção de “estar presente” ao engajamento e mobilização social. Percebeu-se que muitos dos estudos sobre o tema são genéricos, não deixando claro qual a noção de participação que se detém, nem quais os atores envolvidos, como a participação se estruturou, ou em qual etapa das ações de salvaguarda houve processos participativos.

Outro ponto identificado é da necessidade de enfatizar o caráter local nos processos de salvaguarda, de haver capacitação da equipe local, juntamente com o repasse dos recursos técnicos e financeiros (Bosi, 1987). Essa é uma forma de deixar mais próximo as etapas de *planejamento e execução*. Assim, os residentes, líderes comunitários, sociedade civil organizada e demais atores sociais poderão estar mais envolvidos nas ações de conservação.

A análise das cartas patrimoniais mostrou como o conceito foi adentrando o campo da conservação, pouco a pouco: de um certo caráter paternalista, a título de “concessão de poder” (Arnstein, 1969) na Declaração de Amsterdã (1975), até ser compreendido como “imprescindível” para a gestão democrática dos sítios históricos urbanos, na Carta de Petrópolis (1987).

A partir do exposto, considera-se que o conceito de *redes de participação* pode trazer um novo olhar para o campo da conservação. Quer dizer, para trabalhar com a participação como instrumento de salvaguarda do patrimônio, faz-se necessário identificar quem são os atores e quais são os laços entre eles – apreender como se estruturam as relações e os vínculos entre os sujeitos e os objetos patrimoniais. Para esta análise é imprescindível compreender o contexto social, urbano, político, econômico e histórico do bem e de seus *stakeholders*.



4

## CUBA: UMA REVOLUÇÃO EM MARCHA

## 4 CUBA: UMA REVOLUÇÃO EM MARCHA

Não é possível abordar o tema da participação em Havana Velha sem compreender o contexto sociopolítico de Cuba. Para isso, faz-se necessário uma aproximação aos antecedentes históricos que edificaram o sistema socialista no país, a partir da Revolução de 1959. Este capítulo traçará uma breve síntese dos fatores que desencadearam a Revolução e apresentará como se deu sua reorganização – social, política e econômica, da década de 1960 até os dias atuais.

Este capítulo tem como objetivo apresentar o contexto histórico e sociopolítico no qual o objeto empírico está inserido, que inclui as duas principais instituições responsáveis pela conservação do patrimônio em Havana Velha: a Oficina do Historiador e os conselhos populares.

### 4.1 Antecedentes da Revolução

Juntamente com Porto Rico e Filipinas, Cuba estava entre as últimas colônias espanholas. O processo de independência foi longo e desencadeou três guerras entre 1868 e 1898. Cuba, além de sua localização estratégica, possuía condições naturais propícias ao cultivo de açúcar, tabaco e café, sendo por isso considerado “baluarte militar, marítimo e comercial da Espanha nas Américas” (Fernandes, 2012: 45).

A independência foi alcançada em 1898, mas não como concebida por seus principais líderes, entre eles José Martí, Guillermo Moncada, Máximo Gomes e Antonio Maceo Grajales. Os Estados Unidos intervieram militarmente na ilha e em outras possessões espanholas pondo fim ao domínio da Espanha. A partir desta intervenção, Cuba passou de Colônia à República. Entretanto, essa mudança não significou independência e soberania. Junto com a primeira constituição republicana do país veio a Emenda Platt (1901), que concedia aos Estados Unidos poderes econômicos, políticos e militares na ilha.

O Governo de Cuba consente que os Estados Unidos da América possam exercer o direito de intervir para a conservação da Independência cubana, a partir da manutenção de um Governo adequado para a proteção de vidas, da propriedade e da liberdade individual. (...) Que todos os atos realizados pelos Estados Unidos em Cuba, durante sua ocupação militar, sejam tidos como válidos, ratificados e que todos os direitos legalmente adquiridos a virtude deles sejam mantidos e protegidos. (...) Para sua própria defesa, o Governo de Cuba venderá ou arrendará aos Estados Unidos as terras necessárias para as atividades carvoeiras ou estações navais (CUBA, Enmienda Platt, 1901, tradução livre).

O que a República trouxe a Cuba foi a mudança de um sistema de opressão por outro: o país saiu da dominação colonial (direta) da Espanha, para a dominação neocolonial<sup>35</sup> (indireta) dos Estados Unidos (Fernandes, 2012); ou seja, não houve mudança ao *status quo* imperante (Valdés García, 2017). A escravidão havia acabado, mas a estrutura latifundiária se mantinha arraigada na sociedade e na economia do país. A dominação indireta dos Estados Unidos não se deu abruptamente, mas ao longo do século 19 houve um crescimento gradual do poder norte-americano na economia do país (Fernandes, 2012).

A expansão da economia cubana e suas flutuações estavam em dependência do capital dos investimentos estadunidense, do regime de tarifas, cotas e imposição de preços do açúcar. O país carecia de um padrão de desenvolvimento, mas a deformação estrutural da economia, a dependência ao capital estrangeiro e a subordinação diplomática não o permitiam (Valdés García, 2017: 04, tradução livre).

Durante a primeira metade do século 20 o país viu sua economia crescer e prosperar. Aumentava os investimentos norte-americanos em diversos setores, a produção de açúcar se modernizava e a proximidade com Miami

---

<sup>35</sup> Utiliza-se aqui a noção de Florestan Fernandes para o termo *neocolonial*: “entende-se por essa palavra a situação típica, transitória ou permanente, na qual a dominação indireta gradual limita o alcance e os ritmos da descolonização, freando-a em proveito da nação ou das nações hegemônicas” (2012: 66).

propiciava o turismo de luxo na *Pérola do Caribe*<sup>36</sup>. Nesse período cresceu também a concentração de renda e as desigualdades sociais no país.

Na década de 1950, as taxas de desemprego, analfabetismo, desnutrição e mortalidade infantil eram altíssimas. Na época, 34% das residências urbanas não possuíam abastecimento de água ou saneamento e nas residências rurais esses valores chegavam a 82% (Valdés García, 2017). No campo, além do alto índice de desemprego, grande parte da população vivia em cabanas de madeira e palha (os *bohíos*), sem acesso à educação ou assistência médica<sup>37</sup>. Somava-se a esse cenário o governo ditatorial e corrupto de Fulgencio Batista.

Quando em 1º de janeiro de 1959 as tropas revolucionárias marcharam pelas ruas de Havana, tal fato era resultado de um longo processo – fazia alguns anos que o povo se mobilizava em greves, movimentos de insurgência e guerrilhas, na tentativa de completar o processo de descolonização do país.

Desde 1953, com o centenário de nascimento de José Martí, um grupo de jovens decidiu se reunir para dar continuidade ao seu legado – transformar o país em uma pátria livre. No mesmo ano houve o tão aclamado assalto ao Quartel Moncada, em Santiago de Cuba. A tentativa de tomar o quartel e por fim o governo de Batista não foi bem-sucedida, resultando em um grande massacre dos combatentes.

Dois anos depois, surgia a organização político-militar conhecida como *Movimiento 26 de Julio* (M-26), liderada por Fidel Castro. Pouco a pouco, o movimento começava a receber adesão dos trabalhadores rurais, estudantes, operários, sindicatos e até mesmo de parte da burguesia açucareira, todos insatisfeitos com o governo de Batista. Em dezembro de 1956, o Exército Rebelde, encabeçado por Fidel e Raul Castro, Ernesto Che Guevara e Camilo Cienfuegos, conseguiu instalar uma base de guerrilha na *Sierra Maestra*, momento considerado como o começo da luta revolucionária (Asuar, 2017). O movimento se espalhou por todo o país, com grande adesão nas áreas

---

<sup>36</sup> Cuba comumente é chamada de “*La Perla del Caribe*” pela indústria do turismo.

<sup>37</sup> Sabe-se que estas questões não são específicas de Cuba, mas são “heranças coloniais”.

rurais, onde os trabalhadores exigiam reforma agrária e melhores condições de trabalho.

O ano de 1959 começa com a renúncia de Batista e o início de uma nova organização social, política e econômica no país. O período de transição da década de 50 para a de 60 se configurou por uma ruptura histórica no contexto latino-americano: era a primeira vez que acontecia na América Latina uma revolução nacional que traria com ela a construção de uma nova ordem social de base socialista (Fernandes, 2012).

#### 4.2 Década de 60 – Reestruturação social

Com a Revolução iniciou-se um profundo processo de transformação na sociedade cubana. Mais do que mudanças econômicas e políticas, o país passou por uma reestruturação nas *relações sociais* com a constituição de um sujeito político coletivo (Guanche, 2011).

A Constituição de 1940 foi retomada e algumas leis foram modificadas, sobretudo ao que se referiam a propriedade privada (seja ela urbana ou rural). A primeira lei instituída foi a de **REFORMA AGRÁRIA**: ninguém poderia ter mais de 400 hectares de terra (depois esse valor baixou para 67 hectares). Os trabalhadores rurais passaram a ser proprietários das terras em que trabalhavam e sua produção comprada pelo Estado. Os latifúndios foram extintos e deram lugar às cooperativas de pequenos agricultores e pecuaristas.

Em 1960 veio a lei de **REFORMA URBANA** e grande parte da população passou a ser proprietária do imóvel que residia. Nenhuma pessoa poderia ter mais de um imóvel – àqueles que tinham dois imóveis perderam o segundo e passaram a receber um valor mensal do governo. Os demais imóveis foram expropriados sem direito à indenização (Morais, 2001). Essa medida, no entanto, não foi suficiente para resolver o problema habitacional do país. Começou a se estruturar brigadas para construção de conjuntos habitacionais, mas a carência de materiais e de mão-de-obra especializada era grande, e o déficit habitacional perdura até os dias de hoje.

Todas as empresas sediadas em território cubano foram expropriadas e nacionalizadas. De forma semelhante aconteceu com os recursos naturais – açúcar, petróleo, tabaco, água – que passaram a ser propriedade estatal. Com essas medidas, grande parte dos empresários e comerciantes se mudaram para os Estados Unidos e Europa, “a esperar que a Revolução caísse” (Morais, 2001). A maioria das empresas expropriadas eram norte-americanas e o governo dos Estados Unidos passou a exigir indenização pelos bens, dando início ao bloqueio econômico, comercial e financeiro, que já dura quase seis décadas.

Com a **EDUCAÇÃO** não foi diferente. A responsabilidade passou a ser toda do Estado, da educação infantil ao ensino superior. O ensino passou a ser gratuito e obrigatório para todos os jovens em idade escolar. Segundo o censo de 1953<sup>38</sup>, o analfabetismo orbitava em torno 35%, alcançando o valor de 70% no campo (Valdés García, 2017). Para mudar esses dados, entre 1960 e 1961 aconteceu a Campanha Nacional de Alfabetização. Todos os setores da sociedade cubana foram mobilizados no programa de erradicação do analfabetismo.

Foram criadas mais de 10 mil salas de aula apenas no primeiro ano após a derrubada de Fulgencio Batista. Uma das primeiras instruções baixadas por Fidel Castro como primeiro-ministro foi a transformação de setenta quartéis em escolas de alfabetização, depois readaptadas para o ensino médio (Morais, 2001: 85).

A Campanha Nacional de Alfabetização mostrava o caráter socialista e popular da Revolução. A educação foi vista como base fundamental para a reestruturação da sociedade cubana e a população foi incentivada a participar ativamente de todo o processo. Partiu-se do princípio que qualquer pessoa alfabetizada poderia ajudar na alfabetização de outros, e com isso o país conseguiu erradicar o analfabetismo em 15 meses, ao passo que o sentimento de engajamento e os laços de solidariedade foram sendo fortalecidos. A população saía da condição de subalternidade, analfabetismo

---

<sup>38</sup> Vale ressaltar as limitações dos censos nessa época pelo alto número de pessoas que estavam fora dos registros oficiais (Pérez-Cruz, 2011).

e desemprego para se transformar em ator social e político do novo governo que se estruturava.

As mudanças também foram substanciais no campo da **SAÚDE**. Em 1959 o país chegou a contar com 1 médico para 2 mil pessoas (Morais, 2001). Dos poucos médicos que havia em Cuba antes da Revolução, metade pediu asilo aos Estados Unidos. Para conseguir transpor a situação, o governo deslocou o foco do atendimento no sistema de saúde – de curativo para preventivo. Paralelamente, investiu-se na formação de novos médicos, enfermeiros e técnicos de saúde, bem como em polos científicos (Domínguez-Alonso e Zacca, 2011).

A saúde passou a ser compreendida a partir de um enfoque integral, com base nas policlínicas de bairro e nas unidades de saúde da família. Cuba conseguiu com o modelo adotado atingir as menores taxas de mortalidade infantil da América Latina (Domínguez-Alonso e Zacca, 2011), transformando-se em referência internacional na área de saúde pública.

O maior percentual de divisas que entra no país, atualmente, está ligado a prestação de serviços médicos a outros países<sup>39</sup>. Cuba tem acordos de cooperação internacional com 67 nações onde a saúde pública é deficitária (Fuente, 2017). Metade desses acordos podem ser configurados como “exportação de médicos”, mas a outra metade são de missões de solidariedade a países que acabaram de passar por guerras ou catástrofes naturais.

Com relação à **CULTURA** e ao **PATRIMÔNIO**, o governo revolucionário considerou a valorização e a promoção da cultura como base para as mudanças sociais implementadas no país. Tomou-se em Cuba uma postura diferente de outros países que instituíram governos socialistas e, na tentativa de apagar as marcas de opressão do passado, incitaram a destruição de artefatos e bens culturais. A conservação do patrimônio foi compreendida como uma forma de manter a história viva, para não ser esquecida nem repetida. Entretanto, mudanças consideráveis foram feitas: o

---

<sup>39</sup> Acima mesmo do turismo.

maior campo de golfe do país foi transformado no Instituto Superior de Arte (ISA); o palácio do governo presidencial, uma réplica do Capitólio norte-americano, tornou-se a Academia Cubana de Ciências; as mansões espalhadas pela cidade, sobretudo por Havana Velha, foram divididas para dar lugar a habitação popular.

Entre as medidas do governo estava a difusão da cultura em todas as suas faces – artes plásticas, teatro, dança, música – na tentativa de romper seu caráter elitista. Pois até aquele momento a cultura era “um assunto de minorias e o conceito de patrimônio era uma mito para as maiorias” (Rigol, 2015: 42). Neste contexto, a Oficina do Historiador foi reconhecida e apoiada pelo Estado como instituição responsável pela salvaguarda do patrimônio histórico e artístico de Havana Velha. A conservação, o restauro e a requalificação urbana passaram a ser um dos objetivos principais do governo revolucionário, pois estavam diretamente interligados com a reconstituição do governo e assim, com o processo de ressignificação da relação entre espaço e sociedade (Carrión, 2010).

#### 4.3 Década de 70 – Reestruturação política

Na década de 70, com maior estabilidade social e econômica, o governo começa a organizar o processo de reestruturação política, que diz respeito a institucionalização da democracia socialista cubana (López, 2013). Em 1975, iniciaram-se as discussões para elaboração do anteprojeto da Constituição, que entrou em vigor no ano seguinte. Para a elaboração do anteprojeto, mais de 6 milhões de cubanos foram ouvidos em reuniões que aconteceram em todo o país. O anteprojeto foi submetido à aprovação por meio de um referendo popular, o qual teve a aprovação de 98% dos eleitores.

Junto com a Constituição, foi estabelecida uma nova divisão-administrativa e um calendário de eleições para constituir os órgãos do Poder Popular em todo o país (Almaguer, 2013). A estrutura política do governo cubano orbita

em torno dos órgãos do Poder Popular, que são as Assembleias (Nacional, Provincial e Municipal)<sup>40</sup>.

A **ASSEMBLEIA NACIONAL** (ANPP) é o Parlamento do Estado Cubano, composta por deputados eleitos pela população a partir do voto direto e secreto, a cada 5 anos. A ANPP é o único órgão com poder legislativo. Também tem a função de eleger entre seus deputados, os membros do Conselho de Estado, composto por 30 membros, dentre eles o presidente. O presidente do Conselho de Estado é o Chefe de Estado e Chefe de Governo. O Conselho de Estado presta contas à ANPP.

Com a divisão-administrativa de 1976, o país passou a ser dividido em 15 províncias. Cada uma delas possui sua **ASSEMBLEIA PROVINCIAL** (APPP), que é responsável pela organização e fiscalização do funcionamento das direções administrativas em seu território, bem como pelo cumprimento da legislação (López, 2013). Dentre as atribuições dos delegados das APPP estão<sup>41</sup>:

- Nomear os membros do órgão da Administração Provincial;
- Controlar e supervisionar a atividade da Administração Provincial;
- Participar da elaboração do plano técnico-econômico do Estado;
- Aprovar e controlar a execução do plano e o orçamento de receitas e despesas da província;
- Formar e dissolver as comissões de trabalho.

A **ASSEMBLEIA MUNICIPAL** (AMPP) refere-se a estrutura semelhante da APPP, mas a nível municipal. Os 168 municípios do país dividem-se por microrregiões, chamadas de circunscrições. As eleições para delegados municipais acontecem a cada dois anos e meio, a nível de circunscrição, o que permite uma maior representação local na AMPP.

---

<sup>40</sup> Vale frisar que o sistema político cubano não é composto apenas pelas assembleias, mas elas foram enfatizadas porque são pertinentes para este trabalho. Para aprofundamento do tema ver López (2013).

<sup>41</sup> Com base nos dados do *site da Asamblea Nacional del Poder Popular de Cuba*, disponível em: <[www.parlamentocubano.cu](http://www.parlamentocubano.cu)>

Vale ressaltar duas características do sistema político cubano. Uma delas é a existência de apenas um partido, o Partido Comunista de Cuba (PCC), e que o partido não é uma organização eleitoral, ou seja, não promove candidatos (López, 2013). A outra é que boa parte dos representantes (entre deputados e delegados) não recebe remuneração ou auxílio financeiro para o trabalho a qual foi eleito. A grande maioria não se dedica em tempo completo à atividade, mantendo-se nos seus postos de trabalho. A exceção se dá aos postos que exigem tempo integral, como os cargos de presidente, vice ou secretários das assembleias, que recebem salários por suas funções (López, 2013).

Apesar do sistema eleitoral cubano só ter sido reinstituído em 1976, até então, as mudanças sociais que ocorreram foram baseadas em processos participativos, como expõe o sociólogo Aurelio Alonso:

Os líderes recorreram às massas desde o início para que suas iniciativas não ficassem na esfera das decisões elitistas. Embora a simplicidade da estrutura de governo se valesse do decreto, a mudança social não era decidida sem recorrer ao consenso popular mais amplo. A sociedade cubana teve rapidamente provas incontestáveis do alcance social do projeto implementado (Alonso, 2011: 08).

A institucionalização do sistema político possibilitou a ampliação da participação cidadã e dos mecanismos de consulta popular (Guanche, 2011). Mesmo o voto não sendo obrigatório, desde 1976 o nível de participação nos processos eleitorais é superior a 95% (ONEI, 2017). A grande difusão da participação democrática entre os cubanos também é percebida pela quantidade (e popularidade) das organizações civis, como é o caso da Federação de Mulheres Cubanas (FMC), Central de Trabalhadores de Cuba (CTC), Federação Estudantil Universitária (FEU), e os Comitês de Defesa da Revolução (CDR).

#### 4.4 Década de 90 – Reestruturação econômica

O fim da União Soviética e o endurecimento do bloqueio dos Estados Unidos, durante a década de 90, levaram o país a sua maior crise econômica, conhecida como *período especial*. Muitos acreditaram que seria o fim do processo revolucionário.

O acordo comercial estabelecido entre Cuba e a União Soviética foi firmado no início da década de 60, focando inicialmente em um intercâmbio de produtos – Cuba vendia seu açúcar e comprava petróleo russo. Com o estreitamento dos laços, o comércio se ampliou, bem como o intercâmbio de mão-de-obra especializada e equipamentos para auxiliar no desenvolvimento industrial e tecnológico do país.

De acordo com José Luis Rodríguez, ex-ministro de Economia de Cuba, a colaboração econômica, financeira e tecnológica recebida durante três décadas foi fundamental no enfrentamento do imperialismo norte-americano, e chegou a representar grande parte do comércio exterior de Cuba (Rodríguez, 2011). Dessa forma, o fim do bloco socialista representou um enorme impacto na economia do país.

Em meio a esse cenário, os Estados Unidos sancionou duas leis: a Torricelli (1992) e a Helms-Burton (1996). A primeira lei instituiu uma lista comercial para as empresas que mantinham relações comerciais com Cuba, que passaram a sofrer restrições no comércio com os EUA; e os navios que atracassem em portos cubanos passariam seis meses proibidos de entrar nas águas estadunidense. A segunda lei criou ainda mais obstáculos para o país, dentre eles estava a proibição de remessas de dinheiro por cubanos residentes nos Estados Unidos a seus familiares; o fechamento da fronteira norte-americana para gerentes de empresas (e suas famílias) caso a companhia investisse sediada em propriedades “confiscadas” pelo governo cubano durante a Revolução, o que poderia ocasionar ações judiciais nos tribunais dos Estados Unidos; e o apoio massivo a grupos dissidentes dentro do território cubano.

A política isolacionista norte-americana configura-se a partir de diversas violações dos direitos internacionais, inclusive com o não cumprimento de normas jurídicas do próprio governo do Estados Unidos. As estimativas são que entre 1961 e 1991, o bloqueio norte-americano custou 30 milhões de dólares a Cuba (Rodríguez, 2011). O país também fora proibido de usar dólar em transações comerciais (López, 1994), e passou a não ter quem lhe fornecesse insumos básicos como alimentos, medicamentos e petróleo.

O problema do país passou a ser: como manter produzindo as indústrias e a agricultura; como continuar prestando serviços econômicos e sociais básicos (no qual exige um mínimo de energia imprescindível) como e onde adquiri-la; como e onde obter as matérias primas e insumos; com quais peças e agregados manter funcionando o transporte automotor, as máquinas e equipes; onde e como adquirir pesticidas, herbicidas e ração; como e onde obter os medicamentos mais importantes (López, 1994: 56, tradução livre).

Para enfrentar a situação, o governo precisou implementar um conjunto de reformas, sendo algumas delas de caráter temporário, de acordo com a conjuntura econômica naquele momento, e outras de caráter estrutural, que perduram até hoje. Entre as reformas temporárias estiveram: racionamento de alimentos e energia<sup>42</sup>; interrupção das obras habitacionais e de infraestrutura; importação de bicicletas chinesas para substituir a demanda do transporte público, pois não havia gasolina para abastecimento.

No que diz respeito as reformas estruturais, houve a implementação de elementos de mercado na economia: abertura do capital estrangeiro a setores de predominância estatal (como turismo e comércio exterior); implementação de lei tributária; incentivo ao trabalho por conta própria (emprego autônomo tributado<sup>43</sup>); introdução de uma nova moeda (o *peso convertible*); criação de empregos não estatais.

Com essas mudanças, sobretudo com as voltadas para o turismo internacional, o país conseguiu ampliar o produto interno bruto, e pouco a pouco, ir se reestruturando. Entretanto, as desigualdades sociais passaram

---

<sup>42</sup> O racionamento fez com que a população só tivesse energia elétrica 12h por dia.

<sup>43</sup> Conhecido como *cuenta-propistas*.

a ser uma nova realidade – uma das consequências da livre circulação de capital.

Sobre as mudanças na conjuntura econômica do país há muitas divergências. Alguns críticos analisam sob a ótica da transição, afirmando que Cuba passa aos poucos de um modelo socialista para um modelo capitalista, e enfatizam que o sistema está falido. Entretanto, para outros autores, as mudanças são inerentes aos sistemas políticos, e o socialismo também passa por alterações e ajustes. López (2013) considera que muitas das análises feitas sob o período especial focam apenas em questões internas, deixando de lado os aspectos importantes referentes à política externa e ao comércio internacional. Já Rodríguez (2014) destaca que a existência de relações de mercado em um governo socialista não implica necessariamente no fim do socialismo, contando que o mercado seja monitorado continuamente na tentativa de compensar seus efeitos socialmente negativos.

#### 4.4.1 Conselhos populares

O sistema político também passou por modificações, com a Reforma Constitucional, aprovada no ano de 1992. As alterações na legislação tiveram como principais objetivos otimizar a administração pública e descentralizar o sistema político. Os municípios passaram a ter mais autonomia e foram criados os conselhos populares.

Os conselhos populares (CP) são órgãos locais de base, que apoiam as Assembleias Municipais no exercício de suas atribuições. O CP é estruturado por delegados, que são eleitos pela população a nível de circunscrição, um presidente e um vice.

Para Roberto Almaguer, a implementação da Lei dos Conselhos Populares (Lei n.91/2000) permitiu que Cuba estruturasse uma boa interlocução entre a escala municipal e a comunitária. Os delegados dos CP costumam ter uma estreita relação com a comunidade, o que propicia um maior conhecimento dos problemas locais e mais agilidade nas soluções. A figura dos delegados

surge como “uma autoridade a nível local para atender aos problemas locais e às questões relacionadas com os serviços e a qualidade de vida da população” (Almaguer, 2013: 53).

O conselho se reúne de uma vez por mês. Nas reuniões do CP, os delegados repassam as queixas da população e os problemas que tem identificado na área, principalmente a nível de infraestrutura, como: ineficiência na coleta de lixo, falta de água em determinada rua, imóveis em perigo de desabamento, etc. O conselho também fiscaliza o andamento de obras, como a construção de escolas, reformas de policlínicas, criação de espaços públicos de lazer. Dependendo das demandas mensais do CP, organiza-se uma comissão para exigir e acompanhar junto com as entidades responsáveis (seja ela a municipalidade, a companhia de abastecimento de água, a secretaria de educação ou saúde) a resolução dos problemas apresentados.

Para Martín González (2003), os conselhos populares possuem uma estrutura ágil e flexível, que facilita a tomada de decisões por parte da comunidade. O autor considera também que a forma como os conselhos estão organizados incentiva a participação comunitária:

Os conselhos populares são capazes de cumprir funções das mais importantes dentro da comunidade e assim, propiciar o desenvolvimento integral da mesma, sobre as bases da participação direta da população na tomada de decisões, na fiscalização e no controle das atividades; assegurando um melhor conhecimento por parte do governo em relação as preocupações, necessidades e interesses da população através de seus representantes diretos, os delegados da circunscrição e os dirigentes das organizações sociais (González González, 2003: 50, tradução livre).

Se por um lado, o período especial teve uma dimensão espiritual para a sociedade cubana (Alonso, 2011), por não saber se o país conseguiria se reestruturar e se manter socialista; a criação dos conselhos populares, além de otimizar e agilizar a administração pública, propiciou um fortalecimento do sentimento comunitário, a partir do resgate da tradição de bairro e engajamento das lideranças locais.

#### 4.4.2 Oficina do Historiador

A Oficina do Historiador foi criada em 1938 por Emilio Roig e na década de 60 passou a ser coordenada por Eusebio Leal. As primeiras décadas da instituição foram voltadas para o resgate de documentos, criação de acervos e promoção dos bens culturais do centro histórico. Em 1981, o Estado se comprometeu em dedicar uma parte de seu orçamento anual na reabilitação e no restauro de Havana Velha. No ano seguinte, o centro histórico recebeu o reconhecimento da UNESCO e foi inscrito na Lista de Patrimônio da Humanidade.

Entretanto, por conta da crise econômica, o governo não conseguiu dar continuidade ao financiamento para a restauração o centro histórico. Com o intuito de que as obras não fossem encerradas, sobretudo por conta do alto nível de degradação dos imóveis, chegou-se a uma solução inédita: a instituição foi dotada de autonomia e autoridade para desenvolver uma gestão autofinanciada. Diz-se “inédita” porque até aquele momento nenhuma outra instituição cubana possuía prerrogativas para operar por conta própria.

Com o Decreto-Lei 143 de 1993, Havana Velha passava a ser reconhecida como *Zona Prioritária para Conservação*, e a Oficina do Historiador passava a se submeter ao Conselho de Estado (máxima representação do Estado cubano), e não mais à municipalidade. Todas as “funções, órgãos, organismos e entidades cravados no território de Havana Velha” (CUBA, 2011) passaram para sua competência, tendo a instituição o aporte jurídico necessário para dar continuidade ao restauro do centro histórico.

O novo estatuto jurídico de 1993 permitiu à OHCH ter independência total da gestão financeira em suas operações, reunindo características típicas de uma entidade governamental nacional às de uma empresa privada. A base de sua operação foi a transferência total do Estado Cubano para a Oficina o patrimônio imobiliário do centro histórico de Havana. Foi realizada uma operação de comodato entre as entidades, o que conferiu plenos poderes à Oficina para operar recuperar, incorporar e operar comercialmente os imóveis por vinte e cinco anos, comodato renovável pelo mesmo período (Zancheti, 2011: 52-53).

A Oficina, como instituição responsável pela gestão do centro histórico, sentiu a necessidade de estruturar outras entidades especializadas, passando a funcionar como “entidade líder”. As entidades especializadas são: 1) *Plan Maestro*, responsável pela elaboração e execução do plano diretor da área; 2) *Casa Matriz*, que administra os recursos financeiros e imobiliários da Oficina; 3) *Sistema Patrimônio Cultural*, que coordena e desenvolve pesquisas de promoção e difusão cultural; 4) *Sistema Empresarial*, responsável pelas empresas vinculadas ao setor de turismo.

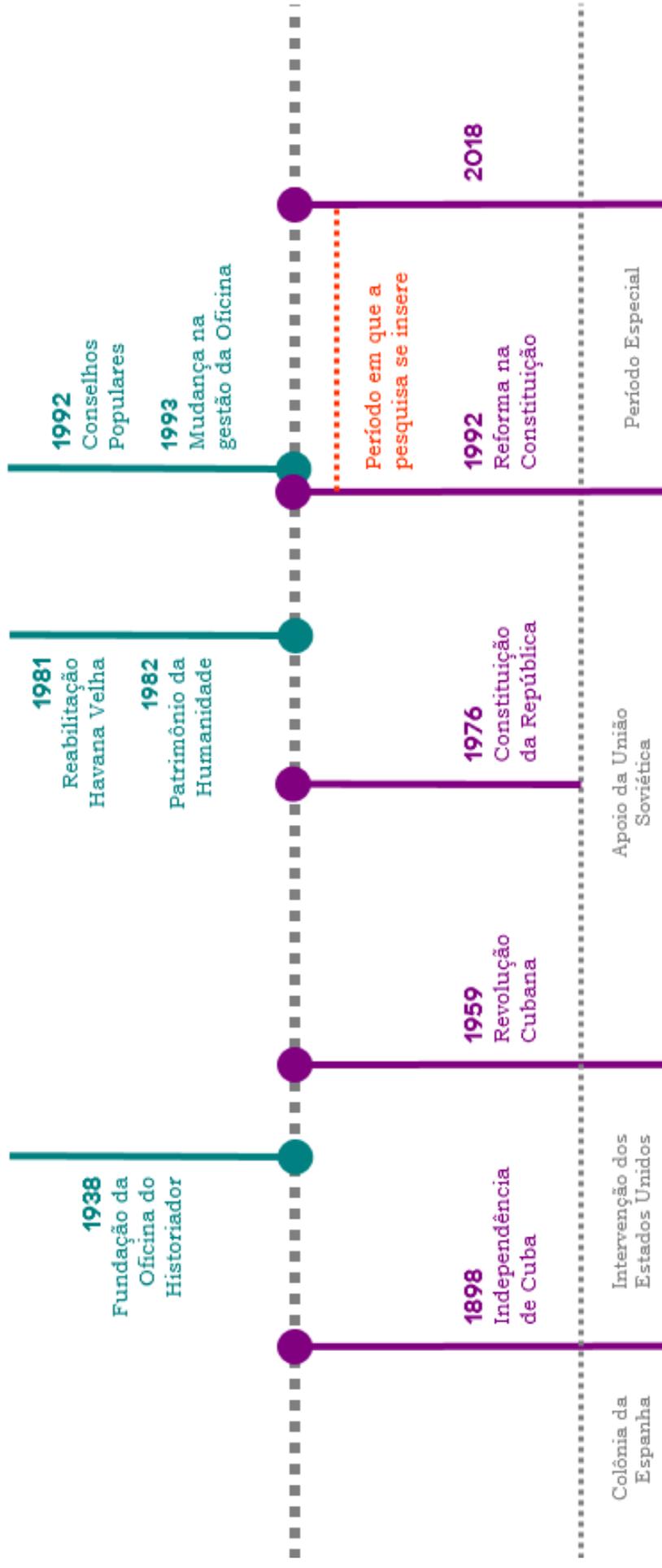
Atualmente, o financiamento do projeto é proveniente da cooperação internacional entre instituições de fomento, de empresas estrangeiras que atuam com serviços voltados ao turismo e, em sua maior parcela, do sistema empresarial implementado – que realiza operações de arrecadação de impostos, incorporação imobiliária e gestão de empreendimentos (Zancheti, 2011). Entre 1994 e 2008, o conjunto de bens e serviços do centro histórico produziu mais de 420 milhões de dólares (OHCH, 2011), que foram investidos no próprio território de Havana Velha, e em menor parte em outras áreas da cidade. Para Fernando Carrión (2010), a quantidade de investimentos que circulam no centro histórico dá um novo significado ao patrimônio: acontece uma inversão de papéis entre “velho” e “novo” – e a modernidade passa a chegar a partir do que é mais antigo (Carrión, 2010).

O processo de descentralização por qual passou o Estado cubano na década de noventa reverberou também na gestão do centro histórico, que passou a trazer a pauta da participação para a reabilitação urbana. No plano diretor de 1998, dentre as dez estratégias definidas para a reabilitação da área a implementação de uma gestão participativa.

Impulsionar uma reabilitação participativa, que promova a ação da população residente no planejamento; induza também a participação de representantes informais da comunidade; favoreça a cogestão dos processos e elabore um banco de ideias ou possíveis projetos (OHCH *apud* Rodríguez Alomá, 2006: 141, tradução livre).

A linha do tempo a seguir cruza as informações da conservação de Havana Velha com os processos políticos de Cuba, apresentado o contexto onde está inserida esta pesquisa.

Figura 25 – Linha do tempo de Cuba centrada no contexto da pesquisa



Fonte: Autora, 2019.

#### 4.5 Considerações parciais

Ao longo da trajetória de reestruturação sociopolítica em Cuba desde 1959, o Estado tem investido na ampliação das esferas participativas em todo o país, e em distintas escalas. Tem-se criado não apenas os espaços necessários para a participação, mas investido em uma *cultura participativa* – através da educação e da mobilização social.

A Campanha Nacional de Alfabetização, em 1961, foi um marco nesse processo. E isso foi percebido não apenas pela análise bibliográfica, mas pelas entrevistas. Um dos entrevistados foi alfabetizado pela campanha aos 14 anos, e ajudou depois na alfabetização de trabalhadores rurais. Ao passo em que a campanha fortaleceu o sentimento de identidade nacional, ampliou-se os laços de solidariedade entre o povo cubano, que compreendeu que a Revolução não era apenas um fato histórico, mas um processo social contínuo, e dependia da ação e do engajamento de todos.

As mudanças pelas quais o país passou na década de noventa possibilitou a ampliação do vocabulário político, e com isso, a difusão de novas estruturas participativas. Na forma como o Estado cubano está organizado pode-se identificar que os três tipos de participação (democrática, comunitária e popular) estão presentes e interconectados. Não há uma distinção clara onde começa uma e termina a outra. Compreender essas relações foi de extrema importância para a análise de como essas estruturas reverberam na área do centro histórico de Havana.



# 5

## REDES DE PARTICIPAÇÃO EM HAVANA VELHA: ENTRE ATORES E INSTITUIÇÕES

## 5 REDES DE PARTICIPAÇÃO EM HAVANA VELHA: ENTRE ATORES E INSTITUIÇÕES

Ao tentar responder as questões centrais desta pesquisa – primeiro, se existe efetiva participação no projeto de reabilitação do centro histórico de Havana, e depois, qual tipo de participação é vivenciada na área, como ela se estrutura e quais os atores envolvidos – foi necessário percorrer um longo caminho de fundamentação teórica, enquanto simultaneamente, se cultivava um olhar atento para o objeto empírico.

Então, a noção de redes de participação foi elaborada/compreendida e assim, conseguiu-se interpretar as experiências participativas que aconteceram e estavam acontecendo<sup>44</sup> nos dois núcleos que foram estudados em Havana Velha: o conselho Popular Catedral e a Oficina do Historiador. Identificou-se que ambas não eram apenas instituições, mas redes de participação, cada uma delas envolvendo atores, ações, instituições, e que por vezes, interconecta os três tipos de participação (democrática, comunitária e popular).

Este capítulo foi desenvolvido para apresentar os resultados finais da pesquisa. A análise foi desenvolvida a partir da sobreposição de fontes bibliográficas com as entrevistas realizadas com os residentes, líderes comunitários e especialistas. Dentre as interpretações das entrevistas está uma análise de discurso sobre o que os residentes compreendam por *participação*.

### 5.1 Rede de participação no Conselho Popular Catedral

O Conselho Popular Catedral está organizado a partir de treze delegados, sendo um deles o presidente. Territorialmente, está delimitado entre a *Calle Obispo*, Av. das Missões e Av. do Porto<sup>45</sup>, com uma extensão de 0,41 km<sup>2</sup>. A área possui mais de 12 mil habitantes, segundo o censo de 2012. Para além

---

<sup>44</sup> Entre fevereiro e abril de 2018, quando foi feita a pesquisa de campo.

<sup>45</sup> Ver delimitação da área na página 27.

de sua importância histórica, o CP Catedral atualmente configura-se como importante polo comercial, turístico e cultural de Havana Velha.

A rede de participação identificada neste conselho popular estrutura-se a partir dos delegados, do presidente do conselho, Ángel Aguilera Castillo, que é uma figura com grande poder de agregação e mobilização, e dos residentes, que em sua maioria, são antigos (ou seja, vivem no centro histórico há mais de dez anos). Catedral pode ser considerado um excelente exemplo de como uma estrutura política participativa, quando unida ao forte sentimento de pertencimento de seus residentes e engajamento de seus líderes comunitários, pode trazer resultados profícuos na conservação de um centro histórico.

Nas palavras de Jorge<sup>46</sup>, um dos residentes entrevistados:

*“O Conselho Catedral está dentro do centro histórico. É um conselho que ascendeu e que possui um estreito vínculo com a Oficina do Historiador. O trabalho é muito efetivo. Dá gosto fazer a sociedade ficar a favor da comunidade, que é muito importante isso.” (Jorge, 52 anos, bancário).*

### 5.1.1 Delegados

A forma como os conselhos populares estão estruturados interconecta a participação democrática, comunitária e popular em uma escala local. Essa interconexão se dá pela figura do *delegado* – que é um cargo com função de base, por isso, normalmente são eleitas pessoas que já possuem uma forte ligação com a comunidade e vivem no bairro há muitos anos.

As eleições para eleger os delegados são organizadas da mesma forma que para as demais assembleias (ANPP, APPP, AMPP): a divulgação se dá pela fixação do currículo do candidato em lugares públicos e de fácil acesso (como escolas e sedes do governo); no dia da eleição, a população se encaminha aos locais de votação, sendo o voto direto, secreto e não-obrigatório; ao fim do dia, as urnas são fechadas e inicia-se a contagem.

---

<sup>46</sup> Os nomes dos entrevistados foram alterado para preservar o sigilo dos mesmos. Para maiores informações sobre as entrevistas ver anexos.

Assim que finalizada a contagem de votos, divulga-se os candidatos eleitos. As eleições para delegados do CP acontecem a cada dois anos e meio.

Os delegados são considerados “políticos não profissionais”, quer dizer, não recebem salário por seu trabalho. Este é um fator importante na forma como estrutura-se o conselho, pois comumente se candidatam ao cargo pessoas que já exercem uma liderança informal no bairro.

A estrutura organizacional dos conselhos propiciou que líderes comunitários tivessem voz e poder de resolução em problemas de pequena escala, ou seja, a nível do bairro – se acabou os produtos da bodega, se falta água em tal rua, se a qualidade do pão da padaria não está satisfatória; o delegado vai levar as queixas aos responsáveis, e quando não pode solucionar os problemas, ao menos traz uma resposta para os residentes. Eles também fiscalizam obras (de construção ou reparo) que estão sendo executadas na área do seu conselho – com um olho no cronograma, e o outro na qualidade dos serviços.

Existem dois tipos de reunião nos conselhos populares. Uma delas acontece entre os delegados e o presidente do conselho, e geralmente são reuniões mensais<sup>47</sup>. A outra acontece entre os delegados e os residentes, semanalmente. Funciona como uma prestação de contas e comumente é chamada pelos cubanos de *despacho*. Nessa reunião, o delegado fica disponível para a comunidade por algumas horas para ouvir suas queixas e reclamações, e tomar as providências que lhe cabe. Por vezes, essas queixas vão para a pauta da reunião mensal com o presidente; quando há um assunto de maior urgência, os delegados levam a demanda para o presidente antes da reunião.

Um ponto muito levantado pelos residentes que foram entrevistados é o *feedback* que os despachos propiciam: os delegados costumam trazer soluções, e quando não é possível, trazem alguma resposta às demandas, aconselhando que instituição ou órgão eles devem procurar.

---

<sup>47</sup> Dependendo da demanda do conselho no mês, pode ser que esta reunião aconteça de forma quinzenal.

*“É através dos delegados que nós recebemos as notícias do que vai ser feito, e as nossas preocupações expomos aos delegados, para que ele repasse”. (Mercedes, 62 anos, aposentada e comerciante).*

Algumas das falas dos residentes mostra como eles enxergam os delegados como uma *ponte* – uma pessoa da comunidade com dispositivos para conectar a população com as intuições governamentais, entre elas a Oficina.

*“O delegado é nosso representante. Todos os problemas vamos até ele.” (Mercedes, 62 anos, aposentada e comerciante).*

*“O presidente do meu conselho tem uma boa comunicação com a Oficina do Historiador. Em qualquer situação que se faz necessário dar-lhe uma solução, ele em seguida compartilha a dúvida com os companheiros da Oficina, e lhe ajudam a dar-lhe uma solução no que seja possível, como nas restaurações, na manutenção da higiene das ruas, no reparo das fachadas, no que seja necessário, na verdade.” (Sandra, 55 anos, dona de casa e delegada).*

Quando questionados acerca da relação que possuem com seus delegados, muitos dos residentes falam da proximidade e familiaridade que possuem com os mesmos. O canal da comunicação é um ponto forte na relação entre os delegados e os residentes.

*“Os delegados gozam de apreço, de prestígio e de respeito. Não é qualquer pessoa que é eleita como delegado.” (Pedro, 73 anos, aposentado).*

*“Todos trabalhamos unidos, se apoiando mutuamente, nos distintos cargos. Temos boa comunicação com os delegados. O delegado se preocupa com o estado das residências, se preocupa em dar uma resposta, quando alguém não pode participar da reunião (despacho) ele lhe explica tudo o que se passou.” (Tania, 52 anos, segurança).*

Dentre os problemas citados pelos residentes está a pouca possibilidade de ação, que é vista por alguns pelo fato do conselho não possuir um orçamento específico para ser redirecionado.

*“As pessoas gostam do delegado. Mas te digo que, as vezes, eles não tem as coisas nas mãos para poder resolver. O que passa é que temos muitas necessidades, e ele não pode resolver tudo. Ele vai resolvendo os casos mais difíceis, porque não pode fazer mais que isso. Ele trabalha muito.” (Carmen, 80 anos, aposentada).*

*“As pessoas tem que ter um pouco de consciência da situação que enfrenta um delegado. Um delegado não é um empresário, um delegado tem um cargo político e ele tem que buscar apoio em diferentes instituições para poder levar para frente os projetos que se propõem como delegado.” (Pablo, 39 anos, trabalhador particular).*

Apesar da maioria dos relatos enfatizarem pontos positivos do trabalho dos delegados do conselho popular, nem todos os residentes conhecem o delegado de sua área. Dentre os entrevistados, 30% responderam não conhecer seus delegados. Quando analisado o perfil dessas pessoas, identificou-se dois subgrupos, que são: de idade avançada e residentes novos.

Alguns dos residentes que não conhecem seus delegados tem mais 80 anos, e afirmaram que conheciam o delegado anterior, mas não chegaram a conhecer quem foi eleito na última votação. Ou seja, tiveram no passado uma relação com os delegados, mas com o avançar da idade, e muitas vezes com a saúde fragilizada, passaram a estar menos envolvidos com as questões do bairro.

O segundo subgrupo é de residentes que mudaram-se para o centro histórico há menos de dez anos, geralmente motivados por trabalho. Essas pessoas ainda não construíram laços de pertencimento com o lugar, diferente daqueles que vivem há trinta ou quarenta anos no bairro. Vale salientar que uma grande quantidade de pessoas está começando fazer a opção de mudar-se para Havana Velha, resultado da política de reabilitação e restauro dos imóveis. O vínculo que eles começam a criar com a área é a partir das mudanças recentes, das novas dinâmicas criadas com o turismo, ou seja, o vínculo se dá pelo *novo*.

Essa dinâmica apresenta questões mais profundas de renovação da estrutura social cubana, que são pessoas com maior poder aquisitivo<sup>48</sup>, que podem comprar ou alugar um imóvel – tendo em vista que não existe mercado imobiliário no país<sup>49</sup> e esse tipo de transação ainda é pequena. E ao optar por alugar ou comprar um imóvel em Havana Velha, possuem a opção de imóveis que já passaram por alguma requalificação. Comparada a população total de Havana Velha, esse é ainda um pequeno grupo, mas que

---

<sup>48</sup> Geralmente que trabalham voltadas para o turismo, seja com o aluguel de quartos, ou com lojas de artesanato e *souvenir*.

<sup>49</sup> Não da forma como conhecemos de estrutura neoliberal.

tem a tendência a crescer, podendo futuramente alterar a configuração do centro histórico com o tão conhecido e danoso processo de gentrificação.

### 5.1.2 Reuniões mensais

Outro ponto importante na forma como estrutura-se os conselhos populares são as *reuniões mensais*, que acontecem entre os delegados e o presidente. Teve-se a oportunidade de participar da reunião de março de 2018 do CP Catedral. A pauta da reunião nesse mês foi:

- Notificação que a reforma em uma das escolas foi concluída, e que a obra de outra escola está sendo executada;
- Notificação que a arborização do jardim do *Parque San Juan de Dios* foi finalizado, e as plantas que sobraram do parque foram doadas para uma escola;
- Lembrete para a instalação de novas linhas telefônicas. A companhia de telefonia disponibilizou 66 novas linhas na área do conselho, mas para serem instaladas faz-se necessário que os delegados informem o nome e endereço das famílias interessadas para esses dados serem repassados para a companhia;
- Andamento das obras do Plano 26 de julho.

A data de 26 de julho é uma data comemorativa no país, referente ao Assalto ao Quartel Moncada. Para a comemoração é disponibilizado pelo governo municipal um orçamento para os conselhos do centro histórico reverterem em ações e obras para a área. Com isso, elabora-se um plano a partir dos pedidos dos residentes, que são levados para discussão na reunião do conselho popular. Para o CP Catedral, no ano de 2018 foram listadas 70 ações, que em trabalho conjunto (presidente, delegados e residentes), vão tentar finalizá-las. Algumas das obras e ações listadas no Plano foram:

- Pintura e reparo na fachada de imóveis;
- Demolição de imóveis que foram interditados;

- Reforma em uma policlínica e instalação em um elevador em outra;
- Reparo e manutenção de pontos comerciais que são do governo (*bodegas*);
- Recapeamento de ruas;
- Manutenção de uma praça.

A participação desta reunião possibilitou um enriquecimento na análise das dinâmicas participativas que acontecem no Conselho Popular Catedral. Pode-se comparar a literatura especializada que tem sido produzida em Cuba sobre conselhos populares com as entrevistas realizadas. Alguns dos estudos analisados<sup>50</sup> sobre conselhos populares abordam como a sua estrutura organizacional é de base e horizontal, incentivando assim a participação da população. Entretanto, na prática, muitos dos conselhos não passam de uma organização sem muito poder de ação, como expõe González Castro (2016) em seu estudo sobre o CP Vedado-Malecón:

A população, em sua maioria, não se identifica com a nova estrutura do conselho; em primeiro lugar, porque não conhecem realmente qual é o seu funcionamento, e, em segundo lugar, porque quem os dirigem em algumas ocasiões, não cumprem com o estabelecido.

A maioria da população entrevistada afirma que não conhece a sua nova presidenta e que o trabalho de seu novo delegado(a) é muito instável e apático. Isto denota que não existe uma estreita relação entre o delegado e sua população (González Castro, 2016: 214, tradução livre).

O CP Catedral é atualmente considerado um conselho de referência no centro histórico e na própria cidade de Havana. Notadamente, um dos seus diferenciais é o grande nível de engajamento e mobilização de seus delegados. Durante a reunião do mês de março, que teve duração de duas horas, os delegados falavam com propriedade dos problemas dos residentes de sua circunscrição. Sabiam dizer quais as casas que não estava chegando água, quais residentes que estavam com problema de saúde grave ou acamados, quais os imóveis que estavam em mal estado de conservação, qual o estado de pavimentação das ruas.

---

<sup>50</sup> Entre eles Guach (2014), Chaguaceda e González (2015), Soler (2016) e González Castro (2016).

Esse nível de conhecimento faz o conselho popular ir muito além do nível de fiscalização de obras públicas, sendo de extrema importância para a conservação e manutenção das estruturas físicas da área. O estudo no Conselho Popular Catedral traz à tona um tema já bastante discutido na conservação integrada: a importância do uso residencial para a conservação dos centros históricos. O uso residencial em áreas históricas é considerado de extrema importância, pois gera vitalidade, movimento e vida (Monteiro e Limeira, 2012), sem contar que o vínculo criado é muito mais profundo do que aqueles advindos do turismo.

## 5.2 Rede de participação na Oficina do Historiador

A rede de participação identificada na Oficina do Historiador estrutura-se a partir de seu presidente, Eusebio Leal Spengler, figura de grande prestígio e muito admirado pela população, o *Plan Maestro*, instituição subordinada à Oficina e responsável pelo planejamento e gestão da reabilitação do centro histórico, um conglomerado de outras instituições, especialistas, líderes comunitários e residentes. Esta é uma rede muito mais ampla e complexa que a do CP Catedral, pois os pontos nodais tanto são pessoas como instituições. Diante do tamanho e da complexidade desta rede, vale pontuar que este trabalho não conseguiu analisá-la em sua totalidade, mas apenas fragmentos da mesma.

A grande diferença organizacional entre o Conselho Popular e a Oficina do Historiador é que a primeira instituição foi estruturada para fomentar a participação comunitária, e a segunda busca há algumas décadas mecanismos institucionais para desenvolver uma reabilitação urbana de base participativa.

Apesar da Oficina do Historiador possuir uma vasta produção bibliográfica sobre o projeto de reabilitação urbana que desenvolve em Havana Velha<sup>51</sup> e diversos especialistas ressaltarem o caráter participativo do projeto

---

<sup>51</sup> Possui inclusive uma editora, a *Ediciones Boloña*, que disponibiliza alguns de seus trabalhos online e possui loja física no centro histórico.

desenvolvido pela instituição, compreender de que participação se estava falando – onde, como, de que tipo, como se estrutura – foi o grande desafio desta pesquisa.

Se abre na América Latina, pela primeira vez, a possibilidade de pensar no governo dos centros históricos – e não unicamente da administração ou de gestão – o qual poder dar-lhe uma dimensão política muito interessante, que permite vincular *participação*, representação, legitimidade e identidade (Carrión, 2010: 202, grifo da autora, tradução livre).

A boa gestão dos centros históricos (cubanos) produziu uma mudança favorável em seus processos de reabilitação ao introduzir uma nova dinâmica na gestão do patrimônio com a *participação* de atores locais e comunitários nela (Rey, 2015: 328, grifo da autora, tradução livre).

De acordo com a política de gestão integral do Centro Histórico de Havana, a *participação social* tem sido levada em conta como elemento efetivo e decisivo de sua verdadeira reabilitação, uma vez que o envolvimento de todos os atores locais influi diretamente em seus resultados (Iglesias, 2016: 44, grifo da autora, tradução livre).

Certas lacunas só puderem ser preenchidas com as entrevistas aos atores sociais, tendo em vista o “vazio teórico” que esta pesquisa se deparou – decorrência de uma produção bibliográfica cubana que aborda experiências muito pontuais de participação, não sendo suficiente para responder as questões deste trabalho. A superposição da fala dos residentes, líderes comunitários e especialistas, somada à experiência proporcionada pela vivência das dinâmicas urbanas e sociais do território *havanero*, foi o que permitiu chegar a uma compreensão da trama de participações vivenciadas em Havana Velha.

O tema da participação entrou na pauta do projeto de reabilitação urbana de Havana na década de noventa, período de mudança na gestão da Oficina e início da institucionalização dos conselhos populares. Ou seja, reflexo de um processo mais amplo de reestruturação política, social e econômica do país.

### 5.2.1 PEDI – *Plan Especial de Desarrollo Integral*

A ampla e complexa rede de participação da Oficina do Historiador desenvolve-se a partir do plano diretor de Havana Velha, o *Plan Especial de Desarrollo Integral* (PEDI), que passa por revisões periódicas há mais de duas décadas e é desenvolvido pelo Plan Maestro.

Até 2018 foram elaborados quatro versões do PEDI, publicados nos anos de 1998, 2001, 2011 e 2016. Para esta pesquisa, foram analisadas e comparadas as três últimas versões. O plano de 2001 estrutura-se a partir de dez pontos estratégicos<sup>52</sup> para a gestão urbana do centro histórico, sendo um deles referente à “*reabilitação participativa*”. De acordo com o plano, a validade do programa de reabilitação de Havana Velha depende diretamente da participação das famílias residentes. Enfatiza ainda que não se trata de uma “participação eventual, limitada ao apoio do funcionário ou construtor, mas daquela que de forma continuada se mantém ao longo de todo o processo de intervenção” (OHCH, 2001: 31).

Entre os objetivos do plano estão ampliar o potencial participativo dos moradores de Havana Velha e melhorar a economia familiar, como meio para a autotransformação das condições de vida dos residentes. Ainda sobre participação, o PEDI 2001 afirma que:

Um centro histórico que aposta por manter sua vocação residencial deve envolver a comunidade não apenas como executante ou observador, mas também como participante na tomada de decisões, na contribuição de recursos humanos e financeiros, e na gestão e administração dos processos.

Por isso, as ações são concebidas em um Plano participativo, que possibilita atuar na melhoria do habitat; na promoção de valores culturais, ambientais e socioeconômicos; no desenvolvimento comunitário com suas arestas organizacionais, de gestão e de administração; e nos problemas e necessidades mais urgentes dos moradores e do seu entorno, nos setores mais desfavorecidos, além de fornecer soluções para as novas e crescentes necessidades geradas pelo

---

<sup>52</sup> Os dez pontos são: “1. Recuperação física da estrutura urbana patrimonial; 2. Desenvolvimento econômico; 3. Função terciária (turismo, imobiliárias e serviços metropolitanos); 4. Habitação; 5. Reabilitação participativa; 6. Serviços ao habitat (equipamentos comunitários); 7. Redes de infraestrutura; 8. Desenvolvimento cultural; 9. Cooperação internacional; 10. Meio ambiente e sustentabilidade” (OHCH, 2001: 03).

próprio desenvolvimento da comunidade (OHCH, 2001: 36, tradução livre).

Para alcançar esses objetivos e por em prática uma reabilitação participativa do centro histórico foram elencadas três diretrizes estratégicas, apresentadas na tabela a seguir.

Tabela 3 – Diretrizes estratégicas para a participação no centro histórico de Havana

1.	Incentivar a participação da população residente no processo de planejamento
1.1	Transmissão de informação adequada
1.2	Criação de mecanismos de consulta para a tomada de decisões
1.3	Capacitação da população residente
2.	Promover da participação de representantes informais da comunidade
3.	Incentivar a cogestão dos processos

Fonte: Elaboração da autora com base em informações de OHCH (2001), 2018.

A partir da análise dos demais planos diretores e da vivência em Havana Velha, conseguiu-se identificar que os itens 1 e 2 foram colocados em prática nos anos que sucederam o plano. Com relação ao item 3, não pode-se afirmar que se foi ou não colocado em prática, pois não teve-se acesso às informações necessárias para tal análise. A seguir serão apresentados alguns aspectos pertinentes referentes aos itens 1 e 2 do plano.

Primeiro, vale ressaltar o tempo que decorreu entre o segundo e terceiro PEDI foram de dez anos. Pode-se afirmar que este tempo, considerado alto frente à velocidade das mudanças que vem ocorrendo em Havana Velha, não é resultado de negligência na gestão do centro histórico, mas um aperfeiçoamento de questões colocadas no plano de 2001.

Houve uma mudança significativa na forma de apresentar e estruturar o PEDI de 2001 para 2011 e 2016. O de 2001 possui uma linguagem

extremamente técnica, que mostra que foi elaborado por e para um público específico de especialistas das áreas de gestão, urbanismo e conservação. Já os planos de 2011 e 2016 são apresentados na forma de livro com caráter mais didático: possui linguagem acessível a um público não-especialista, muito bem ilustrado com fotografias, mapas, tabelas e um breve resumo sobre a história e os valores patrimoniais de Havana Velha. Essa mudança corresponde à *transmissão de informação adequada* (item 1.1) do PEDI 2001.

Um aspecto importante dos planos de 2011 e 2016 é que eles devem ser analisados em conjunto: ambos fazem parte do processo de atualização do PEDI, que tem como objetivo o planejamento do centro histórico até o ano de 2030. O plano de 2011 é uma versão preliminar da revisão feita ao plano de 2001, e foi publicado para auxiliar o processo de consulta pública realizado junto à população residente e diversas instituições localizadas na área histórica. O processo de consulta pública refere-se à *criação de mecanismos de consulta* (item 1.2) do PEDI de 2001.

Segundo dados internos do Plan Maestro, foram impresso 1.900 exemplares do PEDI 2011, distribuídos entre os residentes e as instituições. A distribuição dos planos foram acompanhados de uma campanha publicitária, que incluiu a divulgação do curta-metragem chamado "*Hablemos de La Habana Vieja*".

Percebemos a efetividade da campanha publicitária quando vários indivíduos se apresentaram por sua conta em nossos escritórios para receber o documento, pois haviam tido referências dele por distintas vias, emissora de rádio e/ou comentário de amigos (OHCH, 2012: 02, tradução livre).

Após ampla difusão do processo de consulta pública, que incluiu divulgação dos objetivos do plano, cronograma e conscientização da importância da participação de todos os atores envolvidos, deu-se início às oficinas. Aconteceram 19 oficinas entre 2011 e 2012, com a presença de 637 pessoas, sendo 201 de entidades estatais e 436 da comunidade (OHCH, 2012).

A consulta com os residentes foi feita através dos conselhos populares. O Plan Maestro afirma que "o desejo da instituição era que a participação da população nas oficinas fosse massiva, mas a direção dos conselhos sugeriu

que participa-se apenas líderes comunitários” (OHCH, 2012: 03). A alegação por parte dos conselhos para esta medida foi de que:

A população tem pouco hábito de pensar nos problemas comunitários a longo prazo, de modo que a participação dos mesmos poderia ficar centrada em seus problemas individuais e não no geral, no planejamento do centro histórico (OHCH, 2012: 03, tradução livre).

Assim, além dos delegados dos conselhos populares, participaram das oficinas os coordenadores e presidentes dos CDR, as secretárias da FMC e alguns convidados. Ainda segundo o Plan Maestro, estas pessoas constituíram o primeiro escalão da consulta e posteriormente, se comunicaram com os demais residentes. O Conselho Popular Catedral esteve entre os conselhos com maior número de participantes, sobretudo jovens<sup>53</sup>. Também foram disponibilizados canais de comunicação para ser coletada a opinião da população: na sede da instituição, um número de telefone e um endereço eletrônico.

Infelizmente, o material coletado durante esta pesquisa foi insuficiente para analisar os resultados da consulta pública desenvolvida pelo Plan Maestro no período. A mudança na estrutura do PEDI é tão substancial que acaba por gerar uma grande ruptura na forma como se estrutura este importante instrumento de gestão do centro histórico de Havana. Os três planos diretores analisados não possuem linearidade, o que acaba por interferir diretamente na sua compreensão. Ao analisá-los, não é possível identificar os pontos que foram desenvolvidos pelos especialistas (versão de 2001 e 2011), e o que mudou com a consulta pública feita à população (versão de 2016).

O plano de 2001 apresenta que o mecanismo de consulta utilizado foi o de matriz DAFO<sup>54</sup>, ferramenta muito utilizada, tanto no planejamento urbano quanto na gestão de empresas, que analisa as características internas a

---

<sup>53</sup> Vale citar que o presidente do CP Catedral, Ángel Aguilera, é o coordenador de um projeto comunitário de capacitação de jovens na área da gastronomia, o *Moneda Cubana*. O projeto faz uma parceria com empresas do ramo de turismo e hotelaria para auxiliar na inserção dos jovens no mercado de trabalho.

<sup>54</sup> Também conhecido como análise FODA ou SWOT.

partir das *debilidades e fortalezas*, e a situação externa a partir das *ameaças e oportunidades*. É uma ferramenta que propicia um conhecimento da situação real em que se encontra a organização ou projeto e planeja uma estratégia para o futuro. Entretanto, não há informações se a matriz DAFO foi utilizada apenas com os especialistas, ou também nas oficinas com os residentes. O quadro que apresenta a matriz no plano de 2016 é muito semelhante ao do plano de 2001. Não ficou claro se esse diagnóstico foi elaborado duas vezes, e chegou-se a resultados semelhantes, ou se foi feita apenas uma atualização com os especialistas.

Dessa forma, conseguiu-se identificar que o Plan Maestro implementou uma ampla consulta para a elaboração do PEDI 2016 e vem implantando distintas formas de participação na gestão do centro histórico de Havana, como veremos a seguir. Em contrapartida, o material coletado durante esta pesquisa não obteve elementos suficientes para um maior aprofundamento das mudanças do plano em questão. Tendo em vista a amplitude dos planos diretores de Havana Velha, considera-se que para chegar a tais resultados faz-se necessário uma outra pesquisa, na qual o objeto de estudo seja as versões do PEDI.

### 5.2.2 Projetos comunitários

Grande parte das experiências participativas identificadas na rede da Oficina do Historiador diz respeito à promoção de projetos comunitários no território de Havana Velha. Como os projetos analisados conectam uma capacitação da população residente em trabalhos que estimulam a participação, ao mesmo tempo que ajudam a promover líderes informais do bairro, que refere-se ao dois últimos itens da *tabela 03*, eles vão ser trabalhados aqui em conjunto.

Em uma publicação da Oficina sobre o tema, foram identificadas 23 “experiências participativas” que aconteceram no território de Havana Velha

entre 1994 e 2011<sup>55</sup>. Em sua maioria, as experiências consistiram em ações pontuais com residentes de bairros que iam passar por alguma intervenção urbanística, mas também são apresentados projetos de educação patrimonial, resgate de ofícios tradicionais, oficinas sobre o tema da acessibilidade em áreas históricas, entre outros. Alguns desses projetos se mantêm, já outros foram encerrados.

Dentro da área do Conselho Popular Catedral, identificou-se dois projetos comunitários que se mantêm até os dias de hoje. Um deles é mais conhecido é o Artecorte, desenvolvido pelo cabelereiro Gilberto Valladares, conhecido como Papito. O outro é uma oficina de educação patrimonial voltado para crianças, desenvolvida pela bibliotecária Maria del Carmen Arencibia, vinculada a Biblioteca Rubén Martínez Villena. Teve-se a oportunidade de conhecer os dois projetos e entrevistar seus idealizadores.

Gilberto Valladares, a partir da motivação de resgatar o ofício de barbeiro e valorizar o trabalho de cabelereiro, deu início a um projeto de desenvolvimento local em 1999, no bairro de Santo Ángel, chamado **ARTECORTE**. Começou o projeto com a reforma do seu imóvel, transformando o salão em um museu do ofício.

No princípio, ele tinha o objetivo da criação de um espaço para representar, dignificar e resgatar o ofício de cabelereiro e barbearia, fundando assim no primeiro museu da cidade dedicado aos dois ofícios mais representativos da história do bairro, com uma coleção de objetos, documentos e dados históricos. Com o passar dos anos, artistas plásticos e historiadores, em sua maioria jovens, foram sendo atraídos pelo projeto e colaborando com o embelezamento das ruas (García e Martínez, 2016: 12, tradução livre).

Os artistas que se aproximaram do projeto começaram a fazer murais de arte urbana sobre temas vinculados ao ofício. Na mesma época, Gilberto Valladares montou um curso de capacitação para jovens do bairro que desejassem trabalhar na área. O Artecorte foi mobilizando os residentes do bairro, que começaram a fazer mutirões para melhorar a qualidade do espaço público. Com o desenvolver do projeto, e a legislação para

---

<sup>55</sup> Referência ao livro *“Patrimonio y ciudadanía: experiencias de participación en La Habana Vieja”*, de Iglesias e Pérez, 2014.

empreendimentos locais (entre as décadas 1990-2000), a área foi se transformando em um polo cultural, turístico e gastronômico no centro histórico.

No ano de 2009, a Oficina do Historiador resolveu investir em ações participativas no bairro e passou a apoiar o projeto. A partir de algumas oficinas com os residentes foram identificadas as principais necessidades da população local, que resultou em: reforma e manutenção do asilo de idosos, construção de um parque infantil, criação de um centro veterinário e melhorias na iluminação pública.

A Oficina também investiu na infraestrutura do curso de capacitação, bem como na sua ampliação. Atualmente, além do curso de barbearia-cabelereiro, há curso de idiomas e de *bartender*, para as pessoas que trabalham voltadas para o turismo. Os professores são voluntários e os cursos tem duração de um ano e meio.

Conjuntamente a essas ações, investiu-se na divulgação da história do bairro com o intuito de despertar o “interesse dos cidadãos para a conservação e restauração do patrimônio do centro histórico, a partir do bairro de Santo Ángel” (Iglesias e Pérez, 2014: 65).

Outro projeto estudado foi o **TALLER DESCUBRIENDO MI LOCALIDADE**, e é desenvolvido pela bibliotecária Maria del Carmen Arencibia, que percebeu uma demanda das crianças e adolescentes que iam a Biblioteca Rubén Martínez Villena buscar fontes para seus trabalhos escolares de história.

*“Elas vinham buscar informações sobre a história de Havana Velha. E percebi que elas costumavam conhecer os lugares, mas não tinham claro os nomes oficiais. Havia muitas limitações referente ao patrimônio. Isso foi o primeiro que observamos, a situação existente. Então nos demos conta que temos um rico fundo em termos patrimoniais, e que poderíamos explorar, porque ao fim, não eram utilizados” (Arencibia, 2018).*

Então Arencibia deu início, em 2008, a oficinas de educação patrimonial sobre o centro histórico de Havana. Estruturou as oficinas intercalando aulas na biblioteca, onde as crianças vão buscar nos livros informações sobre os monumentos, praças e ruas de Havana Velha, com aulas de campo, onde eles visitam os lugares e conversam sobre o que leram. Atualmente as

oficinas acontecem com alunos de três escolas localizadas no centro histórico, com uma aula por semana.

*“Conseguimos unir a função da leitura com as visitas ao sítio. Estamos em uma área que é patrimônio da humanidade, para onde quer que você vá está respirando história e cultura. E o que queremos é que através da leitura, possamos motivar essas crianças. Motivá-las para que amem o lugar em que vivem, para que conheçam, para que cuidem e divulguem. Sempre ao fim das oficinas digo para eles comentarem em casa o que aprenderam, para que eles sejam transmissores de seu conhecimento.” (Arencibia, 2018).*

A bibliotecária afirma que já desenvolvia trabalho semelhante na década de oitenta, em uma escola no campo na qual trabalhava. Diz que havia muitos livros disponíveis sobre patrimônio, mas que os jovens não conheciam os monumentos nacionais e assim ela começou o trabalho. A própria Maria del Carmen não tinha consciência de que o trabalho que desenvolvia era de educação patrimonial, até iniciar seu mestrado em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural, pela *Universidad San Gerónimo*, uma das entidades da Oficina do Historiador.

Apesar da bibliotecária desenvolver o projeto sozinha, pode-se dizer que ele faz parte uma rede mais ampla de políticas educacionais do governo. Há outros projetos semelhantes, que tentam ampliar os vínculos das crianças em idade escolar com as bibliotecas e os museus. Entretanto, diferente dos demais projeto comunitários que acontecem em Havana Velha, este ainda não foi estudado por outros pesquisadores, nem pela própria Oficina do Historiador. As fontes utilizadas foram elaboradas pela própria autora através de entrevista e participação de uma das oficinas.

Os dois projetos apresentados surgem a partir do engajamento de pessoas que, ao identificar demandas locais, se mobilizam para tentar traçar mudanças sociais. Em ambos os casos, tanto Gilberto Valladares quanto Maria del Carmen Arencebia não possuem relação com o CP Catedral, mas os projetos que desenvolvem acontecem na escala de bairro, podendo assim serem considerados líderes comunitários informais.

O Artecorte tem um caráter distinto das experiências apresentadas até o momento pois não surgiu a partir de uma instituição, mas da comunidade,

ou seja, tem um movimento de dentro para fora. É um projeto de participação comunitária, que toma corpo a partir de problemas do bairro, buscando soluções na própria área.

Já a oficina de educação patrimonial, apesar de ser um projeto comunitário, não é uma experiência participativa (como está sendo compreendido neste trabalho). Entretanto, o projeto trabalha na promoção do desenvolvimento de uma “*cultura participativa*”. Quer dizer, a partir do fortalecimento das relações de pertencimento dos residentes<sup>56</sup> com o centro histórico, que pode vir a influenciar posteriormente na participação desses atores – tendo em vista que participação envolve vínculos e relações.

### 5.3 Dando voz aos atores: percepções sobre participação

Como visto no primeiro capítulo, a participação é um processo social complexo e dinâmico, onde estão refletidos aspectos culturais e pessoais. Por isso, sentiu-se a necessidade de criar um espaço onde os entrevistados falassem sobre o que eles consideram por participação. Um espaço onde os atores tivessem voz e fossem ouvidos (Socarrás, 2005).

As entrevistas realizadas com os residentes do Conselho Popular Cathedral foram estruturadas com dez perguntas que tinham como finalidade trazer respostas aos objetivos da pesquisa: Como a participação é vivenciada nessa área? Como ela se estrutura? Quais são os atores envolvidos? Tendo em vista a polissemia do conceito, também havia o interesse de compreender como o tema da participação é assimilado pela população, e assim, entre as perguntas estava “*O que lhe vem à mente quando você pensa em participação?*”. Logo de início, percebeu-se uma certa dificuldade dos entrevistados ao responder o que estava sendo perguntado. Quando a pergunta foi retificada para “*Para você, o que é participar?*” as respostas surgiram de imediato. Esta simples mudança de verbete, que troca o substantivo *participação* pelo verbo *participar*, nos mostra como o primeiro termo está imbuído de uma carga conceitual – os entrevistados faziam

---

<sup>56</sup> Diretamente com crianças e adolescentes, indiretamente com os pais.

expressões de estranhamento ao tentar entender o que lhe estava sendo perguntado na primeira questão. No entanto, *participar* sendo verbo, invocação e as respostas brotaram sem incômodo, como na fala de Tania:

*“A participação para mim é algo muito importante, como se fosse a essência de um ser humano. Desde muito pequena eu participo de organizações, junto com minha mãe e meus ancestrais, e para mim é uma coisa maravilhosa.” (Tania, 52 anos, segurança).*

Uma percepção muito comum sobre participação refere-se a ter *vínculos* com organizações da sociedade civil cubana, em consonância com a noção de Rebellato (2005) sobre “ter parte”, ter alguma função para a coletividade. Mas o que está imbuído neste discurso não é o de apenas participar das reuniões, mas estar disponível quando necessário. Assim, os entrevistados fazem referência tanto às organizações como à ações que foram desenvolvidas pelo governo e fazia-se necessário atuação da população.

*“Aqui participam todos. Eu sou da Federação de Mulheres Cubanas e do CDR. Eu participo de todas as reuniões, sempre que posso ajudar em algo... porque tenho 92 anos e as vezes fico debilitada por conta de minha saúde, mas sempre que posso participo das reuniões.” (Caridad, 92 anos, aposentada).*

*“Participar é atuar em várias atividades, como reuniões, como por exemplo as reuniões do CDR, da Federação de Mulheres.” (Elena, 51 anos, professora).*

*“Participar é atuar em todas as tarefas que lhe convocam. A população, por exemplo, se reúne para o despacho com os delegados. E os que estão interessados vão, mas não há exigência para participar. Participam de acordo com sua disponibilidade que tenham, porque as pessoas trabalham em horários diferentes, em lugares distintos. E bom, quem pode, participa das reuniões. Depende do interesse e da disponibilidade de cada um”. (Luis, 65 anos, trabalhador particular e delegado).*

*“Bom, veja só, aqui se participa quando fazem um chamado para trabalho voluntário, quando fazem campanhas para doação de sangue ou combate aos mosquitos.” (Pedro, 73 anos, aposentado).*

Interessante notar na fala de Luis que ele enfatiza a *liberdade* no ato de participar. Na estrutura do Estado cubano não há “exigência para que se participe”, seja nas eleições para as assembleias ou nas reuniões do conselho popular. Cada pessoa participa conforme sua disponibilidade e interesse.

Outra percepção frequente sobre participação está vinculada a *ter voz e ser escutado*. Não de uma forma individual, mas a nível de coletividade. Assim, são muitas as pessoas que fazem referência às reuniões dos conselhos populares, especificamente aos despachos com os delegados. Esse é considerado um importante espaço onde a população tem voz, e em conjunto busca soluções para os problemas.

*“Participar é ir a uma reunião onde o povo possa falar, possa dizer as coisas que acontecem. É quando o povo inteiro pode participar da reunião e falar de um problema que surgiu, propor o que fazer, chegar a soluções em conjunto.” (Mercedes, 62 anos, aposentada e comerciante).*

*“Quando acontece as reuniões de quadra, as pessoas participam, dizem o que está mal na bodega, o que está mal na padaria, no açougue... Então, recolhem todas essas informações e depois trabalham sobre isso” (Carmen, 80 anos, aposentada).*

A maioria dos entrevistados tem uma noção de participação a partir de suas *vivências pessoais*, então em suas respostas surgem alguma referência às reuniões, organizações e ações (que fizeram ou fazem parte). No entanto, em meio a tantas vozes existem as exceções. Surgiram também respostas teóricas sobre o que é participar, que não fazem nenhuma referência a processos pessoais.

*“Participação é sinônimo de ação, de você fazer parte de algo” (Pablo, 39 anos, trabalhador particular).*

*“Bom, participar é estar envolvido em alguma atividade, ou algo do tipo...” (Luisa, 32 anos, funcionária pública)*

*“É dar seu apoio. Ser parte de algo.” (Maite, 28 anos, vendedora).*

Dois aspectos importantes do perfil desses entrevistados é com relação a idade e ao tempo de residência no centro histórico. Todos tem menos de quarenta anos e são residentes novos. São as mesmas pessoas que responderam anteriormente que não conheciam os delegados de sua circunscrição. Ou seja, não possuem vínculos suficientes para se envolver com o que acontece no âmbito social, ou como diz Merino (1995), para romper a barreira que separa a vida privada dos assuntos públicos.

Ao analisar de forma mais profunda os discursos dos residentes, na tentativa de identificar os elos entre objetividade e subjetividade (Orlandi, 2009), identificou-se que a participação possui forte vínculo com o *processo revolucionário*, no seu caráter mais amplo. Participar, para muitos, é manter

a revolução viva. E por isso está sempre vinculado à ação e ao engajamento: falar, discutir, comparecer, estar presente.

*“Devemos todos participar porque isso é dever do povo, é dever de todo revolucionário participar de todas as organizações, de participar, votar, dar opinião.” (Elena, 51 anos, professora).*

Na fala dos entrevistados, sobretudo entre os mais idosos, surgiram muitas referências à importância da manutenção do sistema socialista no país, inclusive sobre as dificuldades que passam por conta disso. Assim, o tema do bloqueio norte-americano surgiu em algumas falas, sobretudo quando questionados sobre o que poderia melhorar no trabalho da Oficina e do CP Catedral.

*“Sim, o trabalho da Oficina pode melhorar, mas tem que ter dinheiro! Você sabe que temos o imperialismo que nos nega tudo, temos um bloqueio muito forte, que não nos ajuda a realizar as coisas por aqui.” (Caridad, 92 anos, aposentada).*

*“Às vezes nós pedimos ajuda para nossas residências, qualquer coisa que seja, mas realmente, o bloqueio que nós temos dificulta muito, muito. Na alimentação, nos medicamentos, nos materiais de construção. E isso se reflete no centro histórico.” (Joana, 83 anos, aposentada).*

Mesmo a única entrevistada que respondeu que a participação que existe no país é pouca, fez referência ao processo revolucionário. Em sua fala há um tom de desilusão: disse ter lutado tanto pela Revolução quando jovem, e ao fim da vida permanece em uma situação precária; referia-se principalmente ao estado de conservação do seu imóvel.

*“Olha, a participação aqui é pouca, qualquer tipo que seja. Porque a gente que vive nessas condições, já não acreditamos em mais nada. Nada se conserta, nas se resolve” (Rosa, 79 anos, artista plástica).*

As entrevistas aos residentes mostram uma riqueza discursiva que não foi identificado em nenhum dos trabalhos analisados durante esta pesquisa. Foram identificados diferentes graus de compromisso com o bairro e distintas percepções sobre participação, que refletem diretamente na relação dos residente com a conservação do centro histórico. Este aspecto corrobora com a percepção de Mauricio Merino, de que a participação é simultaneamente, um ato coletivo e um produto de uma decisão pessoal. Por isso, deve ser compreendida a partir destes dois elementos complementários:

a influência da sociedade sobre o indivíduo, e a vontade pessoal de influenciar na sociedade (Merino, 1995).

#### 5.4 Considerações parciais

As duas redes de participação analisadas são distintas, tanto em tamanho quanto em complexidade. A força da rede do CP Catedral está no estreito vínculo dos residentes com seus delegados, com o presidente do conselho, e sobretudo, com o território. Nesta rede, a participação democrática, comunitária e popular estão interconectadas pela figura do delegado – pessoa “da comunidade” que passa a ter uma função na política local.

Apesar das referências à participação em áreas ou bens patrimoniais geralmente estarem focadas no processo de construção da significância cultural ou na etapa de planejamento, identifica-se em Havana Velha uma reverberação do exposto por Bosi (1987): a importância da fase de execução. A estreita relação entre o CP Catedral, a Oficina do Historiador e demais instituições responsáveis pela infraestrutura do centro histórico, faz com que os residentes estejam próximos à enxurrada de mudanças que vivenciam diariamente, em uma ação contínua de fiscalização.

A rede da Oficina do Historiador tem um caráter distinto, por conta do tamanho da instituição e sua forma de estruturar-se. Se por um lado, a rede necessita aperfeiçoar seus instrumentos metodológicos de participação; por outro, considera-se significativo o avanço conceitual sobre o qual a Oficina se debruça.

Assim, entre as recomendações desta pesquisa está que o Plan Maestro aperfeiçoe seus mecanismos de consulta, afinal, um plano diretor como instrumento de gestão, necessita ser claro, objetivo e passível a monitoramento. Aconselha-se que nas próximas versões do PEDI esteja exposto objetivamente como a consulta foi realizada, quais mecanismos foram utilizados e quais mudanças foram implementadas a partir de tais consultas.

Em contrapartida, a instituição possui uma compreensão de que a participação não diz respeito apenas aos mecanismos de consulta disponíveis, mas ao nível de engajamento e envolvimento de seus residentes, à criação de vínculos dos mesmos com o centro histórico. E assim tem-se investido em distintas ações que ampliam a cultura participativa, seja pelo incentivo de projetos comunitários, por ações pontuais nos bairros, pelo investimento em projetos de educação patrimonial (tanto para adultos quanto para jovens). Ou seja, a participação é compreendida nesta rede como um *produto pedagógico*: faz-se necessário educar para participar (Socarrás, 2005).

Compreender as especificidades de cada rede nos fez ampliar os horizontes analíticos, aprender com tais experiências e trazer reflexões sobre a teoria, reestruturando-nos como *sujeito pesquisador*. Não é apenas o conceito de participação que é múltiplo e difuso, mas os modos nos quais a participação incide sobre a realidade, também são diversos. E essa diversidade, sobretudo advinda de uma sociedade socialista, tem muito o que nos ensinar.

Figura 26 – Sede do Artecorte



Fonte: Autora, 2018.

Figura 27 – Barbearia-museu do Artecorte



Fonte: Autora, 2018.

Figura 28 – *Callejón de los Pelunqueros*, atualmente revitalizado com bares, cafés, pousadas e residências.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 29 – Intervenções artísticas no *Callejón de los Pelunqueros*.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 30 – Parque infantil construído pela Oficina com base na necessidade dos residentes



Fonte: Autora, 2018.

Figura 31 – Aula de educação patrimonial desenvolvida pela bibliotecária Maria del Carmen.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 32 – *Plaza de Armas*, com *Palacio de los Capitanes Generales*, à esquerda, e o *Palacio del Segundo Cabo*, à direita



Fonte: Autora, 2018.

Figura 33 – Hotel sendo construído no *Paseo de Martí*



Fonte: Autora, 2018.

Figura 34 – Açougue no centro histórico



Fonte: Autora, 2018.

Figura 35 – Quitanda no centro histórico



Fonte: Autora, 2018.

Figura 36 – *Paseo de Martí*.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 37 – Bicitáxi na esquina do *Parque San Juan de Dios*.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 38 – *Calle Obispo*

Fonte: Autora, 2018.

Figura 39 – *Calle Obispo*

Fonte: Autora, 2018.

Figura 40 – Rua do centro histórico



Fonte: Autora, 2018.

Figura 41 – Hotel na *Plaza de Armas*

Fonte: Autora, 2018.

Figura 42 – Loja de artesanato



Fonte: Autora, 2018.

Figura 43 – *Paseo de Martí*

Fonte: Autora, 2018.



# 6

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou compreender como estrutura-se a participação no centro histórico de Havana e quais os atores envolvidos no processo. Para tanto, identificou-se a necessidade de uma reflexão teórica sobre participação e uma devida contextualização da realidade no qual o objeto empírico está inserido. À vista disso, foi realizado um aprofundamento teórico e conceitual a partir dos campos da sociologia, da ciência política, da psicologia comunitária e da conservação integrada, que possibilitou apreender a polissemia do conceito e as especificidades do tema quando trabalhado junto a bens e sítios patrimoniais. A participação foi compreendida neste trabalho como um processo social dinâmico, que envolve simultaneamente, sentimento de pertencimento e engajamento social, que influenciam no curso de ações coletivas. Considera-se que uma efetiva participação possibilita aos atores incidir em suas realidades e territórios, ao passo que geram processos de transformação social e pessoal (ou seja, possui um caráter auto reflexivo).

Evidenciou-se como a literatura comumente analisa o tema a partir de “categorias fechadas” – sem conexão entre os distintos tipos de participação e sem relação com os contextos locais. Tendo em vista que essa forma de compreender a participação deixa questões importantes de fora, esta dissertação propõe que a participação seja compreendida a partir da noção de redes: onde os atores (sejam pessoas ou instituições) se conectam a partir de laços (relações que estruturam-se com base em aspectos afetivos, familiares, sociais, comunitários, etc.). Ao compreender a participação a partir da noção de redes, passa-se a contemplar seu caráter complexo, que estrutura-se a partir de uma multiplicidade de interações sociais.

Fundamentando-se nesse entendimento, esta pesquisa identificou duas redes de participação em Havana Velha: a rede do Conselho Popular e a rede da Oficina do Historiador, como ilustra a imagem abaixo.

Figura 44 – Esquema das Redes de Participação de Havana Velha



Fonte: Autora, 2019.

Desta forma, o estudo do objeto empírico mostrou como a participação no centro histórico de Havana se estrutura, quais são os atores envolvidos, como o tema tem sido abordado pelas instituições locais de salvaguarda do patrimônio e como os residentes apreendem o tema.

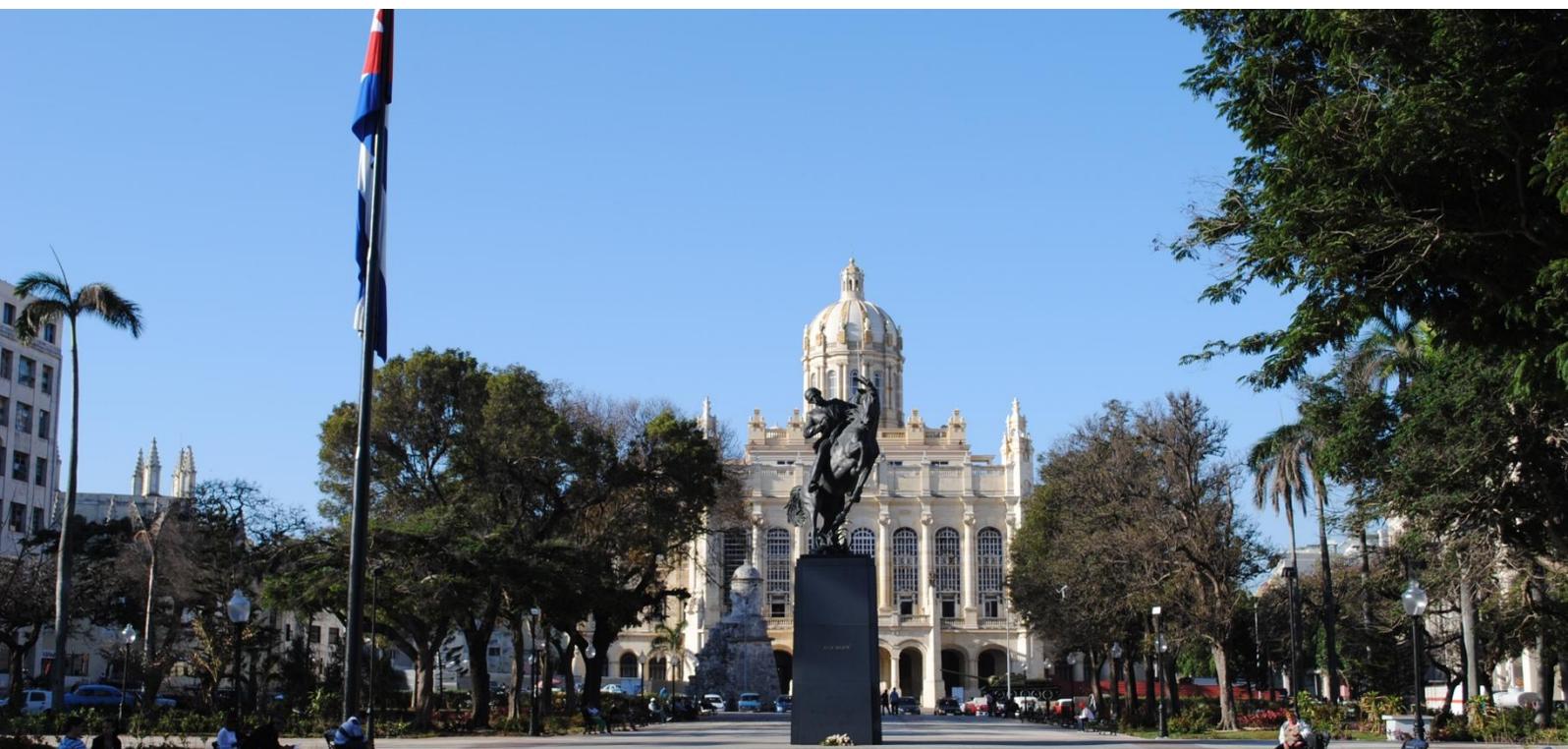
Durante o percurso desta pesquisa, identificou-se que cada conselho popular se desenvolve de uma forma específica, e não são todos os conselhos que conseguem funcionar com o nível de mobilização social existente em Catedral. E assim surgiu o questionamento: O que diferencia o Conselho Popular Catedral de outros conselhos? As reflexões sobre o assunto levaram a identificação de um *tripé*, com a presença de residentes antigos, líderes comunitários engajados e dinamismo econômico gerado pelo turismo. A alta rotatividade de investimentos neste território ao mesmo tempo que financia as ações de reabilitação e restauro, gera novas opções de renda para os

residentes e mobiliza os líderes comunitários a procurarem melhorias para área.

No entanto, é esse mesmo dinamismo que pode trazer consequências devastadoras para o centro histórico, para a população e sobretudo, para o país. A mudança na configuração social em Havana Velha, aos poucos já se faz perceptível, e os novos residentes não apresentam os mesmos vínculos que os antigos. Não há o mesmo nível de envolvimento e mobilização comunitária, pois não sentem-se pertencente a uma comunidade. E participação envolve vínculos, ligação, sentimento de pertencimento. Fazendo uma analogia, considera-se que o turismo está para o centro histórico assim como a Esfinge está para Édipo: “*decifra-me ou devoro-te*”. Quer dizer, como o centro histórico pode construir uma relação saudável com o turismo e seus turistas? Quais são limites? Quais diretrizes adotar? Estas não são questões novas na conservação do patrimônio, mas continuam extremamente latentes.

Voltando à participação, um ponto de grande importância para esta pesquisa foi apreender o entendimento dos entrevistados sobre o tema. Compreendeu-se que no discurso mais profundo, a participação está vinculada a manter a revolução viva, e assim, o ideário revolucionário se mantém nas ações cotidianas. O sentimento de coletividade e de solidariedade do povo cubano tem raízes tão profundas quanto sua cultura política. Identificou-se também que a participação é um tema frequente na estrutura do Estado, desde 1959.

Diante do atual cenário político de fortalecimento do pensamento de extrema direita e da perda inestimável do maior acervo museológico do Brasil, espera-se que as considerações desenvolvidas nesta dissertação possam contribuir na construção de novos espaços de resistência, luta e esperança na América Latina. Ao se debruçar sobre a sociedade cubana e sua maturidade política, passamos a acreditar que “*otro mundo es posible*”, e nos recordamos que as mudanças apenas são possíveis coletivamente.



## **REFERÊNCIAS E APÊNDICES**

## REFERÊNCIAS

- ACUERDO DE LA HABANA, 2012. X Encuentro sobre Manejo y Gestión de Centros Históricos. Disponível em: <[www.planmaestro.ohc.cu/recursos/papel/documentos/acuerdo2012.pdf](http://www.planmaestro.ohc.cu/recursos/papel/documentos/acuerdo2012.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2018.
- ALESSANDRI, Giovanni. La rivitalizzazione del centro storico di Bologna. In: *Rivista la Civiltà Cattolica*, Quaderno 2987, 1974.
- ALMAGUER, Roberto. Democracia y localidad. Colectivo de Autores. *Desarrollo Social en Cuba. Un enfoque multiple*. La Habana: FLACSO Cuba / Centro Felix Varela, 2013.
- ALMEIDA, Luiz Fernando. Los desafíos éticos del patrimonio en la contemporaneidad. In: MORALES e VIDARGAS (ed.). *Los nuevos paradigmas de la conservación del patrimonio cultural: 50 años de la Carta de Venecia*. México: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2014a.
- ALMEIDA, Sandra. Prefácio – Apresentando Spivak. In: SPIVAK. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014b.
- ALONSO, Aurelio. Cuba: a sociedade após meio século de mudanças, conquistas e contratempos. In: *Estudos Avançados*, v.25, n.72, 2011.
- ANDINO, Patricia. Participación ciudadana para la transformación del Centro Histórico La Habana Vieja, Cuba. In: GÓMEZ e NIGLIO. (edit.). *Conservación de centros históricos en Cuba*. Esempli di architettura, n.32, v.01, 2015.
- ARENAS, Patricia. Mapa para comprender la participación. In: Colectivo de Autores, *Participación social en Cuba*. CIPS: La Habana, 2004.
- ARNSTEIN, Sherry. A Ladder of Citizen Participation. In: *Journal of the American Planning Association*, v.35, n.4, 1969.
- ASUAR, Beatriz. Un 26 de julio absuelto por la historia. In: *Público* [periódico online]. Madrid, jul. 2017. Disponível em: <[www.publico.es/politica/revolucion-cubana-26-julio.html](http://www.publico.es/politica/revolucion-cubana-26-julio.html)> Acesso em: 16 out. 2018.
- AZEVÊDO, Gabriela. *Declaração de significância: uma investigação metodológica*. Trabalho de Graduação. Recife, UFPE, 2013.
- BARNES, John. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO (org.). *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987.
- BARRETO, Juliana. *De Montmartre nordestina a mercado persa de luxo: o Sítio Histórico de Olinda e a participação dos moradores na salvaguarda do patrimônio cultural*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2009.
- BÓGUS, Lucia Maria e SOUSA, Antônio Miguel. Habitação em centros históricos: um desafio à integração das políticas públicas. In: *Cadernos Metropolitanos*, v. 18, n. 37, 2016.

BORJA, Jordi. A participação cidadina. In: *Revista Espaço e Debates*, nº 24, ano VIII, 1988.

BORROTO, Lino. La estrategia educacional de la Revolución cubana. In: Colectivo de Autores. *Desarrollo Social en Cuba: un enfoque multiple*. La Habana, FLACSO Cuba/Centro Felix Varela, 2013.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças dos velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Vera. Participação e pesquisa na preservação do patrimônio cultural. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.22, 1987.

BRANDÃO, Carlos. Participar-pesquisar. In: BRANDÃO (org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

CALABI, Donatella. *História do urbanismo europeu*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

CALABRE, Lia. O Serviço do Patrimônio Artístico Nacional dentro do contexto da construção das políticas públicas de cultura no Brasil. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.35, 2017.

CAMPOS, Yussef. Desafios propostos pela Constituição de 1988 ao patrimônio cultural. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.35, 2017.

CARRIÓN, F. El futuro está en el ayer: La Habana Vieja una plataforma de innovación. In: *Una experiencia Singular: valoraciones sobre el modelo de gestión integral de La Habana Vieja, Patrimonio de la Humanidad*. Ed. UNESCO-Oficina del Historiador, Ed. Boloña: Madrid, 2006.

CARRIÓN, Fernando. *El laberinto de las centralidades históricas en América Latina. El centro histórico como objeto de deseo*. Quito: Ministerio de Cultura del Ecuador (ed.), 2010.

CARTA DE BURRA, 2013. The Australia Icomos charter for places of cultural significance. Disponível em: <[australia.icomos.org/publications/charters](http://australia.icomos.org/publications/charters)>. Acesso em: 03 set. 2018.

CARTA DE LISBOA, 1995. Encontro luso-brasileiro de reabilitação urbana. Disponível em: <[culturanorte.pt](http://culturanorte.pt)>. Acesso em: 11 jul. 2018.

CARTA DE PETRÓPOLIS, 1987. 1º Seminário brasileiro para preservação e revitalização de centros históricos. In: CURY, Isabelle (org.). *Cartas Patrimoniais*. Brasília: IPHAN, 1995.

CARTA DE VENEZA, 1964. Carta internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios. In: CURY, Isabelle (org.). *Cartas Patrimoniais*. Brasília: IPHAN, 1995.

CARTA DE WASHINGTON, 1986. Carta internacional para a salvaguarda das cidades históricas. In: CURY, Isabelle (org.). *Cartas Patrimoniais*. Brasília: IPHAN, 1995.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (Volume I).

CERVELLATI, Pier Luigi e SCANNAVINI, Roberto. *Bolonia: política e metodologia de la restauracion de centros históricos*. Barcelona: Gustavo Gili, 1973.

CHAGUACEDA, Armando e GONZÁLEZ, Lázaro. Participación comunitaria y gobiernos locales en Cuba. La experiencia de los Consejos Populares y el impacto de las reformas de Raúl Castro. In: *Espiral – Estudios sobre Estado y Sociedad*, v.22, n.63, 2015.

CHAVEZ-TAFUR, Jorge. *Aprender de la experiencia: una metodología para la sistematización*. Perú: Asociación ETC Andes/Fundación ILEIA, 2006.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CUEVAS, Juan de las. *500 años de construcciones en Cuba*. La Habana: Chavín, 2001.

CUNHA, Claudia. Alois Riegl e o culto moderno dos monumentos. In: *Vitruvius*, ano 05, 2006. Disponível em: <[www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/05.054/3138](http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/05.054/3138)> Acesso em: 27 dez. 2018.

CURY, Isabelle (org.). *Cartas Patrimoniais*. Brasília: IPHAN, 1995.

CYMBALISTA, Renato. A trajetória recente do planejamento territorial no Brasil: apostas e pontos a observar. In: *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, n.111, 2006.

D'ÁNGELO, Ovidio. Participación y empoderamiento en el proyecto social emancipatorio. In: COLECTIVO DE AUTORES, *Participación social en Cuba*. CIPS: La Habana, 2004.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO (coord.) *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

DÁVALOS, Fernando. *Mi Habana querida*. La Habana: Editorial Si-Mar, 1999.

DÁVALOS, Roberto. La participación y la comunidad. In: HERNÁNDEZ (comp.). *Trabajo comunitario: selección de lecturas* (Colección FEPAD). La Habana: Editorial Caminos, 2005.

DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ, 1975. Congresso do patrimônio arquitetônico europeu. In: CURY, Isabelle (org.). *Cartas Patrimoniais*. Brasília: IPHAN, 1995.

DEL ROIO, Marcos. Gramsci e a emancipação do subalterno. In: *Revista Sociológica Política*, 2007. Disponível em: <[scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782007000200006&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782007000200006&script=sci_abstract&tlng=pt)> Acesso em: 02 ago. 2018.

DEMO, Pedro. Elementos metodológicos da pesquisa participante. In: BRANDÃO (org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

DOMÍNGUEZ-ALONSO, Emma e ZACCA, Eduardo. Sistema de salud de Cuba. In: *Salud pública de México*, v.53, 2011. Disponível em: <[www.scielo.org.mx/pdf/spm/v53s2/12.pdf](http://www.scielo.org.mx/pdf/spm/v53s2/12.pdf)>. Acesso em: 21 out 2018.

FALS BORDA, Orlando. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO (org.). *Pesquisa participante: o saber da partilha*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FARBER, Samuel. Cuba antes de la Revolución. In: *Havana Times* [periódico online]. Havana, set, 2015. Disponível em: <[havanatimes.org/sp/?p=109501](http://havanatimes.org/sp/?p=109501)> Acesso em: 15 out. 2018.

FEITOSA, Emilly. *Revolução cubana: a crise dos anos 90 e a redefinição dos rumos do socialismo*. In: XII Encontro de História Anpuh. Rio de Janeiro, 2008.

FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres da. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.24, 1996.

FONSECA, Maria Cecília Londres da. Para além da “pedra e cal”: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU e CHAGAS (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREIRE, Paulo. *A educação na cidade*. São Paulo, Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO (org.). *Pesquisa participante: o saber da partilha*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FUENTE, Alvaro. Como Cuba consegue índices de países desenvolvidos na saúde? In: *El País* [periódico online]. La Habana, fev. 2017. Disponível em: <[brasil.elpais.com/brasil/2017/01/12/internacional/1484236280\\_559243.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/12/internacional/1484236280_559243.html)> Acesso em: 22 out. 2018.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. Los usos sociales del patrimonio cultural. In: AGUILAR CRIADO (org.) *Cuadernos Patrimonio Etnológico*. Nuevas perspectivas de estudio, 1999.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. *Quien usan el patrimonio*. Apresentação no evento *Jornadas Taller: el uso del pasado*, La Plata, 1989.

GARCÍA FERNÁNDEZ, Pedro. Reforma Agraria: la ley que transformó a Cuba. In: *Cuba Hora* [periódico online]. La Habana, mai. 2014. Disponível em: <[www.cubahora.cu/economia/reforma-agraria-la-ley-que-transformo-a-cuba](http://www.cubahora.cu/economia/reforma-agraria-la-ley-que-transformo-a-cuba)>. Acesso em: 20 out. 2018.

GARCÍA, Natalia e MARTÍNEZ, Andrea. Pros y contras en el modelo de gestión del patrimonio de la Habana Vieja. In: *Congreso Patrimonio Mundial Menorca*, 2016. Disponível em: <[www.congresopatrimoniomundialmenorca.cime.es](http://www.congresopatrimoniomundialmenorca.cime.es)>. Acesso em: 24 set. 2018.

GARRÉ, Fabián. Patrimonio arquitectónico urbano, preservación y rescate: bases conceptuales e instrumentos de salvaguarda. In: *Conserva*, n.5, 2001.

GBM – Grupo del Banco Mundial. *Nuevo enfoque de la participación en los países*. Banco Mundial, 2014. Disponível em: <consultations.worldbank.org> Acesso em: 10 jul. 2018.

GIBBS, Graham. *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. In: *Saúde e Sociedade*. v.13, n.2, 2004.

GONÇALVES, Anderson. Análise de conteúdo, análise do discurso e análise de conversação: estudo preliminar sobre diferenças conceituais e teórico-metodológicas. *Administração: ensino e pesquisa Rio de Janeiro*. v.17, n.2, 2016.

GONZÁLEZ CASTRO, Aleivel. Gestión y participación social, una relación necesaria en el Consejo Popular Vedado-Malecón. In: PEÑA FARIAS (coord.). *Desigualdad y problemas del desarrollo en Cuba*. La Habana: Editorial UH, 2016.

GONZÁLEZ GONZÁLEZ, Martín. *Desarrollo comunitario sustentable: propuesta de una concepción metodológica en Cuba desde la educación popular*. La Habana, 2003. Tese (Doctorado en Ciencias de la Educación). Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales de Cuba.

GUACH, Hans. *Mecanismos institucionalizados de participación social a nivel municipal en Cuba: implicaciones subjetivas y prácticas desde un estudio de caso*. In: Quinto Congreso Uruguayo de Ciencia Política: Qué ciencia política para qué democracia?, 2014.

GUANCHE, Julio César. A democracia em Cuba. In: *Estudos Avançados*. v.25, n.71, 2011.

GUANCHE, Julio. *Estado, participación y representación política en Cuba: diseño institucional y práctica política tras la reforma constitucional de 1992*. Buenos Aires: CLACSO, 2013.

GUILLEN, Amalia et. al. Origen, espacio y niveles de participación ciudadana. In: *Daena – International Journal of Good Conscience*. v.4, n.1, 2009.

GURAN, Milton. Sobre o longo percurso da matriz africana pelo seu reconhecimento patrimonial como uma condição para a plena cidadania. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.35, 2017.

HAGUETTE, Teresa. *Metodologias qualitativas na sociologia*. São Paulo: Vozes, 2013.

HATUKA, Tali. Obsessão com a memória: o que isso faz conosco e com as nossas cidades? In: CYMBALISTA, FELDMAN e KÜHL (org.). *Patrimônio cultural: memória e intervenções urbanas*. São Paulo: Annablume, 2017.

HÉRNANDEZ, Aymara. Reformas descentralizadoras cubanas de los años noventa. Diseño, implementación y resultados. In: RODRÍGUEZ, Alain (coord.). *Sociedad cubana hoy – ensayos de sociología joven*. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 2006.

HIDAKA, Lucia. *Indicador de avaliação do estado de conservação sustentável de Cidades Patrimônio Cultural da Humanidade: teoria, metodologia e aplicação*. Recife, 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano). Universidade Federal de Pernambuco.

IAP2. Spectrum of Public Participation, 2018. Disponível em: <[www.iap2.org/page/pillars](http://www.iap2.org/page/pillars)> Acesso em: 05 jan. 2019.

IPHAN. *O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho patrimônio imaterial*. Brasília: Ministério da Cultura/IPHAN, 2006.

IGLESIAS, Maidolys e PÉREZ, Martha. *Patrimonio y ciudadanía: experiencias de participación en La Habana Vieja*. La Habana: Ediciones Boloña, OHCH, 2014.

IGLESIAS, Maidolys. *Participación social para el desarrollo local: la experiencia del barrio Santo Ángel de La Habana Vieja*. La Habana, 2016. Tese (Maestría en Desarrollo Social). Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales de Cuba.

INFANTE, Iris. Mecanismos de coparticipación en la gestión del centro histórico de la ciudad de México. In: BALANDRANO, VALERO e ZICCARDI (coord.). *Conservación y desarrollo sustentable de centros históricos*. Ciudad de México: UNAM, 2016.

JARA, Oscar. *Para sistematizar experiências*. Brasília: MMA, 2006.

JARA. Sistematización de experiencias, investigación y evaluación: aproximaciones desde tres ángulos. *Educación Global Research*, n.1, 2012.

JOKILEHTO, Jukka. Conceitos e ideias sobre conservação. In: ZANCHETI e JOKILEHTO (org.). *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. Recife: CECI/UFPE, 2002.

KÜHL, Beatriz. Notas sobre a Carta de Veneza. In: *Anais do Museu Paulista*, v.18, n.2, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5539>> Acesso em: 05 set. 2018.

KÜHL, Beatriz. Notas sobre a Carta de Veneza. In: *Anais do Museu Paulista*, v.18, n.2, 2010.

LAPA, Tomás. Controle da gestão da conservação. In: LACERDA e ZANCHETI (org.). *Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos*. Olinda: Ceci, 2012.

LEÓN, Magdalena. Empoderamiento: relaciones de las mujeres con el poder.

LINARES, Cecilia e MORAS, Pedro. Universos de la participación: su concreción en el ámbito de la acción cultural. In: COLECTIVO DE AUTORES, *Participación social en Cuba*. CIPS: La Habana, 2004.

LOPES, Humberto e MORAES, Lúcio. *Redes e organizações: algumas questões conceituais e analíticas*. In: *Anais do I ENEO*, 2000. Disponível em: <[www.anpad.org.br/admin/pdf/eneo2000-37.pdf](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/eneo2000-37.pdf)> Acesso em: 13 nov. 2018.

LÓPEZ, Delia. Guía para comprender el sistema político cubano. In: Colectivo de Autores. *Desarrollo Social en Cuba. Un enfoque multiple*. La Habana, FLACSO Cuba / Centro Felix Varela, 2013.

LÓPEZ, Delia. Periodo especial y democracia en Cuba. In: *Cuadernos Africa América Latina* – Revista de análisis sur-norte para una cooperación solidaria, n.16, 1994. Disponível em: < [www.sodepaz.org/images/pdf/revista016/04\\_periodoespecial.pdf](http://www.sodepaz.org/images/pdf/revista016/04_periodoespecial.pdf) > Acesso: 26 out. 2018.

MANIFESTO DE AMSTERDÃ, 1975. Carta europeia do patrimônio arquitetônico europeu. In: CURY, Isabelle (org.). *Cartas Patrimoniais*. Brasília: IPHAN, 1995.

MARTÍN, Juan. Prólogo. In: COLECTIVO DE AUTORES, *Participación social en Cuba*. CIPS: La Habana, 2004.

MASON, Randall. Assessing values in conservation planning: methodological issues and choices. In: DE LA TORRE (edit.) *Assessing the values of cultural heritage*. Research Report. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002.

MÉNDEZ, Elier. Desarrollo territorial y local en Cuba. In: *Revista de Comercio Exterior*, março, 2000.

MERINO, Mauricio. *La Participación ciudadana en la democracia*. In: Colección Cuadernos de Divulgación de la Cultura Democrática, n. 4. México: Instituto Federal Electoral (IFE), 1995.

MINAYO, Maria Cecília. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2013.

MONTEIRO, Circe e LIMEIRA, Juliana. Revitalização, habitação e gentrificação. In: LACERDA e ZANCHETI (org.). *Gestão da conservação urbana: conceitos e métodos*. Olinda: Ceci, 2012.

MONTENEGRO, Marisela. La investigación acción participativa. In: MUSITU et al. (org.) *Introducción a la psicología comunitaria*. Ed. UCO: Barcelona, 2004a.

MONTENEGRO, Marisela. Comunidad y bienestar social. In: MUSITU et al. (org.) *Introducción a la psicología comunitaria*. Ed. UCO: Barcelona, 2004b.

MORAIS, Fernando. *A ilha: um repórter brasileiro no país de Fidel Castro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORAS PUIG, Pedro. Participación, subjetividad e investigación cualitativa. In: HERNÁNDEZ (comp.). *Trabajo comunitario: selección de lecturas* (Colección FEPAD). La Habana: Caminos, 2005.

MORENO IREGUI, Camilo. *Rupturas y continuidades en las políticas de conservación del patrimonio urbano: problemas contemporáneos en la intervención del Centro Histórico de Bogotá*. México: UNAM, 2016.

MUNÓZ VIÑAS, Salvador. *Teoría contemporánea de la Restauración*. Madrid: Síntesis. 2004

MUSITU, Gonzalo e HUELGA, Sofia. Desarrollo comunitario y potenciación (empowerment). In: MUSITU et al. (org.) *Introducción a la psicología comunitaria*. Ed. UCO, Barcelona, 2004.

NASCIMENTO, Flávia e SCIFONI, Simone. O tombamento de Iguape como patrimônio nacional: novas práticas e políticas de conservação. In: *PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção, Campinas*, v.6, n.1, 2015.

NORMAS DE QUITO. Icomos, 1967. Disponível em: <[icomos.org/charters/quito](http://icomos.org/charters/quito)>.

OHCH. *PEDI – Plan Especial de Desarrollo Integral – 2030*. La Habana: OHCH, Plan Maestro, 2016.

OHCH. *Censo de población y viviendas del centro histórico de La Habana Vieja y Malecón Tradicional*. La Habana: OHCH, Plan Maestro, ONEI, UNFPA, 2012.

OHCH. *El proceso de la consulta pública del Plan Especial de Desarrollo Integral en el Centro Histórico La Habana Vieja*. Elaborado por Martha Oneida e Niurka Cruz. La Habana: OHCH, Plan Maestro, 2012. (no prelo).

OHCH. *PEDI – Plan Especial de Desarrollo Integral – Avance*. La Habana: OHCH, Plan Maestro, 2011.

OHCH. *Regulaciones urbanísticas de la Ciudad de La Habana – La Habana Vieja*. Colectivo de autores del Plan Maestro y de la Dirección Provincial de Planificación Física. La Habana: Ediciones Boloña, 2009.

OHCH. *PEDI – Plan Estratégico del Centro Histórico*. La Habana: OHCH, Plan Maestro, 2001.

ONEIDA, Martha. La sostenibilidad social en el proceso de rehabilitación de los centros históricos: el caso del Centro Histórico La Habana Vieja. In: GÓMEZ e NIGLIO. (edit.). *Conservación de centros históricos en Cuba*. Esempli di architettura, n.32, v.01, 2015.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2009.

PARK, Peter. Qué es la investigación-acción participativa. Perspectivas teóricas y metodológicas. In: HERNÁNDEZ (comp.). *Trabajo comunitario: selección de lecturas* (Colección FEPAD). La Habana: Caminos, 2005.

PÉREZ-CRUZ, Felipe. La Campaña Nacional de Alfabetización en Cuba. In: *Varona*, n.53, 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/3606/360635575003.pdf>> Acesso em: 21 out. 2018.

PERUZZO, Cicilia. Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação. In: *Estudios sobre las Culturas Contemporáneas*. v.23. n.3, 2017.

PONTUAL, Virginia et. al. Metodologia para a identificação e autenticação do patrimônio cultural: o caso do istmo de Recife e Olinda-PE. *Textos para Discussão* (Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada), v.39, série 3, 2009.

PONTUAL, Virgínia. Plano de gestão da conservação integrada. In: LACERDA e ZANCHETTI (org.). *Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos*. Olinda: Ceci, 2012.

PORTUGAL, Sílvia. Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. In: *Oficina do CES*, nº 271, março de 2007. Disponível em: < [www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/271.pdf](http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/271.pdf)> Acesso em: 13 nov. 2018.

REBELLATO, José Luis. La educación libertadora, construcción de la autonomía de saberes y poderes populares. In: ALEJANDRO *et al* (comp.). *Qué es educación popular?* La Habana: Caminos, 2012.

REBELLATO, José Luis. La participación como territorio de contradicciones éticas. In: HERNÁNDEZ (comp.). *Trabajo comunitario: selección de lecturas* (Colección FEPAD). La Habana: Caminos, 2005. (Primeira parte: p.129-143; Segunda parte: p.457-478).

REY, Georgina. Centros históricos: comunidad, gestión y participación. In: GÓMEZ e NIGLIO. (edit.). *Conservación de centros históricos en Cuba*. Esempli di architettura, n.32, v.01, 2015.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RIGOL, Isabel. La recuperación del patrimonio monumental en Cuba. In: GÓMEZ e NIGLIO. (edit.). *Conservación de centros históricos en Cuba*. Esempli di architettura, n.32, v.01, 2015.

RODRÍGUEZ ALOMÁ, Patricia. Modelo de gestión para el Centro Histórico de La Habana. In: *Manejo y Gestión de Centros Históricos - Conferencias de los Encuentros Internacionales II y III*. La Habana: OHCH, Ediciones Boloña, Colección Arcos, 2006.

RODRÍGUEZ, José Luis. *Cuba no se está proponiendo un socialismo de mercado*. Entrevista concedida a Rosa Elizalde, publicada em La Jornada, 2014. Disponível em: < [www.cubadebate.cu/noticias/2014/11/22/jose-luis-rodriguez-cuba-no-se-esta-proponiendo-un-socialismo-de-mercado](http://www.cubadebate.cu/noticias/2014/11/22/jose-luis-rodriguez-cuba-no-se-esta-proponiendo-un-socialismo-de-mercado)> Acesso em: 24 out. 2018.

RODRÍGUEZ, José Luis. Cuba, su economía y la Unión Soviética. In: *Temas*, n. 68, 2011. Disponível em: <[www.temas.cult.cu/sites/default/files/articulos\\_academicos\\_en\\_pdf/Descargar%20art%C3%ADculo%20en\\_267.pdf](http://www.temas.cult.cu/sites/default/files/articulos_academicos_en_pdf/Descargar%20art%C3%ADculo%20en_267.pdf)> Acesso em: 24 out. 2018.

SAMPAIO, Andréa da Rosa. Centros históricos de Bolonha e do Porto: lições de reabilitação urbana para o debate contemporâneo. In: *Revista CPC*, São Paulo, n. 23, 2017.

SÁNCHEZ, Miguel Ángel. La participación ciudadana en la esfera de lo público. In: *Espacios Públicos*, n.12, 2009.

SANTANA, Alicia. *30 maravillas del patrimonio arquitectónico cubano*. (Con fotografías de Julio Larramendi). Ciudad de Guatemala: Ediciones Polymita, 2012.

SANTOS, Boaventura e AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS (org.). *Democratizar a democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SEGRE, Roberto. *La Plaza de Armas de La Habana: sinfonía urbana inconclusa*. La Habana: Arte e Literatura, 1995.

- SOCARRÁS, Elena. Participación, cultura y comunidad. In: HERNÁNDEZ (comp.). *Trabajo comunitario: selección de lecturas* (Colección FEPAD). La Habana: Caminos, 2005.
- SOLER, Claudia. Procesos de exclusión e integración social en la pobreza. Un estudio de caso en el Consejo Popular Luyanó Moderno. In: PENÁ (org.). *Desigualdad y problemas del desarrollo en Cuba*. La Habana: Editorial UH, 2016.
- SOUZA, Arivaldo. Racismo institucional: para compreender o conceito. In: *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)*, v.1, n.3, 2011. Disponível em: <[abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/275](http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/275)> Acesso em: 15 set. 2018.
- SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- UNESCO/OHCH. *Una experiencia singular: valoraciones sobre el modelo de gestión integral de La Habana Vieja, Patrimonio de la Humanidad*. La Habana: Editorial Boloña, 2006.
- VALDÉS GARCÍA, Orlando. *La Revolución Cubana: premisas económicas y sociales*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2007.
- VALLA, Victor. A crise de interpretação é nossa: procurando compreender a fala das classes subalternas. In: *Educação e Realidade*, v.21, n.2, 1996.
- VALLA, Victor. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. In: *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.14, n.2, 1998.
- VALLADARES, Licia. Os dez mandamentos da observação participante. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.22, n.63, 2007.
- VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. In: *Mana*, n.12, v.1, 2006. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132006000100009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000100009)> Acesso em: 20 ago. 2018.
- WEISS, Joaquín. *La arquitectura colonial cubana: siglos XVI al XIX*. La Habana: Instituto Cubano del Libro; Madrid: Agencia Española de Cooperación Internacional; Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes, 2002.
- ZANCHETI, Silvio e PONTUAL, Virgínia. Cidade e conservação integrada: a abordagem do planejamento culturalmente orientado. In: LIMONAD e CASTRO (org.). *Um novo planejamento para um novo Brasil?* Rio de Janeiro: Letra Capital; ANPUR, 2014.
- ZANCHETI, Silvio. *Financiamento da regeneração de áreas urbanas patrimoniais na América Latina*. Recife: CECI, 2011.
- ZANCHETI, Silvio. et al. Judgement and validation in the Burra Charter Process: introducing feedback in assessing the cultural significance of heritage sites. In: *City e Times*, v.4, n.2, 2009. Acesso em: 04 set 2018.
- ZICCARDI, Alicia. Procesos y actores de la planeación participativa en centros históricos de ciudades mexicanas. In: BALANDRANO, VALERO e ZICCARDI (coord.). *Conservación y desarrollo sustentable de centros históricos*. Ciudad de México: UNAM, 2016.

ZUKIN, Sharon. Patrimônio de quem? Cidade de quem? Dilemas sociais do patrimônio cultural na dimensão urbana. In: CYMBALISTA, FELDMAN e KÜHL (org.). *Patrimônio cultural: memória e intervenções urbanas*. São Paulo: Annablume, 2017.

## LEIS E DOCUMENTOS

CUBA. *Constitución de la República de Cuba*. 1940. Disponível em: <archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/5/2138/8.pdf>.

CUBA. *Decreto de Ley 283/11 y 143/93* (Edición Actualizada). Gaceta Oficial de la República de Cuba. Ley 283 – Modificativo del Decreto-Ley no. 143/93 sobre la Oficina del Historiador de La Ciudad de la Habana. La Habana, Ministerio de Justicia. Edición Extraordinaria n.24, 2011.

CUBA. *Enmienda Platt*. Anexo a la Constitución de Cuba, 2 de marzo, 1901. Disponível em: <archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/6/2525/15.pdf >. Acesso: 14 out. 2018.

CUBA. *Ley 91 de los Consejos Populares*. Gaceta Oficial de la República de Cuba. La Habana, Ministerio de Justicia. Edición Extraordinaria n.6, 2000.

ONEI – Oficina Nacional de Estadística e Información. *Anuario estadístico de Cuba 2016* – Proceso electoral en Cuba, edición 2017. Disponível em: <www.onei.cu/aec2016/22%20Proceso%20Electoral.pdf> Acesso: 24 out. 2018.

## ENTREVISTAS - ESPECIALISTAS

AGUILERA, Ángel. Entrevista concedida a Gabriela Azevêdo. 20 mar. 2018.

AGUILERA, Ángel. Entrevista concedida a Gabriela Azevêdo. 12 abr. 2018.

ALBA, Lina. Entrevista concedida a Gabriela Azevêdo. 07 mar. 2018.

ALBA, Lina. Entrevista concedida a Gabriela Azevêdo. 15 mar. 2018.

ARENCIBIA, Maria del Carmen. Entrevista concedida a Gabriela Azevêdo. 12 abr. 2018.

DÁVALOS, Roberto. Entrevista concedida a Gabriela Azevêdo. 05 abr. 2018.

DÁVALOS, Roberto. Entrevista concedida a Gabriela Azevêdo. 11 abr. 2018.

ONEIDA, Martha. Entrevista concedida a Gabriela Azevêdo. 20 fev. 2018.

ONEIDA, Martha. Entrevista concedida a Gabriela Azevêdo. 15 mar. 2018.

VALLADARES, Gilberto. Entrevista concedida a Gabriela Azevêdo. 06 mar. 2018.

## ENTREVISTAS - RESIDENTES

CARIDAD. Entrevista concedida a Gabriela Azevêdo. Havana, 13 abr. 2018.

CARLOS. Entrevista concedida a Gabriela Azevêdo. Havana, abr. 18 2018.

CARMEN. Entrevista concedida a Gabriela Azevêdo. Havana, 13 abr. 2018.

ELENA. Entrevista concedida a Gabriela Azevêdo. Havana, 17 abr. 2018.

JOANA. Entrevista concedida a Gabriela Azevêdo. Havana, 13 abr. 2018.

JORGE. Entrevista concedida a Gabriela Azevêdo. Havana, 17 abr. 2018.

JUAN. Entrevista concedida a Gabriela Azevêdo. Havana, 13 abr. 2018.

LUIS. Entrevista concedida a Gabriela Azevêdo. Havana, 13 abr. 2018.

LUISA. Entrevista concedida a Gabriela Azevêdo. Havana, 18 abr. 2018.

MAITE. Entrevista concedida a Gabriela Azevêdo. Havana, 17 abr. 2018.

MARIA. Entrevista concedida a Gabriela Azevêdo. Havana, 11 abr. 2018.

MARTA. Entrevista concedida a Gabriela Azevêdo. Havana, 13 abr. 2018.

MERCEDES. Entrevista concedida a Gabriela Azevêdo. Havana, 17 abr. 2018.

PABLO. Entrevista concedida a Gabriela Azevêdo. Havana, 12 abr. 2018.

PEDRO. Entrevista concedida a Gabriela Azevêdo. Havana, 12 abr. 2018.

ROSA. Entrevista concedida a Gabriela Azevêdo. Havana, 17 abr. 2018.

SANDRA. Entrevista concedida a Gabriela Azevêdo. Havana, 12 abr. 2018.

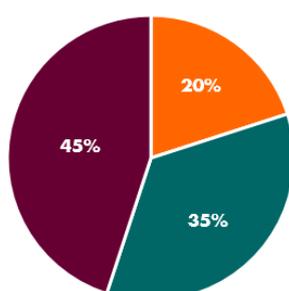
SILVIA. Entrevista concedida a Gabriela Azevêdo. Havana, 17 abr. 2018.

SONIA. Entrevista concedida a Gabriela Azevêdo. Havana, 18 abr. 2018.

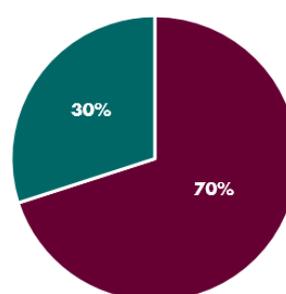
TANIA. Entrevista concedida a Gabriela Azevêdo. Havana, 11 abr. 2018.

## APÊNDICE A - PERFIL DOS RESIDENTES ENTREVISTADOS

<i>Perfil dos residentes entrevistados</i>			
<i>Nº</i>	<i>Nome Fictício</i>	<i>Idade</i>	<i>Profissão</i>
01	Caridad	92 anos	Aposentada
02	Carlos	23 anos	Cozinheiro
03	Carmen	80 anos	Aposentada
04	Elena	51 anos	Professora
05	Joana	83 anos	Aposentada
06	Jorge	52 anos	Bancário
07	Juan	51 anos	Funcionário público e delegado
08	Luis	65 anos	Trabalhador particular e delegado
09	Luisa	32 anos	Funcionária pública
10	Maite	28 anos	Vendedora
11	Maria	55 anos	Bibliotecária
12	Marta	72 anos	Professora
13	Mercedes	62 anos	Aposentada e comerciante
14	Pablo	39 anos	Trabalhador particular
15	Pedro	73 anos	Aposentado
16	Rosa	79 anos	Artista plástica
17	Sandra	55 anos	Dona de casa e delegada
18	Silvia	43 anos	Agente de viagem (estrangeira)
19	Sonia	77 anos	Aposentada
20	Tania	52 anos	Segurança

**APÊNDICE B - GRÁFICO DO PERFIL DOS RESIDENTES ENTREVISTADOS****IDADE DOS ENTREVISTADOS**

■ 21 a 40 anos ■ 41 a 60 anos ■ 61 - 90 anos

**GÊNERO DOS ENTREVISTADOS**

■ Feminino ■ Masculino

## APÉNDICE C - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AOS RESIDENTES

*Eje 1 – Participación y el trabajo de la Oficina del Historiador en casco histórico*

- P1.** Podría hablarme acerca del trabajo de la Oficina del Historiador?
- P2.** Sabe decirme si los residentes del barrio participan de las reuniones con la Oficina?
- P3.** Como usted podría describir la relación entre la Oficina y sus residentes?

*Eje 2 – Participación y el trabajo del Consejo Popular Catedral*

- P4.** Conoces el trabajo de los Consejos Populares? Podría comentar acerca de su actuación? Conoces el trabajo del Consejo Popular Catedral? Conoces el delegado de su circunscripción?
- P5.** Sabes decirme qué actividades son realizadas por el Consejo Popular Catedral?
- P6.** Sabes decir como son elegidos los delegados?
- P7.** Como usted podría describir la relación entre los delegados y sus residentes?

*Eje 3 – Percepción acerca de la participación y posibles cambios*

- P8.** Cuando usted piensa en participación en participación qué viene a mente? Para usted, qué es participar?
- P9.** Qué crees que podría mejorar en la relación entre la Oficina y los residentes?
- P10.** Qué crees que podría mejorar en la relación entre el delegado y los residentes?

**APÊNDICE D - PERFIL DOS ESPECIALISTAS E LÍDERES COMUNITÁRIOS  
ENTREVISTADOS**

<i>Perfil dos especialistas e líderes comunitários</i>			
<i>Nº</i>	<i>Profissão / Função</i>	<i>Instituição</i>	<i>Número de entrevistas realizadas</i>
01	Arquiteta	Oficina do Historiador	02
02	Socióloga	Oficina do Historiador	02
03	Sociólogo	Universidade de Havana	02
04	Presidente do CP Catedral	Conselho Popular Catedral	02
05	Cabelereiro	Artecorte	01
06	Bibliotecária	Biblioteca <i>Rubén Martínez Villena</i>	01

**APÊNDICE E - TÓPICOS DAS ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE NOS QUAIS  
OS ESPECIALISTAS E LÍDERES COMUNITÁRIOS FORAM CONVIDADOS A  
REFLETIR A PARTIR DE SUAS EXPERIÊNCIAS**

*Eje 1 – Rehabilitación urbana en Habana Vieja*

*Eje 2 – Participación y las experiencias en Habana Vieja*

*Eje 3 – La actuación de la Oficina del Historiador*

*Eje 4 – La actuación del Consejo Popular Catedral*

*Eje 5 – Las relaciones de la Oficina del Historiador con los residentes, especialistas y líderes comunitarios*

*Eje 6 – Las relaciones del Consejo Popular Catedral con los residentes, especialistas y líderes comunitarios.*